

**TVR N.º 197, DE 2012**  
**(Do Poder Executivo)**

**Mensagem nº 286/2012**  
**Aviso 525/2012**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 22 de junho de 2012, que outorga concessão ao Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Macapá, Estado do Amapá.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA  
E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD))

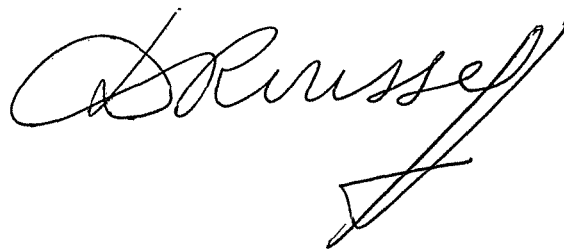
Mensagem nº 286

Senhores Membros do Congresso Nacional,

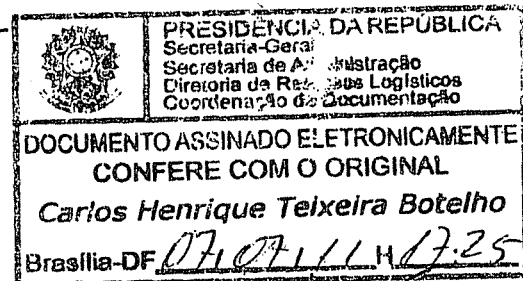
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos de 22 de junho de 2012, publicados no Diário Oficial da União do dia 25 de junho de 2012, que outorgam concessões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão de sons e imagens:

- 1 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Macapá - AP;
- 2 – Rádio e Televisão Século 21 Ltda., no município de Campanha - MG;
- 3 – Empresa de Comunicação Piemonte Ltda., no município de Campina Grande - PB;
- 4 - Rede Mundial de Rádio e Televisão Ltda., no município de Santo Ângelo – RS; e
- 5 – TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda., no município de Cubatão-SP.

Brasília, 25 de junho de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'A. Russell', with a long, sweeping horizontal stroke extending to the right.

53000.008410/2002-35



EM nº. 154/2011 - MC

Brasília, 27 de abril de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 014/2002-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Macapá, Estado do Amapá.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que o Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. (Processo nº 53000.008410/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 17 de maio de 2010, motivo pelo qual outorgo a concessão, na forma do projeto de decreto.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva*

COORDENAÇÃO GERAL  
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO-CODIN/SA/PR

Publicado na Seção 1 do DOU de 25 JUN 2012  
Cópia Autenticada

DECRETO DE 22 DE JUNHO DE 2012.

Outorga concessão ao Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Macapá, Estado do Amapá.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, **caput**, inciso IV, e 223 da Constituição, e o art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e de acordo com o que consta do Processo nº 53000.008410/2002-35, Concorrência nº 014/2002-SSR/MC,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica outorgada concessão ao Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Macapá, Estado do Amapá.

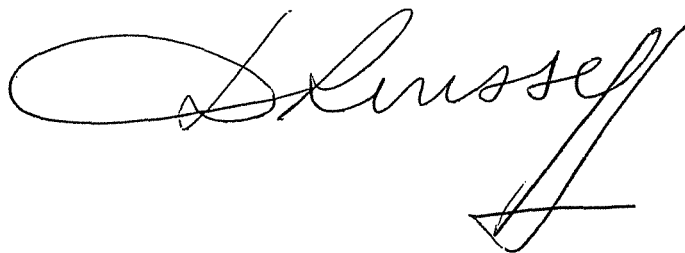
Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente da concessão deverá ser assinado no prazo de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 2012; 191º da Independência e 124º da República.



MC - 1



**PRIMEIRA-SECRETARIA**

RECEBIDO nesta Secretaria

Em 26/6/2012 às 17:05 horas

Joana Viana 4.766  
Assinatura Posto

TVR 197/12

a

TVR 201/12

Em 25 de junho de 2012.

Aviso nº 525 - C. Civil.

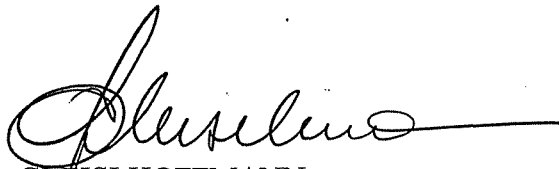
A Sua Excelência o Senhor  
Deputado EDUARDO GOMES  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos constantes dos Decretos de 22 de junho de 2012, publicados no Diário Oficial da União do dia 25 de junho de 2012, que outorgam concessões para exploração, sem direito de exclusividade, de serviços de radiodifusão de sons e imagens.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República

Secretaria-Geral da Mesa SEPRO 27/JUN/2012 14:40  
Porto: 1148 Ass.: 198

Gomes Dr. 198  
J. Sec.



SSO Nº 53000.008410/2002 -

BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA, CONC.

- VENC. PARA MACAPA/AP.

BS.: NÃO ANEXAR AO PILOTO - TRAMITAR  
DIVIDUALMENTE.

TVR 19/10/12  
CÓPIA 2  
NOTA 1746/12

INTERESSADO: SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA 014/2002-SSR/MC

OUTROS DADOS: AP Macapá

TV

M O V I M E N T A Ç Õ E S

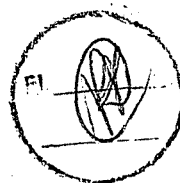
S E Q.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	S E Q.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	SEADM/CONJUR		01/10/06	15			1/1
02	SEADM/CONJUR		28/03/08	16			1/1
03	CAB/CONJUR		16/08/07	17	SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		1/1
04	SEADM/CONJUR		29/09/02	18	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		1/1
05	P.F.L.		15/01/08	19	CONFERE COM O ORIGINAL		1/1
06	SEADM/CONJUR		03/06/08	20	Em. 321 05/12		1/1
07	P.F.L.		20/04/12	21			1/1
08			1/1	22			1/1
09			1/1	23			1/1
10			1/1	24			1/1
11			1/1	25			1/1
12			1/1	26			1/1
13			1/1	27			1/1
14			1/1	28			1/1

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS: SSC 53000 046/06/2001-52 em 04/11/14.

(SECAP

Anexo documento nº 53000.008410/2002-15 em 06/11/12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO-CEL

## TERMO DE INSTAURAÇÃO

Instaurei, nesta data, o processo que recebeu o número **53000.008410/02-35**, com os documentos que instruem a proposta de habilitação, técnica e preço da licitante – **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA**, para executar o Serviço de Radiodifusão de sons e imagens (TV), na cidade de **Macapá/AP**, objeto da **Concorrência nº 014/2002-SSR/MC**. A documentação de habilitação compreende 22 (vinte e duas) páginas numeradas e rubricadas.

Brasília, 31 de dezembro de 2002

**GUILHERME QUINTAS**  
PRESIDENTE DA CAT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 11/05/2003

R

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES -  
BRASÍLIA/DF

05 DEZ 08 37 25 0000008

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



## CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
BRASÍLIA - DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

ANEXO 63000 108410/2002.35

PROTOCOLO - GERAL

SINAL RESERVADO À COMISSÃO LICIT

CONCORRÊNCIA - 014/2002/SSR/CEL/MC  
LOCALIDADES:

☐

BOA VISTA/RR

☐☒

MACAPÁ/AP

☐☐☐☐☐

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

SÉRVICO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

## CONTRATO SOCIAL

*Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda*

22. OFÍCIO DE REG. DE EMPRESAS JURÍDICAS  
CURS 504, BL. 4, LOJA 07/08 - INV 45-150  
Tel: 221-4306/Pax: 225-6602 - Brasília-DF

FICHA ARQUIVADA CÓPIA MICROFILMADA SOB  
O NÚMERO: 4003176

01/04/2002

SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE, brasileira, solteira, empresária, natural de Fortaleza - CE, nascida a 15.04.59; filha de Jefferson de Albuquerque Costa e Walquiria Oliveira de Albuquerque, portadora da C.I. no. 1.176.307 expedida em 21.01.98 pela SSP/DF e do CPF no. 116.411.263-53, residente e domiciliada nesta Capital a SQN 402 Bl. T Apto. 302 - Asa Norte - DF e KATIUSCIA RASERA, brasileira, solteira, empresária, natural de Curitiba - PR, nascida a 03.07.78, filha de Dráulio Fernando Rasera e Mary de Fátima Rasera, portadora da C.I. no. 6.909.943-2 expedida em 27.08.93 pela SSP/PR e do CPF no. 028.055.009-03, residente e domiciliada nesta capital a SQN 402 Bl. T Apto. 116 Asa Norte - DF, **RESOLVEM**, de comum acordo, constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade Ltda., conforme as cláusulas e condições abaixo:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Nome Empresarial

A sociedade girará sob o nome empresarial de Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda, com sua sede na SH/Sul Qd. 06 Conj. A Bl. E Sala 424 - Asa Sul - DF, podendo instalar e manter filiais em todo território nacional.

### CLAUSULA SEGUNDA - Dos Objetivos sociais

Os Objetivos da sociedade consistem na execução, em qualquer parte do território nacional dos serviços de TV a CABO, assim compreendido como serviços de telecomunicações não aberto a correspondência pública, e que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transporte por meio físicos; e de radiodifusão sonora; radiodifusão de sons e imagens ( televisão ) incluindo repetição retransmissão e geração de sinais de televisão; TV a Cabo, serviços de distribuição de sinais multiponto multicanal ( MMDS ), que se utiliza de faixa de microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação de serviços; exploração de mensagens publicitárias e demais serviços de telecomunicação em geral, através de concessões e permissões outorgadas pelo Poder Público, de conformidade com procedimentos administrativos previstos na legislação vigente.

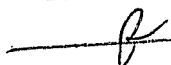
**PARÁGRAFO ÚNICO:** A sociedade não poderá manter concessões ou permissões para execução de serviços de radiodifusão, em todo o País, além dos limites previstos pelo artigo 12 do Decreto - Lei no. 236, de 28.02.67

### CLÁUSULA TERCEIRA - Do Prazo

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e suas atividades terão início a partir da data em que o Poder Público lhe outorgar autorização, permissão ou concessão para executar seus objetivos sociais em qualquer de suas modalidades.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



19

2º OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS  
CRS 504, R. A, LOJA 07/08 - (Av. M. Sul)  
Tel: 223-4508/Fax: 225-6602 - Brasília-DF

FICOU ARQUIVADA CÓPIA MICROFILMADA SOB  
O NÚMERO: 00035176-  
01/04/2002

#### CLÁUSULA QUARTA – Da Autorização Prévia do Poder Público

A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

#### CLÁUSULA QUINTA - Do Capital Social

O Capital social estabelecido neste ato é de R\$ 50.000,00 ( Cinquenta mil reais ), divididos em 50.000 (cinquenta mil ) quotas de R\$ 1,00 ( hum real ) cada uma, e fica assim distribuído entre os sócios;

Simone Oliveira de Albuquerque	49.500 quotas	R\$ 49.500,00
Katiuscia Rasera	500 quotas	R\$ 500,00
Total	50.000 quotas	R\$ 50.000,00

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A sociedade integraliza nesta ato o Capital Social de R\$ 30.000,00 ( Trinta mil reais ), assim distribuído entre os sócios:

Simone Oliveira de Albuquerque	R\$ 29.700,00
Katiuscia Rasera	R\$ 300,00
Total	R\$ 30.000,00

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A sociedade deverá integralizar o restante do capital social, na medida da necessidade de caixa da empresa ora constituída, a partir do efetivo início de suas atividades, assim distribuído entre os sócios:

Simone Oliveira de Albuquerque	R\$ 19.800,00
Katiuscia Rasera	R\$ 200,00
Total	R\$ 20.000,00

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A integralização referida nos parágrafos primeiro e segundo, será efetuada, em moeda corrente do País, segundo as quotas devidas a cada um, de acordo com o que se especifica no “ caput ” dessa cláusula.

**PARÁGRAFO QUARTO:** De acordo com o artigo 2º, “ in fine “ do Decreto – Lei Federal no. 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do Capital Social.

**PARÁGRAFO QUINTO:** É vedado a participação de pessoa jurídica no capital da Empresa, exceto a de partido político e de sociedade, cujo Capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. A participação referida só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% ( trinta por cento) do capital social.

**PARÁGRAFO SEXTO:** As quotas ou ações representativas do Capital Social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

#### CLÁUSULA SEXTA – Do uso da denominação social

Compete o uso da denominação social, à **Simone Oliveira de Albuquerque**, que representará a sociedade isoladamente, em juízo e fora dele. Podendo, para tanto, representar a sociedade junto às repartições Públicas, Federais, Estaduais, e Municipais e Autárquicas, movimentar contas bancárias, emitir títulos de créditos, procurações, endossar, avalizar e outros, sendo – lhe no entanto, vetado o uso em negócios ou documentos de qualquer natureza alheios aos fins sociais, inclusive em avais a favor de terceiros.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Da Administração

A administração da sociedade será exercida pela a sócia **Simone Oliveira de Albuquerque**, que dispensada de caução, ficam desde já investidos na função de sócia gerente, competindo – lhe a prática de todos os atos necessários ao pleno andamento dos negócios sociais.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A sócia gerente fará uma retirada mensal, a título de “Pró - Labore”, estabelecida de comum acordo entre os mesmos, obedecendo – se a capacidade financeira da sociedade.

#### CLÁUSULA OITAVA – Dos balanços anuais e da partilha de lucros ou prejuízo

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada no, quando se procederá ao Balanço Patrimonial da sociedade para apuração de lucros ou prejuízos. Em se tratando de lucros, atendidas as obrigações sociais e feitas as amortizações e provisões consideradas necessárias e permitidas em lei, os lucros apurados anualmente, serão distribuídos entre os sócios, na proporção das quotas de capital de cada um, ou levado para a conta “ lucros acumulados “ para ulterior aumento de capital, e se apresentar prejuízo, os mesmos serão suportados pelos sócios na proporção das quotas de capital de cada um.

#### CLÁUSULA NONA – Das disposições sobre quotas

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O capital social, na sua totalidade, pertencerá a pessoas físicas brasileiras.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à sociedade, sem prévio consentimento expresso do outro sócio e da autorização prévia do Poder Público concedente, e para esse fim o sócio retirante deverá comunicar sua resolução a sociedade com uma antecedência de 60 ( sessenta) dias. Em qualquer eventualidade o sócio remanescente terá preferência na aquisição das quotas do sócio retirante.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O pagamento dos haveres do sócio retirante far -se- á em moeda corrente nacional, sendo o total a receber dividido em até 36 ( trinta e seis) parcelas mensais iguais e sucessivas, acrescidas nas datas dos respectivos pagamentos da variação do índice oficial vigente e juros legais, vencendo - se a primeira delas 60 ( sessenta) dias após a retirada do sócio.

**PARÁGRAFO QUARTO:** É vedado aos sócios darem suas quotas de capital, ou parte delas, que são indivisíveis, em caução, fianças ou penhor, em juízo ou fora dele, assim como onerá – las

22. OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS  
CRS 504, B1 - A, LOJA 07/08 - (AV. M. S. 302)  
Tel: 223-4500/Fax: 223-6602 - Brasília-DF

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB O NÚMERO: =00035176=

01/04/2002

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11.05.12

com cláusulas de usufruto, fideicomisso ou qualquer ato ou disposição de última vontade que, de qualquer forma venha contratar ou perturbar os interesses e fins sociais.

20. OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS CIVIS  
CERB 504, 61. A, LOJA 07/08 - (AV. BRASIL)  
Tel: 223-4508/Fax: 223-6602 - Brasília DF

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB  
O NÚMERO: =00035176=

01/04/2002

**PARÁGRAFO QUINTO:** O falecimento de qualquer um dos sócios não implicará na dissolução da sociedade prosseguindo com os herdeiros do mesmo, os quais deverão ter seus nomes submetidos à prévia aprovação pelo Poder Público concedente.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Verificando – se a ocorrência descrita no parágrafo anterior, será feita a apuração dos haveres do sócio falecido, e a seguir processada a entrega na forma legal aos legítimos herdeiros. Os haveres, se houverem, do sócio falecido, serão negociados pelos herdeiros e/ou sucessores legais na forma prevista no parágrafo terceiro desta cláusula, dando sempre preferência, em igualdade de condições, à sociedade;

#### CLÁUSULA DÉCIMA – Das disposições gerais

Para o exercício das funções de administrador e procurador, responsável pelas instalações técnicas e principalmente para o encargo ou orientações da natureza intelectual administrativa direta ou indiretamente, a sociedade se obriga desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 ( dois terços) de trabalhadores brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da declaração de desimpedimento

Pelo presente instrumento, os sócios declaram expressamente que não se acham incursos nas proibições legais que os impeçam de exercerem as atividades previstas nos objetivos sociais referidos na cláusula primeira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das disposições gerais

Os casos não previstos no presente contrato social, serão resolvidos de acordo com o que dispõe a Lei Federal no. 3.708, de 10 de janeiro de 1919, e, subsidiariamente, no que for aplicável, pela Lei Federal no. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

Fica eleito o foro da sede da sociedade para a solução de quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

22. OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS  
CRS 504, BL. A, LOJA 07/08 - (Av. W3 Sul)  
Tel: 223-4508/Fax: 223-6602 - Brasília-DF

FICOU ARQUIVADA COPIA MICROFILMADA SOB  
O NÚMERO:

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social em (quatro) vias processadas de igual teor e forma, que lido na presença dos contratantes e de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas, foi achado conforme, pelo que se obrigam por si, seus herdeiros e sucessores legais, a bem e fielmente cumpri-lo.

01/04/2002

Brasília - DF, 25 de março de 2002

**SÓCIOS:**

Simone Oliveira de Albuquerque  
Simone Oliveira de Albuquerque

Katiuscia Rasera  
Katiuscia Rasera

**Testemunhas:**

Alexandre Caetano dos Reis  
CI no. 794.045 SSP/DF  
CIC no. 287.157.991-15

Alessandra Batista Perdigão dos Reis  
CI no. 1.302.830 SSP/DF  
CIC no. 552.457.901-06

22. OFÍCIO DE REG. DE PESSOAS JURÍDICAS  
CRS 504, BL. A, LOJA 07/08 (Av. W3 Sul)  
Tel: 223-4508/Fax: 223-6602 - Brasília-DF

Oficial: Jessé Pereira Alves  
Apresentado hoje protocolado e registra-  
do no AE-02, sob o nº

00005089  
Brasília-DF 1/4/2002

Esc. Subs: Renata Rodrigues Moreira  
e Silva  
Esc. Subs: Antonio Fernandes Aquino  
de Sousa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11.05.12

R

**ANEXO II**

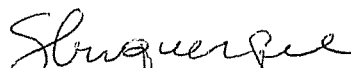
**DECLARAÇÃO**

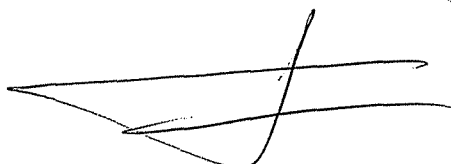
O(s) abaixo assinado(s) dirigente (s) da **Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda.**, declara(m) que:

- a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade de **Macapá**, Estado **Amapá**, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;
- b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspense;
- c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidade diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1967;
- d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de Fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com outorga.

Brasília-DF, 24 de dezembro de 2002



  
**Simone Oliveira de Albuquerque**  
**Sócia Gerente**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL  
CET - INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

**CARTÃO DE DOAÇÃO DE ÓRGÃO E TECIDOS**

**CARTeira DE IDENTIDADE**

ASSINATURA DO TITULAR

*Simone Ade Albuquerque*

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO: 124 307

DATA DE EXPEDIÇÃO: 21-01-1998

NOME: SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE

FILIAÇÃO: Jefferson de Albuquerque Costa  
Valquiria Oliveira Albuquerque

NATURALIDADE: Fortaleza - CE

DATA DE NASCIMENTO: 15-04-1959

DOC. ORIGIN.: Cert. Nasc. 146848, Fls. 547, Liv. A-220, Fortaleza - CE

CPF: 116.111.263-68

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

FEB. 06 MAIO 7mm

*Elencado para 215*  
Car. Oficial - Substituta

**CARTeira DE IDENTIDADE**

ASSINATURA DO TITULAR

*Katuxa Raseira*

Central de Transmissão de Polícia Civil - 200-3022

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EXPEDIÇÃO: 07/08/1997

CPF: 137.842.131-00

DATA DE NASCIMENTO: 03/04/1978

LOCAL DE NASCIMENTO: COMARCA CRUITIABA/PR

NOME: KATUXA RASEIRA

FILIAÇÃO: GRACILIO FERNANDO RASEIRA

NATURALIDADE: CRUITIABA/PR

FEB. 06 MAIO 7mm

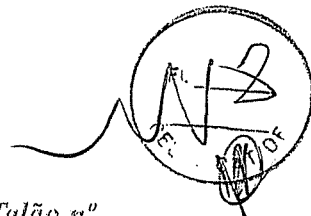
*Elencado para 215*  
Car. Oficial - Substituta

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



Justiça do Distrito Federal



Tulão n°

260

09/12/2002

Cível

1 de 1

Mc Arthur di Andrade Camargo

OFICIAL

Rônei Pinto Ramos  
OFICIAL SUBSTITUTO

Leide Jane Catunda Carvalho  
OFICIALA SUBSTITUTA

## C E R T I F I C A

Com referência ao(s) feito(s) abaixo mencionado(s), e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

distribuições CÍVEIS, referentes às AÇÕES DE EXECUÇÃO, SUMÁRIO, ORDINÁRIA, DESPEJO, EXECUÇÃO FISCAL, FALÊNCIA E CONCORDATA, DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE, RENOVATÓRIA, BUSCA E APREENSÃO, DEPÓSITO, NOTIFICAÇÃO, PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS, COMINATÓRIA, INTERPELAÇÃO, CAUTELARES, SEPARAÇÃO JUDICIAL, DIVÓRCIO LITIGIOSO, ANULAÇÃO DE CASAMENTO, SEPARAÇÃO DE CORPOS, ALIMENTOS, INSOLVÊNCIA CIVIL e demais feitos, feitas às Varas CÍVEIS, FAZENDA, REGISTRO PÚBLICO, FALÊNCIA E CONCORDATA, FAMÍLIA, ACIDENTE NO TRABALHO E JUIZADOS ESPECIAIS, desde a data de fundação, 21/04/1960, até 02/12/2002 dele verifiquei que **\*\* NADA CONSTA \*\*** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE**  
(116.411.263-53)

**CERTIDÃO EMITIDA EM 09/12/2002**

**\*\*\* VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS \*\*\***

**Emolumentos: R\$ 6,49**

**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia reprográfica por ser fiel reprodução do documento original que me foi apresentado e com a qual conferi. Dou fé.  
(1ª FACE)

**17 DEZ. 2002**

**Taguatinga DF**

**CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS DO DISTRITO FEDERAL**

☒ Ronaldo Ribeiro de Faria - TABELÃO  
☒ Geraldo Eustáquio Pereira - TAB. SUBSTITUTO  
☒ Francisco José G. Barros - TAB. SUBSTITUTO  
☒ Robson Ribeiro de Faria - TAB. SUBSTITUTO  
☒ DENIS EDSON ALMEIDA LUIZ - ESCRIVENTE  
CNA 02 - LT 01  
351-878

LOJAS 01102 - TAGUATINGA - DF  
FAX 351-6992

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

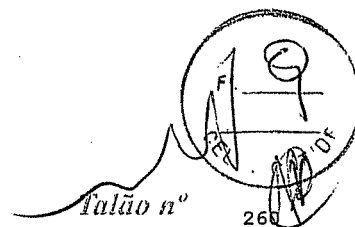
Em, 11/05/12

Mc Arthur di Andrade Camargo





Justiça do Distrito Federal



09/12/2002

Criminal

1 de 1

Mc Arthur di Andrade Camargo

OFICIAL

Rônei Pinto Ramos  
OFICIAL SUBSTITUTO

Leide Jane Catunda Carvalho  
OFICIALA SUBSTITUTA

## C E R T I F I C A

Com referência ao(s) feitos(s) abaixo mencionado(s), e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

distribuições CRIMINAIS feitas às VARAS CRIMINAIS, FALÊNCIAS e CONCORDATAS, da JUSTIÇA do DISTRITO FEDERAL, AUDITORIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E JUIZADOS ESPECIAIS, desde a data de fundação, 21/04/1960, até 02/12/2002 dele verifiquei que **\*\* NADA CONSTA \*\***, contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE**

(116.411.263-53)

**CERTIDÃO EMITIDA EM 09/12/2002**

**\*\*\* VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS \*\*\***

**Emolumentos: R\$ 6,49**

**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia reprográfica por ser fiel reprodução do documento original que me foi apresentado e com a qual conferi. Dou fé.  
(1ª FACE)  
**17 DEZ/2002**  
Taguatinga DF  
Ronaldo Ribeiro de Faria - TABELIÃO  
Geraldo Eustáquio Pereira - TAB. SUBSTITUTO  
Francisco José G. Barroso - TAB. SUBSTITUTO  
Robson Ribeiro de Faria - TAB. SUBSTITUTO  
DENIS EDSON ALMEIDA LUIZ - ESCRIVENTE  
CNA02-LT01 LOJA 01102 - TAGUATINGA - DF  
FAX 351.6992

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12



Mc Arthur di Andrade Camargo

Brasília Cartório de Distribuição - Praça do Buriti, anexo ao Tribunal de Justiça, Bloco "A", Salas 5/6  
Brasília/DF - CEP: 70094-900 - Tel: (0xx61) 33.1448/343, 2376/343, 1875  
Fax: (0xx61) 344.9453 - E-mail: juicaodf@uol.com.br

Decreto - Lei nº 115 - 25.01.67 Regimento de Custas.  
Documento emitido por processamento eletrônico, qualquer emenda ou rasura será considerada como indício de adulteração ou tentativa de fraude.

Justiça do Distrito Federal



Tulão nº

260

09/12/2002

Protesto

1 de 1

Mc Arthur di Andrade Camargo

OFICIAL

Rônei Pinto Ramos  
OFICIAL SUBSTITUTO

Leide Jane Catunda Carvalho  
OFICIALA SUBSTITUTA

## C E R T I F I C A

Com referência ao(s) feito(s) abaixo mencionado(s), e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

REGISTRO DE PROTESTO DE TÍTULOS, feitos aos CARTÓRIOS DE PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DO DISTRITO FEDERAL, desde a data de fundação, até 01/01/1992 e distribuição de títulos para apontamento, desde a data de dois de janeiro do ano de 1992 até 19/11/2002 dele verifiquei que **\*\* NADA CONSTA \*\***, contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE**

(116.411.263-53)

**CERTIDÃO EMITIDA EM 09/12/2002**

**\*\*\* VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS \*\*\***

Emolumentos: R\$ 6,49

**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia reprográfica por fiel reprodução do documento original que me foi apresentado e com a qual conferi. Dou fé.  
(1º FACE)  
**17 DEZ. 2002**  
Taguatinga DF  
Cartório do S.º Oficial de Registro de Títulos e Documentos  
Ronaldo Augusto de Faria - TABELÃO  
Geraldo Eustáquio Pereira - TAB. SUBSTITUTO  
Francisco José G. Barroso - TAB. SUBSTITUTO  
Robson Ribeiro de Faria - TAB. SUBSTITUTO  
DENIS EDSON ALMEIDA LUIZ - ESCRIVENTE  
CNA02-1T01 LOJAS 01102 - TAGUATINGA-DF  
FAX 351-6992  
3516787

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL**  
Primeira Zona Eleitoral

**C E R T I D ã O**

**CERTIFICO** que o (a) eleitor(a) **SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE** filho (a) **WALQUIRIA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE** e de **JEFFERSON DE ALBUQUERQUE COSTA** nascido (a) em **15/04/1959**, inscrição número **001347632020** da **0246** Zona Eleitoral do Distrito Federal, Seção **0014**, de **18/09/1986**, está quite com suas obrigações eleitorais. Esta Certidão terá validade de 30 dias. Eu, **FRANCISCA HELENA P. PASCOA**, pesquisei e conferi Passos Cartório da 1ª Zona Eleitoral do Distrito Federal.

**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia reprográfica por ser fiel reprodução do documento original que me foi apresentado e com a qual conferi. Dou fé.  
(1ª FASE)  
**17 DEZ 2002**  
Taguatinga DF  
Cartório do 5º Ofício de Notas do Distrito Federal  
Rondador Ribeiro de Paulo - TABELÃO  
Geraldo Eustáquio Pereira - TAB. SUBSTITUTO  
Francisco José G. Barroso - TAB. SUBSTITUTO  
Robson Ribeiro de Fátima - TAB. SUBSTITUTO  
DENIS EDSON ALMEIDA LUIZ - ESCRIVÃO  
CNA 02 - LT 01 - LOJA S01102 - TAGUATINGA - DF  
FAX 351-6992  
351-8787

Brasília, 09 de dezembro de 2002.

**Francisco Soares de Souza**  
Chefe do Cartório da 1ª Zona Eleitoral  
Substituto

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

# CERTIDÃO

DINARTE ANTONIO BIANCHI, CHEFE  
DO CARTÓRIO DA 176ª ZONA  
ELEITORAL DE CURITIBA, CAPITAL  
DO ESTADO DO PARANÁ,

CERTIFICA, a pedido da parte interessada que, consultando o cadastro geral de eleitores deste Estado, consta a inscrição de **KATIUSCIA RASERA**, filho de **DRAULIO FERNANDO RASERA** e de **MARY DE FATIMA RASERA**, nascido no dia **03/06/1978**, portador (a) do Título Eleitoral nº **070858160604**, Seção nº **157**, estando o(a) mesmo(a) **QUITE** com a Justiça Eleitoral. O referido é verdade, do que dou fé.

Curitiba, 10 de Dezembro de 2002

**DINARTE ANTONIO BIANCHI**  
**Chefe da 176ª Zona Eleitoral**

Custas: *NIHIL*  
3207372731

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 05 12

TO BIANCHI  
 na Eleitoral  
 7 DEZ/2002  
 Taguatinga DF  
 Ronaldo Ribeiro de Faria - TABELÃO  
 Geraldo Eustáquio Pereira - TAB. SUBSTITUO  
 Francisco José G. Barros - TAB. SUBSTITUO  
 Robson Ribeiro da FONSECA - TAB. SUBSTITUO  
 DENIS EDSON ALMEIDA LUIZ - ESCREVENTE  
 CNA02-LT 61 LOJAS 01102 - TAGUATINGA-DF  
 351.8787 FAX 351.6932



13  
FL  
REGISTRATION

ATIVO	30,000.00
ATIVO CIRCULANTE	30,000.00
DISPONIBILIDADES	30,000.00
CAIXA GERAL	30,000.00
CAIXA MATRIZ	30,000.00

Em, 11 / 05 / 12



12 OF. NOTAS E "PROTESTO" DE  
TAXA-RENTADO GALENOS  
AUTENTICAÇÃO  
AUTENTICO PARA QUE SE REPRODUÇA  
COM O ENDEREÇO DE 21/04/40).

2002

OSCARDO C. OLIVEIRA JUNIOR  
R. VITO C. SALES  
MANOEL SILVA C. FRANCISCO





Justiça do Distrito Federal



Talão nº 15  
09/12/2002  
Folencia  
1 de 1

Mc Arthur di Andrade Camargo  
OFICIAL

Rônei Pinto Ramos  
OFICIAL SUBSTITUTO

Leide Jane Catunda Carvalho  
OFICIALA SUBSTITUTA

## C E R T I F I C A

Com referência ao(s) feitos(s) abaixo mencionado(s), e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

**FALÊNCIAS E CONCORDATAS** feitas à **VARA DE FALÊNCIA E CONCORDATA** da **JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL**, desde a data de fundação, 21/04/1960, até 02/12/2002 dele verifiquei que **\*\* NADA CONSTA \*\***, contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA**

(04.974.569/0001-09)

**CERTIDÃO EMITIDA EM 09/12/2002**

**\*\*\* VALIDA POR 30 (TRINTA) DIAS \*\*\***

**Emolumentos: R\$ 6,49**

**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia reprográfica por ser fiel reprodução do documento original que me foi apresentado e com a qual conferi. Dou fé.  
(1P FACE)  
**17 DEZ 2002**  
Taguatinga DF  
Cartório do Oficial Edson L. A.  
Zonaldo Ribeiro de Faria - TABELÃO  
Geraldo Eustáquio Pereira - TAB. SUBSTITUTO  
Francisco José G. Barroso - TAB. SUBSTITUTO  
Robson Ribeiro de Faria - TAB. SUBSTITUTO  
DENIS EDBSON ALMEIDA LUIZ - ESCRIVENTE  
CNA02 - LT 01 LOJAS 01102 - TAGUATINGA - DF  
351.6992 FAX 351.6992

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

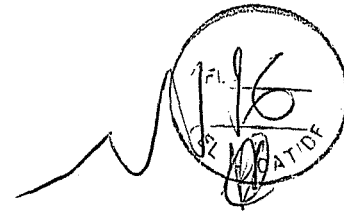


Brasília Cartório de Distribuição - Praça do Buriti, anexo ao Tribunal de Justiça, Bloco "A", Salas 5/6  
Brasília/DF - CEP: 70094-900 - Tel: (0xx61) 343.1488/343.2376/343.1875  
Fax: (0xx61) 344.9453 - E-mail: distribuidor@uol.com.br

Decreto - Lei nº 115 - 25.01.67 Regimento de Custas.  
Documento emitido por processamento eletrônico, qualquer emenda ou rasura será considerada como indicio de adulteração ou tentativa de fraudes.



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal  
Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral



Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>04.974.569/0001-09</b>	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA <b>01/04/2002</b>
NOME EMPRESARIAL <b>SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>64.20-3-04 - Outras telecomunicacoes</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - SOCIEDADE P/ COTAS RESPONSABILIDADE LTDA</b>			
LOGRADOURO <b>SH/SUL QD. 06 CONJ. A BL. E</b>	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO <b>SALA 424</b>	
CEP <b>70.310-500</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ASA SUL</b>	MUNICÍPIO <b>BRASILIA</b>	UF <b>DF</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>01/04/2002</b>	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

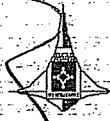
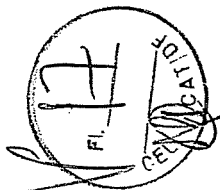
Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia 23/12/2002 às 15:16:10 (data e hora de Brasília).

Voltar

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 05 12



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO  
CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL  
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL - DIF

CPF/DF: **07.432.605/001-25** CNPJ/CPF: **04.974.569/0001-09**  
Data da Concessão da Inscrição: **22/04/2002** Data de Validade do Documento: **31/03/2003**

Nome/Razão Social <b>SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA</b>	
Título do Estabelecimento - Nome Fantasia	
Tipo de Contribuinte <b>SOCIEDADE CIVIL</b>	
Qualificação do Contribuinte <b>ICMS E ISS</b>	
Regime de Tributação	
Descrição da Atividade Econômica do ISS <b>EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO</b>	
Descrição da Atividade Econômica do ICMS <b>OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO</b>	
Endereço <b>SHS QD 06 CONJ A BL E SL 424</b>	
Bairro <b>ASA SUL</b>	
Observação	
Data de Emissão <b>22/04/2002</b>	Agência de Atendimento <b>Autônio Borges de Sousa</b>
Reservado	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 11/05/12



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
A seguradora do trabalhador brasileiro

PREVINGET  
GOVERNO  
FEDERAL

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº 512142002-23001040

### ADOS DO SUJEITO PASSIVO:

NPJ: 04.974.569/0001-09  
OME: SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA  
ENDEREÇO: SH/SUL QUADRA 06 CONJUNTO A BLOCO E SALA 424  
Cidade: AIRRO OU DISTRITO: ASA SUL  
MUNICÍPIO: BRASILIA  
ESTADO: DF  
EP: 70100-000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

### INALIDADE DA CERTIDÃO:

QUANDO DAQUELAS PREVISTAS NAS LEIS 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E ALTERAÇÕES, EXCETO PARA:

- AVERBAÇÃO DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM IMÓVEL;
- REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DE COTAS DE SOCIEDADES DE RESPONSABILIDADE LIMITADA;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL, CISAÇÃO TOTAL OU PARCIAL, TRANSFORMAÇÃO OU EXTINÇÃO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL.

A CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NA LEI Nº 8.212/91 E ALTERAÇÕES, QUE, PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DÉBITO IMPEDITIVO A EXPEDIÇÃO DESTA CERTIDÃO EM NOME DO SUJEITO PASSIVO ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVADO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTÂNCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA. VÁLIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITAÇÃO DA PRESENTE CERTIDÃO ESTA CONDICIONADA A VERIFICAÇÃO DE SUA VALIDADE NA INTERNET, NO ENDEREÇO [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br), OU EM QUALQUER AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL OU UNIDADE AVANÇADA DE ATENDIMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

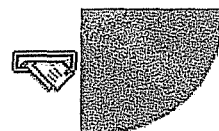
DEVE SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA A QUAL FOI EMITIDA.  
EMITIDA EM, 07 DE DEZEMBRO DE 2002.  
COM VALIDADE ATÉ 05/02/2003.  
VÁLIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSÃO.

**PREVIDÊNCIA SOCIAL. A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.**



**CATALREV**

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 04974569/0001-09  
**Razão Social:** SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA  
**Endereço:** SH / SUL QUADRA 06 CONJUNTO A BLOCO E SALA 424 ASA SUL / ASA SUL / BRASILIA / DF / 70000-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 20/12/2002 a 18/01/2003

**Certificação Número:** 2002122000011216694012

Informação obtida em 23/12/2002, às 15:01.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



Fl. 20  
PATIDE

# Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal

## Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais

Nome: **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA**  
CNPJ: **04.974.569/0001-09**

*Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas aos tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal.*

*Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta Secretaria da Receita Federal, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.*

Certidão expedida com base na IN/SRF nº 93, de 23 de novembro de 2001.

Emitida às **15:05:40** do dia **23/12/2002** (hora e data de Brasília).  
Válida até 23/06/2003.

Código de controle da certidão: **C0E8.5292.1FFD.7364**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange exclusivamente o estabelecimento identificado no CNPJ.

Certidão expedida gratuitamente.

Aprovado pela IN/SRF nº 93, de 23/11/2001.

Nova Consulta



Preparar página  
para impressão

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12





MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

**CERTIDÃO QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO****NEGATIVA****CNPJ****04.974.569/0001-09****Nome Completo****SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifica-se, para os fins de direito, que, analisados os registros da Dívida Ativa da União, verificou-se a **NÃO EXISTÊNCIA de INSCRIÇÕES** em nome do contribuinte acima identificado. E, para constar, foi extraída, por intermédio da Internet (rede mundial de computadores), esta certidão **NEGATIVA**.

**ASPECTOS JURÍDICOS DE VALIDADE**

Esta certidão é fornecida gratuitamente tendo validade por 30 dias (Portaria PGFN nº 22, de 19 de janeiro de 2001), não prevalecendo sobre certidões emitidas posteriormente.

Decreto-lei nº 147, de 03 de fevereiro de 1967: "Art. 62. Em todos os casos em que a lei exigir a apresentação de provas de quitação de tributos federais, incluir-se-á, obrigatoriamente, dentre aquelas, a certidão negativa de inscrição de dívida ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional competente."

**ASPECTOS TÉCNICOS DE VALIDADE**

Emissão às 15:11:49 do dia 23/12/2002

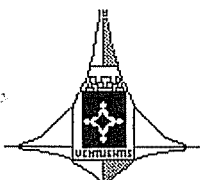
Código de Controle da Certidão: EEAE.9C6E.BC34.E6C2

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

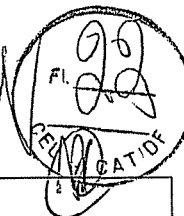
Em, 19/05/12

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página na Internet: <http://www.pgfn.fazenda.gov.br>

Atenção: Qualquer rasura ou emenda INVALIDARÁ este documento.



DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO  
SUBSECRETARIA DA RECEITA



## CERTIDÃO DE DÉBITOS

Atendendo a requerimento da parte interessada e, de acordo com as informações que constam dos cadastros fiscais desta Secretaria, ressalvando o direito da Fazenda Pública do Distrito Federal de cobrar quaisquer débitos que posteriormente venham a ser apurados.

### CERTIFICO QUE

CERTIDÃO NR : 368-00.190.555/2002  
NOME : SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA  
ENDEREÇO : SHS QD 06 CONJ A BL E SL 424  
CIDADE : ASA SUL  
CPF :  
CNPJ : 04.974.569.0001-09  
INSC ISS :  
INSC ICMS :  
CF/DF : 0743260500125 ATIVA  
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 11/05/12

NÃO CONSTA(M) DÉBITO(S) EM NOME DA REQUERENTE. NA FORMA  
GRAFADA NESTA CERTIDÃO. CONSTANTE DO REQUERIMENTO

\*\*\*\* SEM VALIDADE PARA CONCORDATA \*\*\*\*

A CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE  
DADOS DISPENSA CHANCELA MECÂNICA

Esta Certidão é válida até 10 de Janeiro de 2003

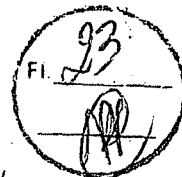
**AUTENTICAÇÃO**  
Autentico a presente cópia reprográfica por ser  
fidel reprodução do documento original que me  
foi apresentado e com a qual conferi. Dou fé.  
(1ª FASE)  
17 DEZ 2002  
Taguatinga DF  
O DISTRITO FEDERAL DE NOTAS  
CARTÃO DO OFÍCIO DE NOTAS  
Francisco Evaldo S. da Silva - TAB. SUBSTITUTO  
Geraldo Eustáquio Pereira - TAB. SUBSTITUTO  
Francisco José G. Barroso - TAB. SUBSTITUTO  
Robson Ribeiro de Faria - TAB. SUBSTITUTO  
DENISE EDSON ALMEIDA LUIZ - ESCRIVENTE  
CNA02-L 01 LOJAS 01102 - TAGUATINGA - DF  
351-3787 FAX 351-6992

**GDF**  
SEFP/SUP/EC/GEATE  
AGFUL  
11 DEZ 2002  
Francisco Evaldo S. da Silva  
Técnico de Administração Pública  
Mat. 431272-5

Brasília-DF, 11 de Dezembro de 2002

Certidão emitida por FRANCISCO EVALD as 13:51

Assinatura do Funcionário



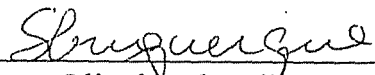
## PROCURAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

**SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 04.974.569/0001-09, com sede na SH/Sul Quadra 06 Conjunto A Bloco E Sala 424, em Brasília/DF, representada neste ato por seu sócio-gerente **SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE**, brasileira, RG nº 1.176.306 – SSP/DF, CPF nº 116.411.263-53, que receberá as intimações no endereço da empresa pelo presente nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **CARLOS HENRIQUE DA CRUZ**, Administrador, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.219.282 – SSP/SC, CPF nº 896.407.059-34, com escritório no S.G.A.S. Q. 902, Ed. Athenas, Bloco “B”, salas 201/202, CEP 70.390-020 – Brasília/DF, Fone/fax: (61) 321-0702, a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos das Concorrências do Ministério das Comunicações – SSR/MC em que participar, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Brasília, 19 de dezembro de 2002

  
Simone Oliveira de Albuquerque  
CPF nº 116.411.263.53


40. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA  
W/3 NORTE RD. 504 - ED. MARIANA-TERREO  
BRASÍLIA-DF - FONE: (0XX61) 326-5234  
RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA(S) a(s)  
firma(s) de:  
124914-SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE..

Em testemunho da verdade.  
BRASÍLIA, 18 de dezembro de 2002

033-AROLD DE SOUZA  
ESCREVENTE AUT.  
RLDO

AROLD DE SOUZA  
4º Ofício de Notas de Brasília  
ESCREVENTE AUT.  
EFS4056389

AUTENTICAÇÃO	
CONFERE COM O ORIGINAL (1ª FACE)	
DE ACORDO COM O ART. 7º, V, DA LEI Nº 8.935	
DE 18/11/94 AUTÊNTICO ESTA CÓPIA QUE É	
REPRODUÇÃO FIEL DO ORIGINAL.	
Brasília DF	18 DEZ 2002
EVALDO FEITOSA DOS SANTOS - Tab. Subst.	
NIVALDO FEITOSA DOS SANTOS - Tab. Subst.	
ANTÔNIA MENDONÇA FEITOSA - Tab. Subst.	
AROLD DE SOUZA ARAÚJO	
ELIETE PEREIRA DE AZEVEDO	
DEMerval FEITOSA DOS SANTOS	
ALAI DE SOUZA VIEIRA	
ANTÔNIO ALAIR FIUZA	
EDIMAR MENDONÇA DOS SANTOS	
Escritores Autorizados	Contido por

4º OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA  


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1/R - 3.219.282 DATA DE EXPEDIÇÃO 11.04.1991

NOME CARLOS HENRIQUE DA CRUZ

Adairto Rambor da Cruz

FILIAÇÃO Maria da Graça da Cruz

NATURALIDADE MONTENEGRO/RS DATA DE NASCIMENTO 10.05.1971

DOC. DE GEM Cert. Nasc. nº 179.153-Lv. A. 192-Fls. 27v.

Cartorio Silva Porto Alegre/RS

CPF 896 407 059

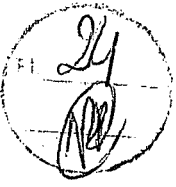
Dr. Mauro Dutra

Matrícula 145.791

DEI DE POLICIA

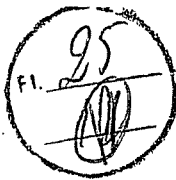
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 05 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 24.

Nº desta folha : 25.

Nºs das demais folhas juntadas : 26 a 30.

Brasília-DF, 10 de Janeiro de 2003.

  
Guilherme Quintas  
Secretário da CEL



**Serviço Público Federal**  
**Ministério das Comunicações**  
**Secretaria de Serviços de Radiodifusão**

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

**ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO**  
**DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇO**  
**CONCORRÊNCIA Nº 014/02-SSR/MC**  
**Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV) para as**  
**LOCALIDADES - BOA VISTA/RR e MACAPÁ/AP.**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de dezembro de 2002, às 9h (nove horas), no auditório Prof. Lourenço Chehab, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Subsolo do Ministério das Comunicações, Brasília-DF, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria do Presidente da Comissão Especial de Licitação Nº 1 (Alínea G), de 02 de março de 1998, publicada no DOU (Seção 2) de 03 de março de 1998, alterada pelas Portarias do Presidente da Comissão Especial de Licitação nº 3 (alínea B), de 10 de março de 1998 publicada no DOU (seção 2) de 23 de fevereiro de 2001 e nº 6, de 5 de dezembro de 2002 publicada no DOU (seção 2) de 09 de dezembro de 2002, com a participação de seu Presidente **Guilherme Gonçalves Soares Quintas** e seus membros **Albênio Trajano de Moraes**, **José Ancelmo Nogueira**, **Geraldo Rosalvo Teixeira da Rocha**, **Iron Lopes de Oliveira** e **Sergio Augusto Bezerra de Medeiros**, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 811, de 29 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 30 de dezembro de 1997, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal, constituída pela Portaria do Presidente da Comissão Especial de Licitação nº 1 (alínea "g"), de 2 de março de 1998, publicada no DOU (Seção 2) de 03 de março de 1998, e alterada pelas Portarias do residente da Comissão Especial de Licitação nº 3 (alínea "b"), de 10 de março de 1998, publicada no DOU (Seção 2) de 12 de março de 1998, e 3, de 16 de fevereiro de 2001, publicada no DOU (Seção 2) de 23 de fevereiro de 2001, com a participação de seu Presidente, **Guilherme Gonçalves Soares Quintas** e de seus membros **Albenzio Trajano de Moraes**, **José Ancelmo Nogueira**, **Geraldo Rosalvo Teixeira da Rocha**, **Iron Lopes de Oliveira** e **Sergio Augusto Bezerra de Medeiros** para o recebimento e rubrica dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preços, bem como abertura e rubrica de Documentação de Habilitação dos interessados nessa licitação, que objetiva a outorga de concessão para execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), nas localidades: Boa Vista/RR e Macapá/AP, Publicada no DOU de 22 de outubro de 2002, Seção 3, página 47, indicada no Anexo I do Edital.

processando-se os trabalhos em conformidade do item 9 do Edital (Abertura e Apreciação dos Documentos de Habilitação), na sequência seguinte: **(1)** Assinatura da Lista de Presença dos representantes legais das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, bem como da Lista de Presença do público, que serão anexadas à presente Ata. A Lista de Presença foi recolhida às 09:00 horas e entregue ao Presidente dessa Comissão. **(2)** Recebimento dos Protocolos de comparecimento à licitação. **(3)** Entrega dos invólucros à Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal pelos representantes das Proponentes, que se apresentaram pela seguinte ordem: **Localidades: BOA VISTA/RR:** 1- Amazônia Cabo Ltda., 2- Paraviana Comunicações Ltda., 3- Buritis Comunicações Ltda., 4- Agência Prisma S/C Ltda., 5- GP Produções e Marketing Ltda., 6- LHM Comunicação Ltda., 7- Rádio e TV Nova Era Ltda., 8- Galassi e Lopes Ltda., 9- Sistema Alpha de Comunicação Ltda., 10- Ledra e Silva Ltda., 11- Jobast Produções Cinematográficas Ltda., 12- Empresa de Comunicação Encontro dos Rios Ltda., 13- Alto Astral Produções Ltda., 14- Rede Metropolitana de Rádio e TV Ltda., 15- A2 Comunicações Ltda. e 16- X Mediagroup S/A. **Localidades: MACAPÁ/AP:** 1- Amazônia Cabo Ltda., 2- Agência Prisma S/C Ltda., 3- Sinal Brasileiro de Comunicação Ltda., 4- Rádio e TV Nova Era Ltda., 5- Galassi e Lopes Ltda., 6- Sistema Alpha de Comunicação Ltda., 7- Ledra e Silva Ltda., 8- Jobast Produções Cinematográficas Ltda., 9- Empresa de Comunicação Encontro dos Rios Ltda., 10- Rede Metropolitana de Rádio e TV Ltda., 11- A2 Comunicações Ltda. e 12- X Mediagroup S/A **(4)** foram eleitos por todos os proponentes presentes à reunião, a Comissão de Proponentes com a finalidade de rubricar os invólucros contendo as Propostas Técnica e de Preços pela Outorga: Mateus R. Hassan – X Mediagroup S/A, Afonso Luciano Gomes Amâncio – Jobast Produções Cinematográficas Ltda., Fábio Gonçalves Marimou – LHM Comunicações Ltda. e Carlão Henrique da Cruz – Sinal Brasileiro de Comunicações Ltda.. **(5)** As Propostas Técnicas e as Propostas de Preço pela Outorga, uma vez rubricadas foram lacradas em invólucros separados sob os lacres nº 0038282 – Macapá/AP e 0038274 – Boa Vista/RR, (Proposta Técnica) e os lacres nº 0038279 – Macapá/AP e 0038204 – Boa Vista/RR, (Proposta de Preço), e mantido sob a guarda da Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal. **(6)** Em seguida, o Sr. Presidente da Comissão procedeu a abertura dos invólucros de Documentação de Habilitação para as localidades de Boa Vista/RR e Macapá/AP, indicada no Anexo I do Edital. **(7)** A documentação foi rubricada pela Comissão eleita pelos Proponentes de acordo: Mateus R. Hassan – X Mediagroup S/A, Afonso Luciano Gomes Amâncio – Jobast Produções Cinematográficas Ltda., Fábio Gonçalves Marimou – LHM Comunicações Ltda. e Carlão Henrique da Cruz – Sinal Brasileiro de Comunicações Ltda.. **(8)** Foi verificada a seguinte composição de cada Documentação de Habilitação, conforme segue: 1- Amazônia Cabo Ltda. (71 páginas), 2- Paraviana Comunicações Ltda. (36 páginas), 3- Buritis Comunicações Ltda. (34 páginas), 4- Agência Prisma S/C Ltda. (32 páginas), 5- GP Produções e Marketing Ltda. (32 páginas), 6- LHM Comunicação Ltda. (56 páginas), 7- Rádio e TV Nova Era Ltda. (32 páginas), 8- Galassi e Lopes Ltda. (34 páginas), 9- Sistema Alpha de Comunicação Ltda. (38 páginas), 10- Ledra e Silva Ltda. (29 páginas), 11- Jobast Produções Cinematográficas Ltda. (45 páginas), 12- Empresa de Comunicação Encontro dos Rios Ltda. (30 páginas), 13- Alto Astral Produções Ltda. (37 páginas), 14- Rede Metropolitana de Rádio e TV Ltda. (63 páginas), 15- A2 Comunicações Ltda. (41 páginas), 16- Sinal Brasileiro de Comunicações S/C Ltda. (22 páginas) e

GOV. DO DISTRITO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO



17- X Mediagroup S/A (241 páginas). (9) Foi comunicado aos proponentes que a Documentação de Habilitação rubricada nessa reunião estará a disposição para vistas e solicitação de cópias que deverão ser agendados posteriormente e a ser comunicado através de Aviso publicado no Diário Oficial da União – DOU, assim que os processos estiverem prontos para o procedimento de vistas. Caso a proponente se encontre em outra Unidade da Federação, deverá ser protocolizado o pedido formal de agendamento de vista aos processos, à Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal. (10) E nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta reunião às 11h (onze horas), em 26 (vinte e seis) de dezembro de 2002, tendo sido lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal e pelo representantes legais das licitantes ou por seus procuradores legalmente constituídos, abaixo nominados.

#### COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL:

COMISSÃO:

**GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS**  
PRESIDENTE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 14/05/2013

**JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA**  
MEMBRO

**ALBENZIO TRAJANDO DE MORAIS**  
MEMBRO

**GERALDO ROSALVO T. DA ROCHA**  
MEMBRO

**IRON LOPES DE OLIVEIRA**  
MEMBRO

**SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS**  
MEMBRO

SEGUE, ANEXO, LISTA DE PRESENÇA DOS PROPONENTES





Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Radiodifusão

Concorrências nº 14 /02 - SSR/MC

Lista de Presença das Proponentes

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Confere com o original

Em 11/05/12

Folha: 01

Data: 26/12/02  
Serviço: FM ( ) OM ( ) TV (X)

Localidade: \_\_\_\_\_

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal Ou procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UG	Cargo
(061) 54421 ALTO ASTRAL PRODUÇÕES LTDA	MARIA LUCIA TEODORO DONASCIMENTO			648168-SSR/15	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
SISTEMA ALPHA Com. Ltda	Vicente S. Cardoso			1.093.054-SSP/60	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
SPASSI LOPES LTDA	Vicente S. Cardoso			1.093.054-SSP/60	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
LEDRA E SILVA LTDA	Vicente S. Cardoso			1.093.054-SSP/60	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
<del>(FATECER)</del> —	—	—	—	—	Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
X-MEDIA GROUP S.A.	MATEUS R. HASSAN			1052390729	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
SOBAST PRODUÇÕES PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS	Alonso Lucas			475.783-1	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
AMAZONIA CABO Ltda	Raimundo F. Moreira			74527-SSP/12	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
GP PRODUÇÕES E MARKETING	Leandro Augusto Pires			46005 MR	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

CONCORRÊNCIAS Nº 14 /02 - SSR/MC

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 26/12/02

SERVIÇO: FM ( ) OM ( ) TV (X)

LOCALIDADE: \_\_\_\_\_

FOLHA: \_\_\_\_\_

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal Ou procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UG	Cargo
AE COMUNICAÇÕES	ALGELY OLIVEIRA SILVA			23.139.16-5/DF	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
REDE URBANOPOLIS	ALGELY OLIVEIRA SILVA			23.139.16-5/DF	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
Rádios e TV Nara Garcia Lda	Amaral Vieira M. Lobato			1.867.668-DF	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
POPULIANA COMUNICAÇÕES Lda	Daniel F. Amorim			815-4403 PR	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
BURITIS COMUNICAÇÕES Lda	Felipe RASERA			035745519-32	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
SINAL BRASILEIRO Lda	PENARONI CARZ			3219282	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
Empresa de comunicação Encontro dos Rios	Luciana Silva Ramo			1375488-2	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
L H M Comunicação Lda	FABIO GONCALVES MARINHO			1294438-DF	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)
AGENCIA PAISMA S/Lda	LUIS ANTONIO C. ROMERO			1.681.356-7 PR	Sócio/Acionista ( ) Procurador (X)

34

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 30 .

Nº desta folha : 34 .


Nºs das demais folhas juntadas : 32 a 34 .

Brasília, 04 de abril de 2003.

  
GUILHERME QUINTAS  
Secretário

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12





Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Radiodifusão  
Comissão Especial de Licitação

30.1

RESULTADO Nº 7967 /2003

**ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

CONCORRÊNCIA Nº: 014/2002 - SSR/MC

Licitante: SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA

Nº do Processo Específico da Licitante: 53000.008410/02

Resultado:	<b>HABILITADA</b>
------------	-------------------

UF	Localidade	Serviço	Grupo de Enquadramento
AP	Macapá	TV	B

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

Brasília, 13 de Janeiro de 2003.

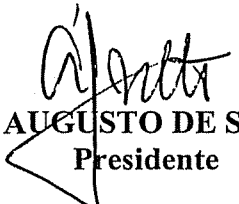
ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Comissão Especial de Licitação  PUBLICAÇÃO - DOU  VER ANEXO ATA DE HABILITAÇÃO
--

Em, 19 / 05 / 12

ATA DE REUNIÃO

Aos 17 (dezessete) dias do mês de março de 2003, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811 de 29 de dezembro de 1997, alterações subsequentes, com a participação de seu Presidente, Álvaro Augusto de Souza Neto, do seu Vice-Presidente Anacleto Rodrigues Cordeiro e dos membros, Napoleão Emanuel Valadares, José Ancelmo Nogueira, Caubi Proença Palmeira Júnior, Araci Marçal de Carvalho e Vânea Rabelo, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de habilitação de proponentes, com relação às Concorrências indicadas a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os resultados abaixo indicados relativos à análise de documentos de "habilitação". (2) Após as devidas verificações, a Comissão aprovou as conclusões contidas nos "Resultados" constantes desta Ata, autorizando o Presidente a assiná-los e adotar as providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros Titulares da Comissão. O Anexo I é parte integrante da presente ata.

  
ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO  
Presidente

  
ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO  
Vice-Presidente

NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES  
Titular

  
JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA  
Titular

CAUBI PROENÇA PALMEIRA JÚNIOR  
Titular

  
ARACI MARÇAL DE CARVALHO  
Titular

  
VÂNEA RABELO  
Titular

34  
30/04

ANEXO I

ATA DE REUNIÃO DE 17 DE MARÇO DE 2003.

CONCORRÊNCIA(S) N.º(S)	RESULTADO(S) N.º(S)
010/2002	7949, 7951, 7952, 7953, 7954, 7955, 7956, 7958, 7959, 7960, 7961, 7962, 7963, 7965, 7970, 7972, 7976, 7978 e 8102/2003
011/2002	7984, 7987, 7997, 8000, 8002, 8019, 8020, 8021, 8022, 8026, 8064 a 8074, 8077 e 8091/2003
012/2002	7903, 7908, 7917, 7945, 7946, 7950, 7957, 7975, 7979, 7982, 7983, 7986, 7996, 8001, 8103, 8029, 8030, 8032, 8034, 8036, 8037, 8044, 8045, 8048 a 8053, 8055, 8056, 8058, 8060, 8062, 8076, 8078, 8079, 8081, 8089, 8092, 8093, 8095 a 8101 e 8113/2003
013/2002	7913, 7938, 7942, 7947, 7948, 7968, 7971, 7973, 7974, 7980, 7981, 7985, 7988, 7995, 7999, 8004 a 8011, 8015, 8023, 8024, 8027, 8028, 8031, 8033, 8035, 8054, 8059, 8061, 8063, 8080, 8090, 8094, 8103, 8104, 8110, 8111, 8114 a 8126/2003
014/2002	7905, 7907, 7912, 7915, 7916, 7918, 7919, 7926, 7927, 7929, 7941, 7943, 7964, 7966, 7967, 7969 e 7977/2003
015/2002	7897 a 7902, 7904, 7906, 7909, 7914, 7924, 7928, 7937, 7939, 7940 e 7944/2002

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

*[Handwritten signature]*

Comissão Especial de Licitação

PUBLICAÇÃO – DOU

Data: 3/103 /2003 – Seção 3

PL 35  
w

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 13 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 34 .

Nº desta folha : 35 .


Nºs das demais folhas juntadas : 36 a 48 .

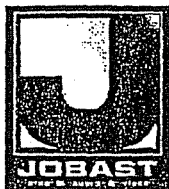
Brasília, 28 de abril de 2003.

  
GUILHERME QUINTAS  
Secretário

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

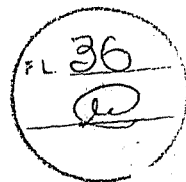




MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA, DF

22 ABR 12 41 E. 000114

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

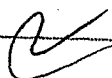


ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE  
LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA 014/2002-SSR-MC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



11/05/12 08:39

11/05/12 08:39

11/05/12

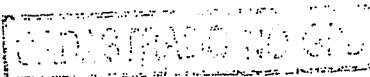
#### **JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS**

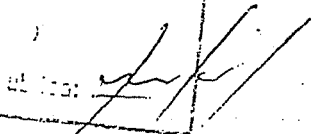
**LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o nº 02.341.528/0001-50, estabelecida na Rua Acre, 24 Conj. Vieiralves – Bairro: N. S. das Graças – Cep: 69053-130 - Manaus/AM., neste ato representada pelo seu sócio gerente Carlos Alberto de Bastos Brito, comparece respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, amparada pelo Art. 109, da Lei 8.666/93 c/c item 13.1 e seguintes do Edital, para apresentar sua **IMPUGNAÇÃO À HABILITAÇÃO** das Licitantes: **A2 COMUNICAÇÕES LTDA.**; **AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA.**; **BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA.**; **GALASSI E LOPES LTDA.**; **GP PRODUÇÕES E MARKETING LTDA.**; **LEDRA E SILVA LTDA.**; **PARANAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA.**; **RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA.**; **REDE METROPLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.**; **SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA.**; **X- MEDIAGROUP S/A.**; **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.**, fazendo-a com base nos motivos a seguir expostos e nas Razões da Impugnação que acompanham o presente Requerimento.

Requer ainda, que Vossa Senhoria dê provimento a esta Impugnação e caso assim não entenda esta Douta Comissão, que o mesmo seja encaminhado à autoridade superior competente, qual seja, o Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações para proferir decisão.



Rua: Acre, 24 Conj. Vieiralves – Bairro: N. S. das Graças – Cep: 69053-130 – Manaus/AM  
CNPJ: 02.341.528/0001-50 – Fone/Fax: (92) 633-1113/1213 - E-mail: jobast@internext.com.br



17/04/03 





Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Manaus, 08 de abril de 2003.

*Carlos Alberto de Bastos Brito*  
Carlos Alberto de Bastos Brito  
CPF 492.002.327-87  
Sócio Gerente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

## DAS RAZÕES DAS IMPUGNAÇÕES

### 1- DAS FALTAS COMETIDAS PELA LICITANTE: RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA.; 53000.008409/02

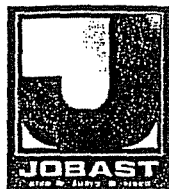
Como um dos critérios para a habilitação da proponente, pede o Edital no seu item 5.3.3: "... comprove que seu patrimônio líquido seja igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo pela Outorga".(grifamos)

A Licitante, não contempla o pedido, vejamos: não tem o capital social de pelo menos dez por cento do Edital, ou seja, de R\$13.864,05(treze mil oitocentos e sessenta e quatro reais e cinco centavos) para Boa Vista e, R\$15.120, 00(quinze mil cento e vinte reais) para Macapá. Sendo que, seu capital social é de R\$10.000,00(dez mil reais). E para confirmar sua desclassificação, consta nos autos na página 33, procuração sem reconhecimento de firma como pede o Edital, sendo assim, estando INABILITADA.

### 2- DAS FALTAS COMETIDAS PELA LICITANTE: X-MEDIAGROUP S/A – 53000.008413/02.

A Licitante, apresentou o seu balanço para comprovação de aptidão financeira de maneira errada, ou seja, nas páginas 223 a 226 dos autos do processo da mesma, configura o balanço é verdade, porém, sem a assinatura do sócio gerente e, todos sabem, que não é dessa forma, tanto é verdade que o Edital em seu item 5.3.2 pede: "*Para as proponentes que, de acordo com a legislação, na data de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, não tenham apurado as demonstrações financeiras referentes ao seu primeiro exercício social, e para as proponentes criadas exclusivamente para a execução do serviço de radiodifusão e inativas, apresentação do balanço de abertura, levantado em até 30 dias após a data da sua constituição e em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial.*"(grifamos)

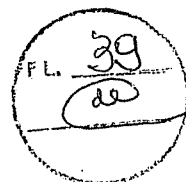
E para embasar ainda mais o que afirmamos vejamos o que diz o Código Comercial vigente na época:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

*R*



## Capítulo II DAS OBRIGAÇÕES COMUNS A TODOS OS COMERCIANTES

*"Art. 10 - Todos os comerciantes são obrigados:*

*1 - a seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração, e a ter os livros para esse fim necessários;*

*2 - a fazer registrar no Registro do Comércio todos os documentos, cujo registro for expressamente exigido por este Código, dentro de 15 (quinze) dias úteis da data dos mesmos documentos (artigo nº. 31), se maior ou menor prazo se não achar marcado neste Código;*

*3 - a conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondências e mais papéis pertencentes ao giro do seu comércio, enquanto não prescreverem as ações que lhes possam ser relativas (Título. XVII);*

*4 - a formar anualmente um balanço geral do seu ativo e passivo, o qual deverá compreender todos os bens de raiz móveis e semóventes, mercadorias, dinheiro, papéis de crédito, e outra qualquer espécie de valores, e bem assim todas as dívidas e obrigações passivas; e será datado e assinado pelo comerciante a quem pertencer."(grifamos)*

### 3- FALTAS COMETIDAS PELA LICITANTE: PARANAVIANA LTDA. - 53000.008411/02

Conforme está explícito no item 5.2.4 do Edital, exige-se a apresentação das Certidões Negativas das Varas Cíveis e Criminais dos sócios dirigentes nos últimos 5(cinco) anos, é fato.

Um ponto contundente e de fácil comprovação na documentação da Licitante, é o fato do sócio **Márcio Vieira Oliveira**, não ter apresentado a Certidão Negativa de todas as Varas Cíveis, por ter contra si ações (pág. 15), não apresentando nenhuma ressalva, ou ainda, Certidão Positiva com efeito negativo, sendo assim, estando INABILITADA a Licitante no processo licitatório.

*PLM*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



4 - FALTAS COMETIDAS PELAS LICITANTES: AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA. – 53000.008419/02; GALASSI E LOPES LTDA. – 53000.008406/02; LEDRA E SILVA LTDA. – 53000.008404/02; SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. – 53000.008410/02; SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA. – 53000.008405/02; X- MEDIAGROUP S/A. – 53000.008413/02; REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. – 53000.008407/02; A2 COMUNICAÇÕES LTDA. – 53000.008408/02; BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA. – 53000.008412/02; GP PRODUÇÕES E MARKETING LTDA. – 53000.008418/02; PARANAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA. – 53000.008411/02; RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA. – 53000.008409/02.

No item 5.3.3 do Edital pede: "... comprove que seu patrimônio líquido possui valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do Anexo I e que resulte na verificação do índice de Solvência maior ou igual a 1,2 (um vírgula dois), segundo a fórmula seguinte:  $IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,2$ , onde:

IS: Índice de Solvência

AT: Ativo Total

PC: Passivo Circulante

ELP: Exigível a Longo Prazo

Quando dando vista nos autos, foi constatado que nenhuma das Licitantes citadas, apresentam o índice pedido, umas até tentam confundir a Comissão com cálculos errados da expressão acima, tentando mas não conseguindo mostrar seu índice de acordo com o Edital. Cometem os mais primários erros da aritmética, engendram um arranjo para justificar um índice impossível de ser mostrado, quando deveriam era sim corrigir seus balanços, bastando que os mesmos não tivessem omitido os valores gastos para a constituição das suas sociedades, pois o capital social, é os valores disponibilizados pelos sócios para iniciarem uma atividade empresarial, e desse capital deverão ser extraídas as despesas como: taxas, alvarás de funcionamento, certidões, e outras para custear de fato e de direito uma empresa. Por não demonstrarem seus passivos circulantes e o exigível em longo prazo, não obtém o divisor, e dessa forma não podem obter o índice, ou seja, uns tentam dividir seu capital social por zero, logo, é impossível, pois nenhum número pode ser dividido por zero, a não ser que tenham mudado a regra aritmética. Outros sequer demonstram o índice, por omissão ou por não saberem fazê-lo, estando em falta com o Edital. Os Licitantes, ainda não entenderam o por que, que na abertura de uma empresa tem-se por lei até trinta dias para se demonstrar às despesas e até um ganho real, se for o caso, no balanço de abertura. Em um processo licitatório, onde a Administração Pública precisa escolher a melhor proposta para o Estado e, somente pode fazê-lo através de documentos apresentados, fatalmente concordará com o pedido de desclassificação, pois a relação entre Órgão Concessor e Concessionário prima pela verdade no sentido amplo da palavra.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



Não pode o Ministério das Comunicações representado neste ato pela Comissão de Licitação fazer pouco caso na inicial de uma relação, onde empresas dizem ter um capital, porém, não demonstram lisura na escrituração contábil. Sendo assim, sem dúvida alguma todas transgrediram o Edital, não demonstraram seus índices como o pedido, portanto, estando INABILITADAS.

### DA FUNDAMENTAÇÃO

Senhores membros desta Comissão, por tudo que foi exposto são provas incontestáveis para a **Impugnação e Inabilitação** das citadas Licitantes, bastando que esta Comissão, em minutos, verifique o que aqui foi apontado como falta. Entendemos ainda, não ser de toda falha da Comissão, mas sim das Licitantes que na ânsia de vencer apresentam documentos com a intenção de confundir esta Comissão quando da análise e, habilitando equivocadamente as mesmas.

Esta Comissão, não pode relevar as faltas cometidas pelas Licitantes, uma vez que, a Lei 8.666/93, prevê expressamente a vinculação às normas e condições do Edital, vejamos: "Art. 41 – A Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada." E para embasar ainda mais o que afirmamos citaremos o mestre Hely Lopes Meireles, em uma de suas obras *Licitação e Contrato Administrativo* (Ed. Malheiros, 12ª Ed., p. 31) nos diz o seguinte:

*"A vinculação ao edital significa que a administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer tanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.*

*No edital o modo e a forma de participação dos licitantes, bem como as condições para a elaboração das ofertas e, no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento ou no contrato, se afastasse do estabelecido e admitisse documentação e proposta em desacordo como o solicitado. O edital é lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos termos tanto os licitantes quanto à Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação (art. 41)."*

*Carla*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11.1.05 / 12

DO PEDIDO

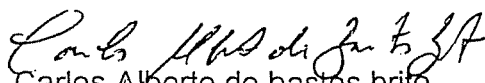
Isto posto, requer a peticionária:

Seja conhecido e provido o presente recurso para **INABILITAR** as licitantes: A2 COMUNICAÇÕES LTDA.; AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA.; BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA.; GALASSI E LOPES LTDA.; GP PRODUÇÕES E MARKETING LTDA.; LEDRA E SILVA LTDA.; PARANAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA.; RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA.; REDE METROPLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.; SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA.; X- MEDIAGROUP S/A.; SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Manaus, 08 de abril de 2003.

  
Carlos Alberto de bastos brito  
CPF 492.002.327-87  
Sócio Gerente

AMAZÔNIA CABO LTDA


MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

BRASÍLIA/DF

25 ABR 16 15 000121

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

**ilmo. Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação do Ministério das Comunicações**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Inserido no
CPROD
24/03/2003 Rubrica: 

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 14.05.12

53000.008416/02

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E SUPRIMENTOS

**Ref. : Concorrência nº 014/2002/SSR/MC**

**Processo Administrativo nº 53000.008410/02**

**AMAZÔNIA CABO LTDA**, empresa do ramo de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob nº 02.311.604/0001-84, estabelecida na Av. Rodrigo Otávio nº 555-I, Distrito Industrial, na cidade de Manaus/AM, representada por seu procurador RAIMUNDO FARIAS MOREIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AM sob nº 1051, CPF nº 000701492-91, residente e domiciliado SQS 315 BLOCO "I", Apto. 402, ASA SUL, CEP 70384-090, Brasília/DF, devidamente credenciado pelo instrumento de mandato constante dos autos do Processo Administrativo nº 53000.008416/02, inconformada com a decisão dessa Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA**, a participar da etapa subsequente do certame, vem dela interpor.

### Recurso Administrativo

na forma no disposto no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666, de 4 de junho de 1993, alterada pelas Leis nº s 8.883, de 8 de junho de 1994, e 9.648, de 27 de maio de 1998, combinado com os subitens 13.1, alínea "a", 13.3, 13.4 e 13.5 do edital da concorrência supramencionada requerendo a

## AMAZÔNIA CABO LTDA

V.Sa. que, recebido o recurso, no efeito suspensivo, essa comissão, se não reconsiderado o ato recorrido, como lhe faculta o inciso 4º do já mencionado art. 109 da Lei nº 8.666/93, combinado com o subitem 13.5.2 do instrumento convocatório da licitação, o faça subir, devidamente informado, com as razões a seguir mencionadas, à instância superior.

### Dos Fatos

Verifica-se no bojo do Processo nº **53000.008410/02** que a empresa ora recorrida foi indevidamente habilitada pela Comissão Especial de Licitação, por ter a referida licitante desatendido ao que estabelece o instrumento convocatório do certame, no que concerne a exigências documentais.

A documentação da empresa recorrida para efeito de comprovação de sua qualificação econômico-financeira está eivada de graves deficiências.

O subitem 5.3.1 do edital exige apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Não obstante, a proponente limitou-se a apresentar um balanço levantado em 30/04/2.002, exibindo patrimônio líquido de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), que manifesta descumprimento normativo de duas naturezas. Primeiro, a norma editalícia, que veda a apresentação de balancetes. Em segundo, desobedece a cláusula oitava de seu próprio contrato social.

Dispõe a cláusula oitava do contrato social da licitante:

*"Cláusula Oitava – Dos balanços anuais e da partilha de lucros e prejuízos"*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

[Assinatura]

[Assinatura]



## AMAZÔNIA CABO LTDA

*O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao Balanço Patrimonial da sociedade para apuração de lucros os prejuízos. ( . . . )"*

Como se pode notar, o balanço apresentado pela licitante, datado de 30 de abril de 2.002, não corresponde ao requisito editalício. Tal balanço equipara-se, por suas características, a um verdadeiro balancete, que, por sua vez, é rejeitado pelas normas regedoras do presente certame.

### Do Direito

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

Estatui o subitem 5.3.1 do Edital:

*"5.3.1 Para as proponentes em atividade, apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios." (grifamos)*

Em virtude da disposição acima transcrita, convém ressaltar que a licitante não apresentou o balanço patrimonial conforme o exigido. Diversamente disso, juntou aos documentos apresentados para sua pretensa habilitação, um balancete, expressamente vedado pela norma editalícia.

Dispõe, ainda, o subitem 5.3.3 do Edital em tela:

*"5.3.3 - a proponente será considerada em boa situação financeira, e portanto apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, quando o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura devidamente atualizado, apresentados na forma dos subitens 5.3.1 e*

## AMAZÔNIA CABO LTDA

FL 46

5.3.2, comprove que seu patrimônio líquido possui valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do Anexo I (...)" (grifamos)

Entende-se que ao não apresentar os requisitos solicitados no Edital, a recorrida seria inabilitada de acordo com o disposto no § 7º do artigo 15 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, que assim determina:

*"§ 7º - Será inabilitada a proponente que deixar de apresentar qualquer dos documentos indicados nos §§ 1º a 6º deste artigo, ou que, em os apresentado, não atendam às exigências do Edital ou estejam com falhas ou incorreções."*

Ainda, a Lei nº 8.666/93 trata a habilitação jurídica como um dos pontos decisivos do processo licitatório, posto que representa a admissão, o aceite ou, ainda, deferimento do proponente como partícipe do processo, pois é por meio desse ato que adquire o direito de ter suas propostas abertas.

A habilitação jurídica é requisito inafastável de qualquer contratação, mesmo fora do âmbito da Administração Pública, e constitui pressuposto de exigência e validade do ato jurídico.

*"Habilitação é a fase do processo licitatório em que se verifica se os licitantes detêm condições para celebrar e executar o futuro contrato.", segundo a eminente professora Odete Medauar, in Direito Administrativo Moderno, 5ª ed. RT, São Paulo, 2001*

***"A habilitação é o reconhecimento dos requisitos legais para licitar, feito por comissão ou autoridade competente para o julgamento das propostas. Embora haja interesse da Administração no comparecimento do maior número de licitantes, o exame das propostas restringe-se àquelas que realmente possam ser aceitas em razão da pessoa***

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

M

## AMAZÔNIA CABO LTDA



*do proponente. Isto porque a Administração só pode contratar com quem tenha qualificação para licitar, ou seja, capacidade jurídica para o ajuste," afirma J. Cretella Júnior em sua obra "Das Licitações Públicas" (Editora Forense pág. 251).*

Vale ressaltar ainda, o que dispõe o artigo 41 da lei nº 8.666/93:

*"Art. 41 - A Administração não pode descumprir normas e condições do Edital ao qual se acha estritamente vinculado."*

No dizer sempre expressivo de Odete Medauar, acerca do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, "(...) O instrumento convocatório é a lei da licitação que anuncia, daí a observância durante todo o processo;(...)"

Outro ângulo que merece ser observado, é que a Administração não pode julgar de forma diferenciada adotando ou não o texto do Edital conforme o caso, sem ferir o princípio da igualdade inscrito no preâmbulo da Constituição Federal que se aplica por inteiro ao procedimento licitatório.

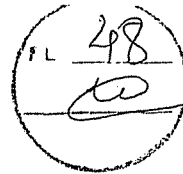
Por fim, segundo o magistério do Prof. Hely Lopes Meirelles:

*"O que o princípio da igualdade entre os licitantes veda, é a cláusula discriminatória ou julgamento faccioso que desiguala os iguais ou iguala os desiguais, favorecendo uns e prejudicando a outros, com exigências inúteis para o serviço público, mas com destino certo a determinados candidatos."*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 14/05/12

AMAZÔNIA CABO LTDA



### Do Pedido

Por todo o exposto, requer a recorrente a **INABILITAÇÃO** da licitante **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.**, com fundamento nos artigos 41 e 124 da Lei nº 8666/93 e subítens 5.3.1 e 5.3.3 do Edital da Concorrência nº 14/2002 - SSR/MC, com a conseqüente exclusão da empresa ora impugnada do certame, por ser de Direito e Justiça.

Termos em que  
Pede deferimento

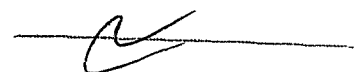
Brasília/DF, 16 de abril de 2003

  
**RAIMUNDO FARIAS MOREIRA**

**OAB/AM 1.051**  
**Procurador**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 14 / 05 / 12



249  
*[Handwritten signature]*

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**DESPACHO DE CONHECIMENTO E ANEXAÇÃO**

Após exame preliminar de tempestividade, bem como os pressupostos elencados no subitem 13.5.1, do(s) Recurso(s) interposto(s) pela(s), empresa(s) **JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., AMAZÔNIA CABO LTDA.**, contra ato desta Comissão Especial de Licitação que **habilitou** a empresa **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.**, concorrência **014/2002**, para a(s) localidade(s) de **Macapá/AP** determino, nos termos do disposto nos subitens 13.3 e 13.4 do Edital, que seja conferido efeito suspensivo aos processos relativos à localidade e concorrência citada, bem como que sejam intimados, por meio do Diário Oficial da União, os demais partícipes do certame a se manifestarem quanto as alegações aduzida(s) pela(s) Recorrente(s), ainda, que se junte aos autos, além desta, as 08 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

N ° folhas anterior: 48 .

N ° desta folha: 49 .

N ° das demais folhas juntadas 50 a 57 .

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

*[Handwritten signature]*

Brasília, 17 de Março de 2004.

*[Handwritten signature: Vítor de Lima Magalhães]*  
**Vítor de Lima Magalhães**

Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 820/2003/L9/CEL-SSCE/MC

Referência: Processo n.º 53000.008410/2002  
de 30/12/02 da  
Concorrência n.º 014/2002 - SSR/MC.

Localidade(s)/Serviço(s): Macapá, AP, (TV).

I - INTRODUÇÃO

1. **JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.** qualificada nos autos do processo sob referência, vem interpor Recurso contra ato desta Comissão que **habilitou** a **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.**, alegando o descumprimento de exigências do Edital, relativamente a determinados dispositivos pertencentes à **fase de habilitação**, relacionados no item 5 do Instrumento Convocatório.

2. A **Recorrente** desenvolveu sua petição tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).

3. Por conseguinte, está o pedido amparado no subitem 13.1, alínea "a", do Edital, que trata especificamente dos questionamentos sobre habilitação ou inabilitação de proponentes.

II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS

4. Inicialmente, há que se conhecer das razões do contraditório formado pela **Recorrente**, em cuja exposição registra que:

"No item 5.3.3 do Edital pede: '...comprove que seu patrimônio líquido possui valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do Anexo I e que resulte na verificação do Índice de Solvência maior ou igual a 1,2 (um vírgula dois), segundo a fórmula seguinte:

onde:  $IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,2$   
IS : Índice de Solvência  
AT : Ativo Total

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

PC : Passivo Circulante

ELP.: Exigível a Longo Prazo

Quando dando vista nos autos, foi constatado que nenhuma das Licitantes citadas, apresentam o índice pedido, umas até tentam confundir a Comissão com cálculos errados da expressão acima, tentando mas não conseguindo mostrar seu índice de acordo com o Edital.(...)." 54

5. Como se observa, as exigências que teriam sido descumpridas, sob a ótica da **Recorrente**, referem-se a requisitos para a habilitação de proponentes, conforme transcrição seguinte:

"5.3.3 – A proponente será considerada em boa situação financeira, e portanto apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, quando o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura, devidamente atualizado, apresentados na forma dos subitens 5.3.1 e 5.3.2, comprove que seu patrimônio líquido possui valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do Anexo I e que resulte na verificação do Índice de Solvência maior ou igual a 1,2 (um vírgula dois), segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC+ELP) \geq 1,2$$

onde:

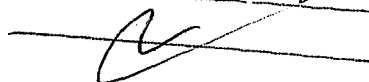
IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP.: Exigível a Longo Prazo"

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12  


6. Esses requisitos são cabíveis ante aos preceitos legais para a outorga de permissão ou concessão desses serviços e que, mesmo tendo o Edital contemplado exigências consideradas rigorosas, o agente público não detém poder para descumprir dispositivos legais e ou normativos que possam resultar em prejuízo à Administração. Deve o agente, no entanto, tratar o excesso normativo com cautela para que, no cumprimento incondicional da norma, não cause, igualmente, prejuízo à Administração.

7. Objetivamente, as razões trazidas pela **Recorrente**, com o intuito de ver alterada a decisão desta Comissão que habilitou a mencionada empresa, podem ser consideradas como rigorosas, **acaso sustentáveis**, haja vista que, como antes dito, seriam superáveis ante ao papel que representariam numa eventual relação a ser estabelecida entre o vencedor do certame e o Poder Público.

8. Todavia, as alegações com relação ao subitem, 5.3.3 do Edital, merecem as seguintes considerações:

I - Em que pese a alegação da Recorrente quanto a ausência do Índice de Solvência em desacordo com o subitem 5.3.3 do Edital, verifica-se do documento acostado aos autos, fls. 30, que a empresa atende às condições exigidas.

Cabe observar que a proponente foi criada com finalidade de exploração de Serviços de Radiodifusão, e que, para tanto, vem participando de concorrências que o ministério lança ao conhecimento público, em busca da

5/10/03

necessária outorga para início de suas atividades. É por isso que ainda não desenvolveu transações comerciais.

### III - CONCLUSÃO

9. Pelo que se depreende da matéria e por todo o exposto, concluo e sugiro:

- conhecer do Recurso ora interposto, mantendo o ato da Comissão que habilitou a SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA., nesta Concorrência, com relação ao serviço e localidade referenciados nesta Informação e submeter a matéria a apreciação superior.

É a informação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

À consideração da Comissão Especial de Licitação

Brasília, 13 de outubro de 2003.

8

  
**ANDRÉ LUIS DEL CASTILO ROCHA**  
Assessor



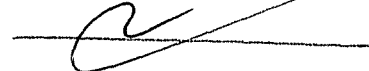
Após exame do que consta dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da Informação de fls. a. Submeta – se a proposta à consideração do Senhor Ministro, e consigne – se em ata própria a decisão tomada e publique-se.

Em, 13 de outubro de 2003.

*Vitor de Lima Magalhães*  
**VITOR DE LIMA MAGALHÃES**  
Presidente

*Vitor de Lima Magalhães*  
Presidente da Comissão Especial de Licitação  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R Sala 100  
CEP 70044-900 – BRASÍLIA - DF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12  


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

INFORMAÇÃO Nº 821/2003/L9/CEL/SSCE/MC

Referência: Processo n.º 53000.008410/2002  
de 30/12/02 da  
Concorrência n.º 014/2002 - SSR/MC.

Localidade(s)/Serviço(s): Macapá, AP, (TV ).

## I - INTRODUÇÃO

1. **AMAZÔNIA CABO LTDA.**, qualificada nos autos do processo sob referência, vem interpor Recurso contra ato desta Comissão que **habilitou SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.**, alegando o descumprimento de exigências do Edital, relativamente a determinados dispositivos pertencentes à **fase de habilitação**, relacionados no item 5 do Instrumento Convocatório.
2. A **Recorrente** desenvolveu sua petição tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).
3. Por conseguinte, está o pedido amparado no subitem 13.1, alínea "a", do Edital, que trata especificamente dos questionamentos sobre habilitação ou inabilitação de proponentes.

## II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS

4. Inicialmente, há que se conhecer das razões do contraditório formado pela **Recorrente**, em cuja exposição registra que:

"O subitem 5.3.1 do edital exige apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

Não obstante, a proponente limitou-se a apresentar um balanço levantado em 30/04/2002, exibindo patrimônio líquido de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), que manifesta descumprimento normativo de duas naturezas. Primeiro, a norma editalícia, que veda a apresentação de balancetes. Em segundo, desobedecendo a cláusula oitava de seu próprio contrato social."

59

“Como se pode notar, o balanço apresentado pela licitante, datado de 30 de abril de 2002, não corresponde ao requisito editalício. Tal balanço equipara-se, por suas características, a um verdadeiro balancete, que, por sua vez, é rejeitado pelas normas regedoras do presente certame.”

5. Como se observa, as exigências que teriam sido descumpridas, sob a ótica da **Recorrente**, referem-se a requisitos para a habilitação de proponentes, conforme transcrição seguinte:

“5.3.1 – Para as proponentes em atividade, apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.”

“5.3.2 – Para as proponentes que, de acordo com a legislação, na data de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, não tenham apurado as demonstrações financeiras referentes ao seu primeiro exercício social, e para as proponentes criadas exclusivamente para a execução do serviço de radiodifusão e inativas, apresentação do balanço de abertura, levantado em até 30 dias após a data da sua constituição e em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial.”

6. Esses requisitos são cabíveis ante aos preceitos legais para a outorga de permissão ou concessão desses serviços e que, mesmo tendo o Edital contemplado exigências consideradas rigorosas, o agente público não detém poder para descumprir dispositivos legais e ou normativos que possam resultar em prejuízo à Administração. Deve o agente, no entanto, tratar o excesso normativo com cautela para que, no cumprimento incondicional da norma, não cause, igualmente, prejuízo à Administração.

7. Objetivamente, as razões trazidas pela **Recorrente**, com o intuito de ver alterada a decisão desta Comissão que habilitou a mencionada empresa, podem ser consideradas como rigorosas, **acaso sustentáveis**, haja vista que, como antes dito, seriam superáveis ante ao papel que representariam numa eventual relação a ser estabelecida entre o vencedor do certame e o Poder Público.

8. Todavia, as alegações com relação aos subitens, 5.3.1 e 5.3.2 do Edital, merecem as seguintes considerações:

I – Quanto ao alegado pela Recorrente, cabe observar que a proponente não está sujeito às exigências do subitem 5.3.1, por tratar-se de empresa criada com finalidade de explorar serviço de radiodifusão, e ainda inativa. Verifica-se que o documento acostados aos autos (fls. 13), atende a exigência inscrita no subitem 5.3.2, do Edital, o que torna a petição da Recorrente sem a necessária motivação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 11/05/12

56  
014

### III - CONCLUSÃO

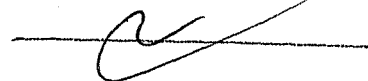
9. Pelo que se depreende da matéria e por todo o exposto, concluo e sugiro:

- conhecer do Recurso ora interposto, mantendo o ato da Comissão que habilitou a SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA., nesta Concorrência, com relação ao serviço e localidade referenciados nesta Informação e submeter a matéria a apreciação superior.

É a informação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 19/05/12



À consideração da Comissão Especial de Licitação

Brasília, 13 de outubro de 2003.



ANDRÉ LUIS DEL CASTILO ROCHA  
Assessor

57

Processo nº 53000.008410/02

Após exame do que consta dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da Informação de fls. a. Submeta – se a proposta à consideração do Senhor Ministro, e consigne – se em ata própria a decisão tomada e publique-se.

Em, 13 de outubro de 2003.

*Vitor de Lima Magalhães*  
**VITOR DE LIMA MAGALHÃES**  
Presidente

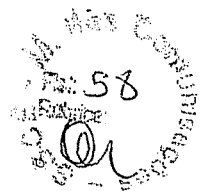
*Vitor de Lima Magalhães*  
Presidente da Comissão Especial de Licitação  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R Sala 100  
CEP 70044-900 – BRASÍLIA - DF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

*[Assinatura]*

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Comissão Especial de Licitação



DESPACHO

Conforme exame preliminar sobre a tempestividade do(s) recurso(s) de fls. 36 e ss., verifica-se que o(s) mesmo(s) foi (foram) interposto(s) dentro do prazo, conforme publicação do Diário Oficial que segue em anexo.

Brasília, 16 de abril de 2004.

*Vitor de Lima Magalhães*  
VITOR DE LIMA MAGALHÃES  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

*[Signature]*

Contrato n.º 41.0060/2003, assinatura em 25/03/2003; Vigência: 26/03/2003 a 25/03/2004; AUTO POSTO CINCO IRMÃOS DE DRACENA LTDA., Objeto: Fornecimento de combustíveis para os veículos localizados na cidade de Dracena/SP; Fundamento legal: DL-410077/2003 - DR/SPI, Recursos Orçamentários: Projeto/Atividades: 00.8.00, Conta: 201.02; Desembolso em 2003: R\$ 8.223,60; Desembolso em 2004: R\$ 2.541,84.

Contrato n.º 41.0061/2003, assinatura em 26/03/2003; Vigência: 28/03/2003 a 27/03/2004; AUTO POSTO PARANÁ LTDA., Objeto: Fornecimento de combustíveis para os veículos localizados na cidade de Ilha Solteira/SP; Fundamento legal: DL-410077/2003 - DR/SPI, Recursos Orçamentários: Projeto/Atividades: 00.8.00, Conta: 201.02; Desembolso em 2003: R\$ 8.134,58; Desembolso em 2004: R\$ 2.592,34.

Contrato n.º 41.0062/2003, assinatura em 26/03/2003; Vigência: 28/03/2003 a 27/03/2004; KIHARA & NAKAMURA LTDA., Objeto: Fornecimento de combustíveis para os veículos localizados na cidade de Santa Fé do Sul/SP; Fundamento legal: DL-410077/2003 - DR/SPI, Recursos Orçamentários: Projeto/Atividades: 00.8.00, Conta: 201.02; Desembolso em 2003: R\$ 9.356,26; Desembolso em 2004: R\$ 2.981,66.

01) 5º Termo Aditivo de Retificação ao contrato n.º 0365/2001, LTR - SPI 0506, contratada: TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA, data da assinatura: 17/03/2003, vigência: 09/12/2002, objeto: Reequilíbrio de Parcela PA, Valor Global: R\$ 64.244,26, Desembolso no exercício: R\$ 60.861,02. 02) 6º Termo Aditivo de Retificação ao contrato n.º 0365/2001, LTR - SPI 0506, contratada: TRANSPORTADORA SOL DOURADO LTDA, data da assinatura: 17/03/2003, vigência: 06/01/2003, objeto: Reequilíbrio de Parcela PA, Valor Global: R\$ 65.255,67, Desembolso no exercício: R\$ 58.911,34. 03) 1º Termo Aditivo de Retificação ao contrato n.º 032/2001 (19/7/2001), contratada: UNIDAS MOTOS E SERVIÇOS LTDA, data da assinatura: 11/03/2003, vigência: 31/01/2003, objeto: Repactuação de Preços, Valor Global: R\$ 12.552,00, Desembolso no exercício: R\$ 10.460,00. 04) 2º Termo Aditivo de Retificação ao contrato n.º 015/2002 (009/2002), contratada: WINNER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, data da assinatura: 07/03/2003, vigência: 16/01/2003, objeto: Repactuação de Preços, Valor Global: R\$ 138.594,09, Desembolso no exercício: R\$ 127.044,57. VITOR APARECIDO CAIVANO JOPPERT.

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 2/2003

A Diretoria Regional de São Paulo Interior, por meio do Pregoeiro designado, torna público a homologação do Pregão n.º 0002/2003-DR/SPI, cuja sessão ocorreu em 21/02/2003, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância armada, num total de 45 (quarenta e cinco) postos, utilizando-se 119 (cento e dezesseis) vigilantes. A empresa Ofício Serviços de Vigilância e Segurança Ltda. é a vencedora, no valor global anual de R\$ 1.756.342,80 (um milhão, setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos).

ARNOVALDO APARECIDO DA CÂMARA

Pregoeiro

#### DIRETORIA REGIONAL DA PARAIBA

##### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 032/2001, data da assinatura: 24/03/2003, locador: Cristiano Araújo da Silva; objeto: prorrogar a vigência por mais de 12 (doze meses), com vigência a partir de 01/04/2003 a 31/03/2004 e alterar a classificação orçamentária. Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 030/2001, data da assinatura: 24/03/2003, locador: Almir Henrique Gonçalves; objeto: prorrogar a vigência por mais de 12 (doze meses), com vigência a partir de 01/04/2003 a 31/03/2004 e alterar a classificação orçamentária.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 031/2001, data da assinatura: 24/03/2003, locadores: Maria do Socorro Martins Santos e Gabriel Sebastião dos Santos; objeto: prorrogar a vigência por mais de 12 (doze meses), com vigência a partir de 01/04/2003 a 31/03/2004 e alterar a classificação orçamentária.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato n.º 021/1999, data da assinatura: 24/03/2003, locadora: Gilda Maria Neves Farias; objeto: prorrogar a vigência por mais de 12 (doze meses), com vigência a partir de 01/04/2003 a 31/03/2004 e alterar a classificação orçamentária.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 035/2001, data da assinatura: 24/03/2003, locador: Vandui da Silva Pereira; objeto: prorrogar a vigência por mais de 12 (doze meses), com vigência a partir de 01/04/2003 a 31/03/2004 e alterar a classificação orçamentária.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 034/2002, data da assinatura: 25/03/2003, transportador: José Rafael dos Santos; objeto: prorrogar a vigência por mais de 12 (doze meses), com vigência a partir de 08/04/2003 a 07/03/2004 e alterar a classificação orçamentária.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 038/2001, data da assinatura: 25/03/2003, transportador: Iran Alves de Sousa; objeto: prorrogar a vigência por mais de 12 (doze meses), com vigência a partir de 01/04/2003 a 31/03/2004 e alterar a classificação orçamentária.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 041/2002, data da assinatura: 25/03/2003, transportador: Flávio Rodrigo Cabral Pereira; objeto: prorrogar a vigência por mais de 12 (doze meses), com vigência a partir de 01/05/2003 a 30/04/2004 e alterar a classificação orçamentária.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n.º 079/2000, data da assinatura: 25/03/2003, transportadora: Edivânia Francisca da Silva; objeto: prorrogar a vigência por mais de 12 (doze meses), com vigência a partir de 01/04/2003 a 31/03/2004 e alterar a classificação orçamentária.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato n.º 039/1998, data da assinatura: 17/10/2002, contratada: Associação Telefax João Pessoa/PB; objeto: prorrogar a vigência por mais de 12 (doze meses), com vigência a partir de 19/10/2002 a 18/10/2003 e alterar a classificação orçamentária.

#### DIRETORIA REGIONAL DO PARANÁ

##### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO Nº 6/2003

TIPO: MENOR PREÇO

Em relação ao Pregão 006/2003, que tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de suprimentos informática, foram homologados: item 01 - Toner p/ Impressora Xerox 4517 - 113R95, no valor unitário de R\$ 585,00 (quinhentos e oitenta e cinco reais) e global de R\$ 14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais); item 04 - Toner p/ Impressora HP, 551/5MXN C3909A, no valor unitário de R\$ 670,00 (seiscentos e setenta reais) e global de R\$ 5.360,00 e o item 05 - Toner Lexmark Optra T12A5840, no valor unitário de R\$ 416,00 e global de R\$ 7.488,00, a empresa VILA RICA INFOMÁTICA LTDA; item 02 - Toner HPJET-5 PLUS, 97298A, Preto, no valor unitário de R\$ 371,95 (trezentos e setenta e um reais e noventa e cinco centavos) e global de R\$ 5.579,25 (cinco mil quinhentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos) e o item 06 - Disquete 3,1/2", 1,44MB, face dupla, formatado, caixa com 10 unidades, no valor unitário de R\$ 7,55 (sete reais e cinquenta e cinco centavos) e global de R\$ 7.550,00 (sete mil quinhentos e cinquenta e cinco reais), a empresa MARILZA DOMINGUES FERNANDES ME e a revogação do item 03 por preço excessivo.

Esclarecemos que o valor total a pagar é de R\$ 40.011,25 (quarenta mil e dezesseis reais e vinte e cinco centavos), excluídos recursos orçamentários na atividade e conta 0500.02.02.0000/00.8.00.

WILSON JOSE ELIZANDRO ROBERTO MACIEL BENHÖR

Pregoeiro

#### DIRETORIA REGIONAL DO MARANHÃO

##### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 3/2003

A ECT, através da Diretoria Regional do Maranhão, avisa aos interessados que fará realizar dia 15/04/2003, às 10 horas, na Rua São Pantaleão 997, Centro - São Luís/MA, a abertura de licitação na modalidade Pregão 003/2003, que tem por objeto a Aquisição de Combustível (gasolina comum), para abastecimento de Posto Interno, conforme condições e especificações constantes do Edital e Anexos. Patrimônio Líquido Exigido: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). A retirada do Edital poderá ser efetuada de segunda à sexta-feira, de 9h às 11h e de 14h às 17h, no endereço citado acima. Valor do Edital: R\$5,00 (cinco reais). Maiores informações, na CPL, sita na Praça João Lisboa, 292, sala 106, Centro - São Luís/MA, ou pelo e-mail: ananogueira@correios.com.br.

ANA MARIA ALMEIDA NOGUEIRA  
Pregoeira

##### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 1/2003

A ECT, através da Diretoria Regional do Maranhão, torna público o resultado da licitação Pregão n.º 001/2003, cujo objeto é a Contratação dos Serviços de Transporte de Valores, no valor global estimado de R\$57.954,35 (cinquenta e sete mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), homologado à licitante: CEFOR SEGURANÇA PRIVADA LTDA, as Rotas 007 e 014 e à empresa SERVI-SAN VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, as Rotas 001, 024 e 028. Maiores informações na CPL, sita na Praça João Lisboa, 292 - Centro - São Luís/MA, de 2ª a 6ª feira, de 8h às 12h e de 14h às 17h, pelo Fax: (98) 221-2153, ou pelo e-mail: ananogueira@correios.com.br.

ANA MARIA ALMEIDA NOGUEIRA  
Pregoeira

#### DIRETORIA REGIONAL DE PERNAMBUCO

##### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 1/2003

A Diretoria Regional da ECT, em Pernambuco, comunica aos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO n.º 1/2003, em 10/04/2003, às 10 horas. OBJETO: Contratação de firma prestadora de serviço de passagem aérea nacional por um período de 12 meses. A reunião para recebimento dos envelopes de habilitação e das propostas econômicas, realizará-se à Av. Guararapes, 250, 4º andar, sala 401, CEP 50010-900, Santo Antônio, Recife-PE, fones 0\*81 3425-3765 e fone/fax 0\*81 3425-3717, onde poderá ser adquirido o edital ao preço de R\$ 20,00 e prestados maiores esclarecimentos.

SINVAL COSTA FILHO  
Presidente da Comissão

#### DIRETORIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL

##### RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2003

A ECT - Diretoria Regional de Mato Grosso do Sul, comunica o resultado do julgamento da licitação acima, com as seguintes adjudicações/homologações à SRI - SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, para os itens 22, 23, 28 e 33, no valor total de R\$ 5.729,00; à GTR COMERCIAL LTDA, para os itens 14 e 15, no valor total de R\$ 20.014,00; à DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS ÉTICA LTDA, para os itens 01, 17, 18 e 39, no valor total de R\$ 7.494,00; à MAQUINAS E MÓVEIS TEC MAC LTDA, para os itens 04, 21, 24, 25, 26, 27, 32, 35 e 36, no valor total de R\$ 17.353,00; à ZILIO TOHO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, para os itens 06, 08, 20, 37 e 40, no valor total de R\$ 3.761,60; à SUPRIMAC EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, para os itens 03, 05, 07, 11, 12, 13, 16, 34 e 38, no valor total de R\$ 2.984,87 e CLAUDIO GAUNA - ME, os itens 02, 09, 10, 19, 29, 30 e 31 no valor total de R\$ 4.506,89.

WILSON JOSE ELIZANDRO ROBERTO MACIEL BENHÖR

JOSÉ ADEMIR DA SILVA

Presidente da Comissão

#### SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO

##### RESULTADO DE HABILITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 81, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e com base nos Editais, torna público o resultado da análise da documentação de parte das propostas, identificadas nas concorrências constantes dos anexos. Os autos dos processos estarão disponíveis para REQUERIMENTOS DE VISTA no período de 07 a 11 de abril de 2003, na Secretaria da Comissão Especial de Licitação do Ministério das Comunicações em Brasília, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja, sala 107, Edifício Sede - Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis só terá início a partir do primeiro dia útil seguinte ao transcorrer dos autos, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 27 de março de 2003

ALVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

#### ANEXO I CONCORRÊNCIA Nº 010/2002-SSR/MC, Localidade de Rio Branco/AC.

PropONENTE	Serviço	Nº do Processo	Resultado
AGENCIA PRISMA-S/G LTDA.	TV	53000.008010/02	HABILITADA
AMAZÔNIA CABO LTDA.	TV	53000.008019/02	HABILITADA
EMPRESA CRUZEIRENSE DE TELEC. DE RÁDIO E TV LTDA	TV	53000.008033/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA.	TV	53000.008023/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	TV	53000.008026/02	HABILITADA
JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	TV	53000.008018/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	TV	53000.008017/02	HABILITADA
LIDER COMUNICAÇÕES LTDA.	TV	53000.008024/02	HABILITADA
RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA.	TV	53000.008031/02	INABILITADA
RÁDIO/IRAPENDENTES LTDA.	TV	53000.008028/02	HABILITADA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

## CONCORRÊNCIA Nº 012/2002-SSR/MC, Localidade de Califórnia/PR

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008170/02	HABILITADA
CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA	FM	53000.008181/02	HABILITADA
DUTRA E PONTIN LTDA	FM	53000.008174/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008186/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008198/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008185/02	HABILITADA
MARTINS FAYAD RÁDIO/DIFUSÃO LTDA	FM	53000.008196/02	HABILITADA
PÉPER RÁDIO/DIFUSÃO ASTRO SOL LTDA	FM	53000.008208/02	INABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008167/02	HABILITADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	FM	53000.008202/02	HABILITADA
RÁDIO 1030 LTDA	FM	53000.008213/02	HABILITADA
RÁDIO CAPELISTA LTDA	FM	53000.008197/02	HABILITADA
RÁDIO FM GAZETA PONTA GROSSA LTDA	FM	53000.008207/02	HABILITADA
RÁDIO GRAUNA LTDA	FM	53000.008188/02	HABILITADA
RÁDIO TRIBUNA FM LTDA	FM	53000.008193/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008199/02	HABILITADA
SÃO GABRIEL FM LTDA	FM	53000.008194/02	HABILITADA
SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	FM	53000.008191/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008184/02	HABILITADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MARTINS & CECCHINI LTDA	FM	53000.008180/02	HABILITADA
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008171/02	INABILITADA
TELEVISÃO GUARARAPES LTDA	FM	53000.008204/02	HABILITADA

## CONCORRÊNCIA Nº 012/2002-SSR/MC, Localidade de Cambira/PR

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008170/02	HABILITADA
CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA	FM	53000.008181/02	HABILITADA
DUTRA E PONTIN LTDA	FM	53000.008174/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008186/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008198/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008185/02	HABILITADA
MARTINS FAYAD RÁDIO/DIFUSÃO LTDA	FM	53000.008196/02	HABILITADA
PÉPER RÁDIO/DIFUSÃO ASTRO SOL LTDA	FM	53000.008208/02	INABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008167/02	HABILITADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	FM	53000.008202/02	HABILITADA
RÁDIO 1030 LTDA	FM	53000.008213/02	HABILITADA
RÁDIO CAPELISTA LTDA	FM	53000.008197/02	HABILITADA
RÁDIO FM GAZETA PONTA GROSSA LTDA	FM	53000.008207/02	HABILITADA
RÁDIO GRAUNA LTDA	FM	53000.008188/02	HABILITADA
RÁDIO TRIBUNA FM LTDA	FM	53000.008193/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008199/02	HABILITADA
SÃO GABRIEL FM LTDA	FM	53000.008194/02	HABILITADA
SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	FM	53000.008191/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008184/02	HABILITADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MARTINS & CECCHINI LTDA	FM	53000.008180/02	HABILITADA
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008171/02	INABILITADA
TELEVISÃO GUARARAPES LTDA	FM	53000.008204/02	HABILITADA

## CONCORRÊNCIA Nº 012/2002-SSR/MC, Localidade de Pontal do Paraná/PR

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008170/02	HABILITADA
CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA	FM	53000.008181/02	HABILITADA
CELEBRAÇÃO FM LTDA	FM	53000.008195/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008186/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008198/02	HABILITADA
INTERVALE PARTICIPAÇÕES LTDA	FM	53000.008187/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008185/02	HABILITADA
OCEÂNICA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008175/02	HABILITADA
PÉPER RÁDIO/DIFUSÃO ASTRO SOL LTDA	FM	53000.008208/02	INABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008167/02	HABILITADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	FM	53000.008202/02	HABILITADA
RÁDIO 1030 LTDA	FM	53000.008213/02	HABILITADA
RÁDIO BARRASUL FM LTDA	FM	53000.008168/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008199/02	HABILITADA
SÃO GABRIEL FM LTDA	FM	53000.008194/02	HABILITADA
SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	FM	53000.008191/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008184/02	HABILITADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MARTINS & CECCHINI LTDA	FM	53000.008180/02	HABILITADA
TELEVISÃO GUARARAPES LTDA	FM	53000.008204/02	HABILITADA

## CONCORRÊNCIA Nº 012/2002-SSR/MC, Localidade de Orlândia/SP

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008170/02	HABILITADA
CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA	FM	53000.008181/02	HABILITADA
CELEBRAÇÃO FM LTDA	FM	53000.008195/02	HABILITADA
ENERGIA FM DE TREMEMBÉ LTDA	FM	53000.008166/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008186/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008198/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008185/02	HABILITADA
PÉPER RÁDIO/DIFUSÃO ASTRO SOL LTDA	FM	53000.008208/02	INABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008167/02	HABILITADA
RÁDIO 1030 LTDA	FM	53000.008213/02	HABILITADA
RÁDIO 910 LTDA	FM	53000.008212/02	HABILITADA
RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA	FM	53000.008206/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008199/02	HABILITADA
SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	FM	53000.008191/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008184/02	HABILITADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO BARROS E GARCIA LTDA	FM	53000.008173/02	HABILITADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MARTINS & CECCHINI LTDA	FM	53000.008180/02	HABILITADA
SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008189/02	HABILITADA
SOMILÍDER REGIONAL COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008169/02	HABILITADA

## CONCORRÊNCIA Nº 012/2002-SSR/MC, Localidade de Ourém/SP

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008170/02	HABILITADA
CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA	FM	53000.008181/02	HABILITADA
CELEBRAÇÃO FM LTDA	FM	53000.008195/02	HABILITADA
FRAGA & MARQUI OROESTE LTDA	FM	53000.008172/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008186/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008198/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008185/02	HABILITADA
PÉPER RÁDIO/DIFUSÃO ASTRO SOL LTDA	FM	53000.008208/02	INABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008167/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008199/02	HABILITADA
SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	FM	53000.008191/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008184/02	HABILITADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MARTINS & CECCHINI LTDA	FM	53000.008180/02	HABILITADA

## CONCORRÊNCIA Nº 012/2002-SSR/MC, Localidade de Ouro Preto do Oeste/RO

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008170/02	HABILITADA
B & B EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008203/02	HABILITADA
CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA	FM	53000.008181/02	HABILITADA
CELEBRAÇÃO FM LTDA	FM	53000.008195/02	HABILITADA
CHAPADA RÁDIO/DIFUSÃO LTDA	FM	53000.008201/02	HABILITADA
EMPRESA DE RÁDIO/DIFUSÃO OURO PRETO LTDA	FM	53000.008192/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008186/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008198/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008185/02	HABILITADA
OCEÂNICA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008175/02	HABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008167/02	HABILITADA
RÁDIO 1010 LTDA	FM	53000.008209/02	HABILITADA
RÁDIO 630 LTDA	FM	53000.008211/02	HABILITADA
RÁDIO EXECUTIVA LTDA	FM	53000.008182/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008199/02	HABILITADA
REDE VITÓRIA RÉGIA DE RÁDIO LTDA	FM	53000.008190/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008184/02	HABILITADA
SISTEMA JOVEM DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008183/02	HABILITADA
SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008189/02	HABILITADA
SISTEMA NORTE BRASIL DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008200/02	HABILITADA

## ANEXO IV

## CONCORRÊNCIA Nº 013/2002-SSR/MC, Localidade de Bujari/AC

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
A2 COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008290/02	HABILITADA
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008280/02	HABILITADA
EMPRESA CRUZEIRENSE DE TELEC DE RÁDIO E TV LTDA	FM	53000.008291/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008285/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008319/02	HABILITADA
JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	FM	53000.008317/02	HABILITADA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11.05.12



46

ISSN 1676-2355

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 62, segunda-feira, 31 de março de 2003

LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008283/02	HABILITADA
LIDER COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008323/02	HABILITADA
PÉPER RÁDIOFUSÃO ASTRO SOL LTDA	FM	53000.008324/02	INABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008276/02	HABILITADA
RÁDIO 630 LTDA	FM	53000.008302/02	HABILITADA
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	FM	53000.008288/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008318/02	HABILITADA
SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	FM	53000.008270/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008284/02	HABILITADA
W.S.E COMUNICAÇÕES, PUBLIC. E PROMOÇÕES LTDA	FM	53000.008277/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 013/2002-SSR/MC, Localidade de Santa Rosa do Puro/AC

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
A2 COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008290/02	HABILITADA
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008280/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008285/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008319/02	HABILITADA
JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	FM	53000.008317/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008283/02	HABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008276/02	HABILITADA
RÁDIO 630 LTDA	FM	53000.008302/02	HABILITADA
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	FM	53000.008288/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008318/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008284/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 013/2002-SSR/MC, Localidade de Tefe/AM

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
A2 COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008290/02	HABILITADA
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008280/02	HABILITADA
AMAZONIA CABO LTDA	FM	53000.008293/02	HABILITADA
ARS COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008286/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008285/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008319/02	HABILITADA
JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	FM	53000.008317/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008283/02	HABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008276/02	HABILITADA
RÁDIO 630 LTDA	FM	53000.008302/02	HABILITADA
RÁDIO TERUMA LTDA	FM	53000.008309/02	HABILITADA
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	FM	53000.008288/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008318/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008284/02	HABILITADA
SISTEMA DE RÁDIOFUSÃO LUTH LTDA	FM	53000.008299/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 013/2002-SSR/MC, Localidade de Silvânia/GO

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
A2 COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008290/02	HABILITADA
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008280/02	HABILITADA
FUNDACAO L'HERMITAGE	FM	53000.008321/02	INABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008285/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008319/02	HABILITADA
JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	FM	53000.008317/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008283/02	HABILITADA
PÉPER RÁDIOFUSÃO ASTRO SOL LTDA	FM	53000.008324/02	INABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008276/02	HABILITADA
RÁDIO 630 LTDA	FM	53000.008302/02	HABILITADA
RÁDIOFUSÃO FM DE SILVÂNIA LTDA	FM	53000.008320/02	INABILITADA
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	FM	53000.008288/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008318/02	HABILITADA
ROR - REDE GOIANA DE RÁDIO DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008314/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008284/02	HABILITADA
SISTEMA DE RÁDIOFUSÃO LUTH LTDA	FM	53000.008299/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 013/2002-SSR/MC, Localidade de Belém/PA

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
A.A.S. SISTEMA BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008273/02	HABILITADA
A2 COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008290/02	HABILITADA
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008280/02	HABILITADA
DELTA CONSTRUÇÕES S/A	FM	53000.008315/02	HABILITADA
DIGICORD EDITORA DE MÚSICA LTDA-ME	FM	53000.008312/02	HABILITADA
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO ENCONTRO DOS RIOS LTDA	FM	53000.008294/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008285/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008319/02	HABILITADA
INTERVALE PARTICIPAÇÕES LTDA	FM	53000.008275/02	HABILITADA
JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	FM	53000.008317/02	HABILITADA

JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	FM	53000.008317/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008283/02	HABILITADA
MERCOM BRASILIA COMUNICACAO LTDA	FM	53000.008281/02	HABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008276/02	HABILITADA
RÁDIO 880 LTDA	FM	53000.008301/02	INABILITADA
RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA	FM	53000.008306/02	HABILITADA
RÁDIO NOVO MILÊNIO LTDA	FM	53000.008304/02	HABILITADA
RÁDIO TIRADENTES LTDA	FM	53000.008287/02	HABILITADA
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	FM	53000.008288/02	HABILITADA
REDE NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008272/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008318/02	HABILITADA
RGR-REDE GOIANA DE RÁDIO DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008314/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008284/02	HABILITADA
SISTEMA DE RÁDIOFUSÃO LUTH LTDA	FM	53000.008299/02	HABILITADA
SPC-SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008289/02	HABILITADA
W.M.W GONCALVES LTDA-ME	FM	53000.008311/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 013/2002-SSR/MC, Localidade de Boa Vista/RR

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
A2 COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008290/02	HABILITADA
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008280/02	HABILITADA
AMAZONIA CABO LTDA	FM	53000.008293/02	HABILITADA
BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008271/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008285/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008319/02	HABILITADA
INTERVALE PARTICIPAÇÕES LTDA	FM	53000.008275/02	HABILITADA
JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	FM	53000.008317/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008283/02	HABILITADA
LHM COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008308/02	HABILITADA
PARAVANIA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008274/02	HABILITADA
PÉPER RÁDIOFUSÃO ASTRO SOL LTDA	FM	53000.008324/02	INABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008276/02	HABILITADA
RÁDIO 880 LTDA	FM	53000.008301/02	INABILITADA
RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA	FM	53000.008306/02	HABILITADA
RÁDIO NOVO MILÊNIO LTDA	FM	53000.008304/02	HABILITADA
RÁDIO TERUMA LTDA	FM	53000.008309/02	HABILITADA
RÁDIO TIRADENTES LTDA	FM	53000.008287/02	HABILITADA
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	FM	53000.008288/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008318/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008284/02	HABILITADA
SISTEMA MARACA DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008307/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 013/2002-SSR/MC, Localidade de Pradópolis/SP

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
A2 COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008290/02	HABILITADA
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008280/02	HABILITADA
ENERGIA FM DE TREMEMBÉ LTDA	FM	53000.008282/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008285/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008319/02	HABILITADA
INTERVALE PARTICIPAÇÕES LTDA	FM	53000.008275/02	HABILITADA
JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	FM	53000.008317/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008283/02	HABILITADA
MATTOS & MATTOS RÁDIOFUSÃO LTDA	FM	53000.008278/02	HABILITADA
PÉPER RÁDIOFUSÃO ASTRO SOL LTDA	FM	53000.008324/02	INABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008276/02	HABILITADA
RÁDIO 1030 LTDA	FM	53000.008300/02	HABILITADA
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	FM	53000.008288/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008318/02	HABILITADA
SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	FM	53000.008270/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008284/02	HABILITADA
SISTEMA DE RÁDIOFUSÃO LUTH LTDA	FM	53000.008299/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 013/2002-SSR/MC, Localidade de Urânia/SP

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
A2 COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008290/02	HABILITADA
AGENCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008280/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008319/02	HABILITADA
JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	FM	53000.008317/02	HABILITADA
PÉPER RÁDIOFUSÃO ASTRO SOL LTDA	FM	53000.008324/02	INABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008276/02	HABILITADA
RÁDIO 1030 LTDA	FM	53000.008300/02	HABILITADA
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	FM	53000.008288/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008318/02	HABILITADA
SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	FM	53000.008270/02	HABILITADA
SISTEMA DE RÁDIOFUSÃO LUTH LTDA	FM	53000.008299/02	HABILITADA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 11/05/12

Nº 62, segunda-feira, 31 de março de 2003

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1676-2355

47

CONCORRÊNCIA Nº 013/2002-SSR/MC, Localidade de Águas Belas/PE.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
A2 COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008290/02	HABILITADA
AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008280/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	FM	53000.008285/02	HABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008319/02	HABILITADA
JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	FM	53000.008317/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	FM	53000.008283/02	HABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008216/02	HABILITADA
RÁDIO 630 LTDA	FM	53000.008302/02	HABILITADA
RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA	FM	53000.008306/02	HABILITADA
RÁDIO FM ÁGUAS BELAS LTDA	FM	53000.008298/02	HABILITADA
RÁDIO FM VALE DO IPANEMA LIMITADA	FM	53000.008313/02	HABILITADA
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	FM	53000.008288/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008318/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008284/02	HABILITADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÕES TERRA DO SOL LTDA	FM	53000.008322/02	INABILITADA
SISTEMA PLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008297/02	INABILITADA
TRANSUASBELAS FM	FM	53000.008279/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 013/2002-SSR/MC, Localidade de São Raimundo das Mangabeiras/MA.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
A2 COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008290/02	HABILITADA
AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA	FM	53000.008280/02	HABILITADA
AURORA FM LTDA	FM	53000.008296/02	INABILITADA
GRUPO PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008319/02	HABILITADA
JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	FM	53000.008317/02	HABILITADA
PANAQUATIRA RÁDIO-DIFUSÃO LTDA	FM	53000.008295/02	HABILITADA
PHILADELFA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53000.008276/02	HABILITADA
RÁDIO 630 LTDA	FM	53000.008302/02	HABILITADA
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	FM	53000.008288/02	HABILITADA
REDE PARAIBA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53000.008318/02	HABILITADA

ANEXO V

CONCORRÊNCIA Nº 014/2002-SSR/MC, Localidade de Boa Vista/RR.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
A2 COMUNICAÇÕES LTDA	TV	53000.008408/02	HABILITADA
AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA	TV	53000.008419/02	HABILITADA
ALTO ASTRAL PRODUÇÕES LTDA	TV	53000.008403/02	HABILITADA
AMAZÔNIA CABO LTDA	TV	53000.008416/02	HABILITADA
BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA	TV	53000.008412/02	HABILITADA
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO ENCONTRO DOS RIOS LTDA	TV	53000.008415/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	TV	53000.008406/02	HABILITADA
GP PRODUÇÕES E MARKETING LTDA	TV	53000.008418/02	HABILITADA
JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	TV	53000.008414/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	TV	53000.008404/02	HABILITADA

LHM COMUNICAÇÃO LTDA	TV	53000.008417/02	HABILITADA
PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA	TV	53000.008411/02	HABILITADA
RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA	TV	53000.008409/02	HABILITADA
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	TV	53000.008407/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	TV	53000.008405/02	HABILITADA
X-MEDIAGROUP S/A	TV	53000.008413/02	HABILITADA

CONCORRÊNCIA Nº 014/2002-SSR/MC, Localidade de Macapá/AP.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
A2 COMUNICAÇÕES LTDA	TV	53000.008408/02	HABILITADA
AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA	TV	53000.008419/02	HABILITADA
AMAZÔNIA CABO LTDA	TV	53000.008416/02	HABILITADA
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO ENCONTRO DOS RIOS LTDA	TV	53000.008415/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	TV	53000.008406/02	HABILITADA
JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	TV	53000.008414/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	TV	53000.008404/02	HABILITADA
RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA	TV	53000.008409/02	HABILITADA
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	TV	53000.008407/02	HABILITADA
SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	TV	53000.008410/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	TV	53000.008405/02	HABILITADA
X-MEDIAGROUP S/A	TV	53000.008413/02	HABILITADA

ANEXO VI

CONCORRÊNCIA Nº 015/2002-SSR/MC, Localidade de Cubatão/SP.

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
A.B.G. COMUNICAÇÕES LTDA	TV	53000.008431/02	HABILITADA
AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA	TV	53000.008435/02	HABILITADA
EMPRESA DE COMUNICAÇÃO ENCONTRO DOS RIOS LTDA	TV	53000.008422/02	HABILITADA
GALASSI E LOPES LTDA	TV	53000.008425/02	HABILITADA
JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA	TV	53000.008423/02	HABILITADA
LEDRA E SILVA LTDA	TV	53000.008427/02	HABILITADA
M.A.V. - EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA	TV	53000.008430/02	HABILITADA
NATUREZA COMUNICAÇÕES LTDA	TV	53000.008421/02	HABILITADA
PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	TV	53000.008433/02	HABILITADA
RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA	TV	53000.008434/02	INABILITADA
RÁDIO EL DORADO LTDA	TV	53000.008429/02	HABILITADA
SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÕES S/C LTDA	TV	53000.008428/02	HABILITADA
SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA	TV	53000.008426/02	HABILITADA
TRI TV LTDA	TV	53000.008432/02	HABILITADA
TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA	TV	53000.008424/02	HABILITADA
XARAS COMUNICAÇÕES LTDA	TV	53000.008420/02	HABILITADA

(Of. El. nº 9/2003)

AVISO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura dos envelopes contendo as Propostas Técnicas das Proponentes habilitadas, será realizada de acordo com o indicado no quadro abaixo, designada a Comissão de Assessoramento Técnico do Distrito Federal para desenvolver os trabalhos, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 107, Ed. Sede, Brasília/DF. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº -SSR/MC	Localidades	UF
04/04/03	09h00	004/1998	Iguatu	CE
		005/2000	Crato e Quixeramobim	CE
		078/2001	Rorainópolis	RO

Brasília-DF, 28 de março de 2003  
ALVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO

Presidente da Comissão

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS  
DE RÁDIO-DIFUSÃO

EXTRATOS DE CONTRATOS

PARTES: União e Fundação de Educação e Telecomunicação de Barretos.  
ESPÉCIE: Contrato de concessão outorgada por meio do Decreto de 26 de novembro de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2001.

OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Barretos, Estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 15 (quinze) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.  
DATA E ASSINATURA: 26 de fevereiro de 2003, Miro Teixeira - Ministro de Estado das Comunicações, e Milton Diniz Soares de Oliveira - Procurador da Fundação de Educação e Telecomunicação de Barretos.

PARTES: União e Ita Ondas S/C Ltda.  
ESPÉCIE: Contrato de permissão outorgada por meio da Portaria nº 425, de 7 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial de 15 de agosto de 2002.

OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Hidrolândia, Estado de Goiás.

VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial.

DATA E ASSINATURA: 5 de fevereiro de 2003, Miro Teixeira - Ministro de Estado das Comunicações, e Marcos Roberto Custódio - Santa Helena - Sociedade Gerente da Ita Ondas S/C Ltda.

Ministério das Relações Exteriores

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 1/2003

A Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, torna público o resultado da presente licitação, declarando a empresa Versace Serviços e Informática Ltda vencedora dos itens 01, 02 e 03, por ofertar os menores lances.

LENIMAR DE OLIVEIRA ALMEIDA FERRAZ  
Diretora  
Substituta

(SIDE - 28/03/2003) 244001-24290-2003NE900001

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES  
SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 9/2003

Objeto: Aquisição de material permanente para atender às necessidades do Ministério das Relações Exteriores, conforme especificações.

Min. das Comunicações  
Folha: 63  
Rubrica: B3  
Ass. - secretário

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

TERMO DE JUNTADA

☒ Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 01 folhas seguintes,  
☐ em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior: 62.

Nº desta folha: 63.

Nºs das demais folhas juntadas: 64 a X.X.X.

Brasília-DF, 04 de novembro de 2004

  
GUILHERME QUINTAS  
Secretário da CEL/MC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONSULTORIA JURÍDICA**

Órgão de Execução da Advocacia-Geral da União  
(Lei Complementar n.º 73, de 10 de fevereiro de 1993, art. 2º, II, "b")



**NOTA/MC/CONJUR/RMC/Nº 1550 - 2.21 / 2004**

**PROCESSO Nº: 53000.008410-02**

**ASSUNTO:** Análise de recursos interpostos pelas empresas **JOBAST** **PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.** e **AMAZÔNIA CABO LTDA.** contra a habilitação da concorrente **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.** na Concorrência nº 14/2002. Necessidade de a Comissão Especial de Licitação regularizar o trâmite recursal.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

1. Vem esta Consultoria Jurídica se manifestar acerca de recursos interpostos pelas empresas **JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.** e **AMAZÔNIA CABO LTDA.** contra a habilitação da licitante **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.** na Concorrência nº 14/2002, com base no art. 109, inciso I, letra "a", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. Compulsando os autos, não encontramos qualquer julgamento, por parte da Comissão Especial de Licitação, acatando ou não as Informações de números 820/2003/L9/CEL/SSCE/MC, fls. 50 a 52, e 821/2003/L9/CEL/SSCE/MC, fls. 54 a 56.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONSULTORIA JURÍDICA



no sentido do não-provimento dos recursos interpostos pelas empresas acima referidas.

3. Ante o exposto, opina-se pelo retorno dos presentes autos à Comissão Especial de Licitação, a fim de que promova o julgamento apontado no parágrafo anterior, após o que devem os autos retornar a esta Consultoria Jurídica, para manifestação.

À consideração superior.

Brasília, 19 de NOVENBRO de 2004 .

*Rommel M de Macedo Carneiro*

**ROMMEL MADEIRO DE MACEDO CARNEIRO (AGU)**

Coordenador Jurídico de Licitações e Contratos

De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico.

Em 22/11/2004

*Bruno Moreira Fortes*

**BRUNO MOREIRA FORTES (AGU)**

Coordenador-Geral de Assuntos Administrativos

Aprovo. Encaminhem-se os autos à Comissão Especial de Licitação.

Em 28/XII/2004

*Otávio Luiz Rodrigues Junior*

**OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR (AGU)**

Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 14.1.05.12



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONSULTORIA JURÍDICA**

Órgão de Execução da Advocacia-Geral da União  
(Lei Complementar n.º 73, de 10 de fevereiro de 1993, art. 2º, II, "b")



**NOTA/MC/CONJUR/SAL/N.º 1080 - 2.21 / 2005**

**PROCESSO Nº: 53000.008410-02**

**ASSUNTO:** CONJUR. Alteração do quadro. Tramitação de processo. Necessidade de ratificação dos atos praticados.

1. A mudança de titular do Ministério das Comunicações e, por conseguinte, do Consultor Jurídico, implica a necessidade administrativa de revisão dos atos praticados, para o fim singular de atender aos princípios gerais da Administração e ao estilo de propiciar a tramitação eletrônica dos documentos à vista de haver novos firmatários.

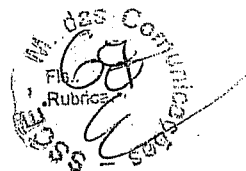
2. Vistos e analisados os autos e mais especificamente a **NOTA/MC/CONJUR/RMC/Nº 1550 - 2.21 / 2004**, entendo conveniente e oportuno ratificar os termos deste. Encaminhem-se os autos à Comissão Especial de Licitação.

Brasília, 10 de Janeiro de 2006

**MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA**  
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 19.05.12



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

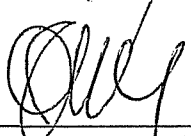
Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 07 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 67.

Nº desta folha : 68.

Nºs das demais folhas juntadas : 68 a 72.


Brasília, 08 de Março de 2006.

  
\_\_\_\_\_  
EDMAR F. MACHADO  
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

\_\_\_\_\_  


Ministério das Comunicações		Destaques do Governo	
		<b>Palavra-chave:</b> Pesquisa de Documentos Digite palavra-chave	
Menu Principal ▾		Busca Avançada	
SISCOM »» Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais			
Dados da consulta   Consulta   Criar Arquivo Texto   Criar Arquivo Texto (ANEXO)			

UF: AP

SERVIÇO: TV

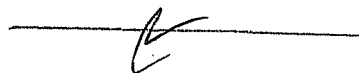
Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimute	ERP (KW)	ERP Máx. (KW)	Obs.
Localidade: MACAPA							
(Concorrência: 14/2002)	00N022000	51W035900	32			160.0000	
Usuário: -	Data: 02/03/2006	Hora: 11:03:51					

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12





**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
**Consulta Processual**



**Tipo de Pesquisa:** Consulta de processos pelo CPF/CNPJ  
**Argumento Pesquisado:** 04974569000109

*Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "04974569000109".*



Emitido pelo site processual-df.trf1.gov.br em 20/02/2006 às 09:15:48

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12



01-11-64  
No. 64  
En Puerto Rico: 10

Ao Sr.  
Dr. Carlos Alberto Freire Resende  
Departamento de Outorga de Serviços  
Ministério das Comunicações  
Esplanada dos Ministérios  
Bloco R – Anexo Ala Oeste  
3º Andar – Sala 300  
Cep 70.044-900  
Brasília / DF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 11 / 05 / 12

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 046106/2004-58  
SCPRT/IOLOG/COLOG/CGAD/SPA,  
07/10/2004-15:13 2082

Localidade de Macapá/AP 11/02

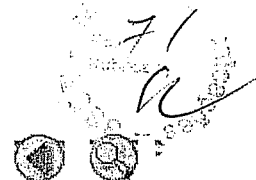
Atenciosamente,

~~Draulio Fernando Rasera~~  
~~Procurador~~

SHS quadra 6, conjunto A, bloco E, sala 424 – Ed Brasil XXI – Brasília/DF – cep 70332-915  
Fone/Fax (61) 321-0702 – E-mail: [rasera@rasera.com.br](mailto:rasera@rasera.com.br)

**Consulta Processual pelo CPF/CGC da Parte**

**CGC/CPF Pesquisado: 04974569000109**



*Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "04974569000109".*



Emitido pelo site [www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br) em: segunda-feira, 20 de fevereiro de 2006

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 19 / 05 / 12

Handwritten signature.

**Seção Judiciária do Amapá**  
**Consulta Processual**



**Tipo de Pesquisa:** Consulta de processos pelo CPF/CNPJ  
**Argumento Pesquisado:** 04974569000109

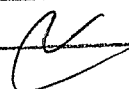
*Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "04974569000109".*

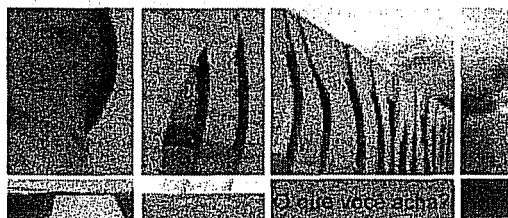


Emitido pelo site processual-ap.trf1.gov.br em 20/02/2006 às 09:28:14

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



**Superior  
Tribunal  
de Justiça**

O Tribunal da Cidadania

Institucional | Processos | Jurisprudência | Notícias | Estatísticas | Contato

**Processos**Acompanhamento  
Processual

Boletim Estatístico

Estatística Processual  
(consolidado anual)Calendário de Sessões e  
Paulas de Julgamentos

Certidão de Andamento

Guia do Advogado

Sistema Push

Cadastramento para  
obtenção de cópias dos  
autos

Tipo de Pesquisa:

Nome da Parte

Parâmetro de pesquisa:

SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LT

☐ Contém ☒ Igual ☐ Inicia com

Os critérios Contém e Inicia com utilizam recursos de pesquisa fonética.

Esses critérios só tem efeito para PARTES ou ADVOGADOS

- Está disponível a pesquisa fonética por nome de **PARTES** e **ADVOGADOS**.

Consultar

Limpar Campos

- ☒ Na pesquisa acima, mostrar os processos em ordem cronológica decrescente
- ☒ Na pesquisa acima, mostrar os processos Baixados/Arquivados

**Avalie o  
do STJ:  
Informaç  
processu**

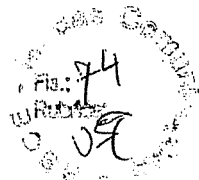
- ☐ Muito
- ☐ Satis
- ☐ Insa
- ☐ Muito

**Seção de Informação Processual**  
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225  
[informacao@stj.gov.br](mailto:informacao@stj.gov.br)

**Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 11/05/12

Serviço Público Federal  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



## TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 02 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior: 73.

Nº desta folha: 74.

Nºs. das demais folhas juntadas: 75 a 76.

Brasília-DF., 06 de março de 2006.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

**SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÕES S/C LTDA.**



Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2006.

Ilmo. Sr.

Dr. Joanilson L. B. Ferreira

Secretário de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações

Esplanada dos Ministérios Bl R

7º Andar - Sala 701

Brasília/DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

BRASÍLIA - DF

53000 008120/2006-15

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPD/

14/02/2006-10:50

GABI *[Signature]*

**Referente: Processo nº 53000.008410/2002**

**Localidade: Macapá/AP**

*[Handwritten mark: OK]*

**SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÕES S/C LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.974.569/0001-09, através do seu procurador (procuração anexa), com referência ao processo em epígrafe, vem informar seu novo endereço para correspondência no SHS, quadra 06, conjunto A, bloco E, sala 424, Edifício Brasil XXI, na cidade de Brasília/DF, CEP 70322-915, e-mail [rasera@rasera.com.br](mailto:rasera@rasera.com.br), fone/fax (61) 3321-0702.

Atenciosamente,

*[Signature]*  
Draulio Fernando Rasera

Procurador

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 12 / 05 / 12

*[Signature]*

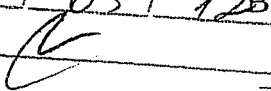
## PROCURAÇÃO



**SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 04.974.569/0001-09, com sede na SH/Sul Quadra 06 Conjunto A Bloco E Sala 424, em Brasília/DF, representada neste ato por seu sócio-gerente **SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE**, brasileira, RG nº 1.176.306 – SSP/DF, CPF nº 116.411.263-53, que receberá as intimações no endereço da empresa pelo presente nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **DRÁULIO FERNANDO RASERA**, Administrador, brasileiro, casado, portador do RG nº 875.440-3 SSP/PR e do CPF/MF 171.531.589-87, com escritório situado em Brasília/DF, no SGAS, lote 74, Edifício Athenas, Bloco “B”, Salas 201/202, CEP 70.390-020, a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos das Concorrências do Ministério das Comunicações – SSR/MC em que participar, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como os especiais para assinar o Balanço Patrimonial, e enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12 Brasília, 19 de dezembro de 2002

  
Simone Oliveira de Albuquerque

CPF nº 116.411.263 - 53

4º. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA  
W/3 NORTE ED. 504 - ED. MARIANA-TERREO  
BRASÍLIA-DF - FONE: (0XX61) 326-5234

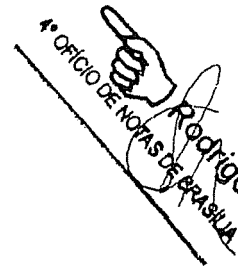
RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA(S) a(s)  
firma(s) de:  
0124914-SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE..

Em testemunho M da verdade.  
BRASÍLIA, 18 de Dezembro de 2002

033-AROLDO DE SOUZA ARAUJO  
ESCREVENTE AUTORIZADO  
RJ00

Arolde de Souza Aroujo  
4º Ofício de Notas do Distrito Federal  
ESCREVENTE AUTORIZADO  
RJ00

EF54058394







**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**



**NOTA/MC/CONJUR/TFC/N.º 1099- 2.21 / 2006**

**PROPONENTE : 53000.008410/2002**

**PROCESSO PRINCIPAL N.º : 53000.006097/2002-09**

**CONCORRÊNCIA 014/2002**

**ASSUNTO:** Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 014/2002-SSR/MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar concessão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Macapá, no Estado de Amapá. Necessidade da Comissão Especial de Licitação observar o contraditório e ampla defesa, nos termos do artigo 5º, LV da Constituição da República Federativa do Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 13 / 05 / 12

1. A Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica encaminha, para exame e parecer desta Consultoria Jurídica, os processos em referência, contendo a documentação e as propostas das empresas participantes do procedimento licitatório objeto do Edital da Concorrência n.º 014/2002-SSR/MC, para a localidade Macapá, no Estado de Amapá.
2. O certame em epígrafe se encontra na fase de habilitação, tendo havido a interposição de recursos.
3. Compulsando os autos, verificamos que, uma vez interpostos recursos não se franqueou vistas à licitante SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA, que restaria prejudicada caso fossem acolhidos os argumentos ali delineados. A publicação constante do Diário Oficial da União não abarcou os recursos ora mencionados (DOU, seção 3, 30 de abril de 2004, p.65-66).
4. A ausência de publicação ou utilização de qualquer outro meio apto a dar ciência à proponente SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA e oportunidade



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

de ofertar contra-razões, macula os princípios do contraditório e ampla defesa. Tais princípios fundamentais encontram-se consagrados no artigo 5º, LV da Constituição da República.

5. Ante o exposto, opinamos pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação, a fim de que diligencie no sentido de possibilitar a ciência e consequente manifestação por parte da concorrente SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA acerca dos recursos contra ela ofertados. Ultimadas as providências, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica, para que seja exarado parecer conclusivo.

À superior consideração.

Brasília, 10 de outubro de 2006.

**TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK**

Advogada da União

Aprovo. Encaminhem-se os autos à Comissão Especial de Licitação.  
Em / /2006.

**MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA**  
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**


Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 02 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 78 .

Nº desta folha : 79 .

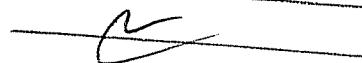
Nºs das demais folhas juntadas : 80 a 81 .

Brasília, 01 de dezembro de 2006.

  
\_\_\_\_\_  
EDMAR F. MACHADO  
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 11/05/12

Nº 230, sexta-feira, 1 de dezembro de 2006

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

123



Imperatriz /MA, Diretoria Regional. 10) Segundo Termo Aditivo ao Contrato 08/2004; DATA ASSINATURA: 15/06/2004; CONTRATADA: MASP - MARANHENSES SERVIÇOS PROFISSIONAIS LTDA; VIGÊNCIA: Inicia-se em 16/07/2006 e termina em 16/07/2007; OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 08/2004, referente à Prestação dos Serviços de Manutenção Preventiva em Sistemas Elétricos e Instalação de Máquinas e Equipamentos 11) Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 18077/04; DATA ASSINATURA: 06/01/2005; CONTRATADA: R.P. DE MENDONÇA; VIGÊNCIA: Inicia-se em 18/07/2006 e termina em 15/01/2007; OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato 18077/2004, referente à Locação de um duplicador na Diretoria Regional do Maranhão 12) Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 141/2003, DATA ASSINATURA: 02/10/2006, CONTRATADA: SANTIAGO E RABELO ADVOGADOS ASSOCIADOS; Inicia-se em 02/10/2006 e termina em 02/10/2007; OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato nº 141/2003, referente à Prestação de Serviços Advocatícios, na área contenciosa e acompanhamento de ações trabalhistas, civis e execuções fiscais na Diretoria Regional do Maranhão

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 009/2004; DATA DA ASSINATURA: 05/01/2004; CONTRATADA: ABBEVILLE HOTEIS E TURISMO; VIGÊNCIA: Inicia-se em 05/01/2006 e termina em 05/01/2007; OBJETO: acrescer, por necessidade de serviço, 10,46% do valor global do Contrato e altera o valor inicial do Contrato a partir de 01/07/2006.

DIRETORIA REGIONAL DE MINAS GERAIS

EXTRATOS DE CONTRATOS

Cir: 372/2006- Ass.29/11/2006 - Contratado: Tech Serv Comércio Instalações de Materiais Elétricos Eletrônicos Ltda. - Objeto: Prestação de serviços de suporte técnico para as estações de trabalho em ambiente de rede de dados da DR/MG, na modalidade homem/hora, a serem prestados (on site) nas dependências das unidades administrativas operacionais e de atendimento, com abrangência em todo estado de Minas Gerais, incluindo todas as despesas como deslocamento, diárias e hospedagem. Vigência: 01/12/2006 a 01/12/2007 Valor Global: R\$ 1.549.976,40 - 02) Contrato de Prestação de Serviço de Leilão - Ass.29/11/2006 - Contratado: Paschoal Costa Neto. - Objeto: Prestação de Serviço de Leilão. Vigência: 27/11/2006 até a conclusão do processo de leilão. Valor Global Estimado: R\$ 30.599,29.

DIRETORIA REGIONAL DE MATO GROSSO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TA/SEGC/GERAD/DR/MT n.º 090/2006; Contratada: Solidez Serviços, Comércio e Representações Ltda; Objeto: Reequilíbrio do contrato 011/2006 em 9,3670%, que em expressão monetária representa a quantia de R\$ 12.814,11 (doze mil, oitocentos e quatorze reais e onze centavos); Período de Vigência: A partir de 01/12/2006; Valor Global: Alterado para R\$ 149.614,11 (Cento e quarenta e nove mil, seiscentos e quatorze reais e onze centavos); Data de Assinatura 21/11/2006.

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação - CEL - convoca os participantes da Concorrência 088/2000-SSR/MC, a se manifestarem quanto ao teor do PARECER/JUR/MCM/Nº 1322-2/17/2006, que opinou no sentido de que "seja anulado o procedimento licitatório, a partir da fase de habilitação, em relação à execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e ondas médias na(s) localidade(s) de Carópolis no Estado do Paraná, em consonância com os princípios do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 49, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, operando-se a cabível inabilitação da(s) licitante(s) RADIO CARÓPOLIS FM LTDA."

Os autos do processo estarão disponíveis para REQUERIMENTOS DE VISTA no período de 04 a 08 de dezembro de 2006, na Secretaria da Comissão Especial de Licitação do Ministério das Comunicações em Brasília, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 107, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis só terá início a partir do primeiro dia útil seguinte ao franqueamento dos autos, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 438, de 11 de outubro de 2005, e suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexo(s) Único.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO ÚNICO

Concorrência n.º 054/2001-SSR/MC, Localidade de Tailândia/PA.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Têc	Resultado
BEIJA FLOR RÁDIO-DIFUSÃO LTDA.	OM	53720.000354/01	100.000	CLASSIFICADA
SBC RÁDIO-DIFUSÃO LTDA.	OM	53720.000355/01	100.000	CLASSIFICADA
REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	OM	53720.000356/01	100.000	CLASSIFICADA
MERCOS BRÁSLIA COMUNICAÇÃO LTDA.	OM	53720.000357/01	100.000	CLASSIFICADA

DIRETORIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

AVISO DE REVOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6000037

Objeto: Aquisição de 3 (três) impressoras laser colorida para a ECT - Diretoria Regional em Mato Grosso do Sul. A licitação foi declarada frustrada em virtude do valor ofertado estar acima do valor de referência da ECT, sendo por essa razão revogada pela autoridade competente.

VERONICA AGUILAR DE OLIVEIRA  
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL DE PERNAMBUCO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6000083

A Diretoria Regional da ECT, em Pernambuco, comunica aos interessados, que realizará licitação, na modalidade pregão eletrônico, conforme segue: Pregão nº 6000083/06 dia: 14/12/2006. Objeto: Aquisição com instalação de Sistema de Gravação de Imagem - CFTVO recebimento das propostas ocorrerá pelo endereço <http://www.correios.com.br> até 14/12/06 às 13:00 horas. Neste mesmo endereço também pode ser obtido o Edital. Outras informações poderão ser adquiridas na Avenida Guararapes, 250, 5º andar, sala 502, CEP 50010-900, Santo Antônio, Recife-PE, fone (81) 3425-3765 e fax (81) 3425-3717.

MARIA DO CARMO MARINHO DA SILVA  
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL DE RONDÔNIA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEX-15/2006/DR/RO. Objeto: Contratação de Leiloeiro para realização de leilão para alienação de bens inservíveis da ECT-DR/RO. Contratado: Josias Rodrigues da Silva Filho. Valor a ser pago: 5% (cinco por cento) do valor total das vendas dos bens móveis disponibilizados. Amparo Legal: Art. 25, Inciso I, Lei 8.666/93.

DIRETORIA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 186/2006

A ECT/DR/RS, torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 186/2006, cujo objeto é a contratação de posto de abastecimento para fornecimento de combustíveis e lubrificantes para veículos pertencentes ao CEE Jardim São Pedro e CTO/GENAF, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos, com data de recebimento das propostas no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), a partir de 04/12/2006. Limite do acolhimento das propostas: até às 09:00 do dia 20/12/2006. Abertura das propostas:

em 20/12/2006 às 09:00. Início da disputa de preços: às 09:30 do dia 20/12/2006. O edital poderá ser obtido pelos interessados, através do endereço eletrônico, [www.correios.com.br](http://www.correios.com.br) Mais informações pelo telefone/fax: (51)3220 8729 e 3220 8988 ou pelo e-mail: [licitacoes-rs@correios.com.br](mailto:licitacoes-rs@correios.com.br).

VERA MARIA MACHADO  
Pregoeira

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO INTERIOR

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 143/2006

Objeto: Pregão Eletrônico nº 143/2006 - Contratação de Serviços de hospedagem, em hotel equivalente a quatro estrelas, para colaboradores da ECT em viagens de serviços e reuniões, incluindo hospedagem em apartamentos individuais ou duplos, fornecimento de coffee - break, refeições locação de salas com infra-estrutura de apoio, na cidade de Bauru/SP, pelo período de 12 meses, conforme condições do Edital. Recebimento das Propostas: no endereço <http://www.correios.com.br>. Abertura das propostas: 15/12/2006 às 10:00 horas. Obtenção do Edital: No endereço eletrônico acima. Informações pelo telefone: (14) 4009-3558 e pelo Fax: (14) 4009-3659, no horário de 08:30 às 17:00 horas.

ROGERIO SIMONATO BOTELHO  
Pregoeiro

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO  
METROPOLITANA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato/Asjur/DR/SPM nº 370/2006, celebrado entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a empresa Mithitel Projetos e Montagens Técnicas Ltda., para Execução dos serviços de Adequação da AC/Aeroporto Internacional de Guarulhos/ DR/SPM, contratada pelo valor de R\$ 58.567,31 (Cinquenta e oito mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e um centavos), com prazo de execução de 90 (noventa) dias corridos, serviços relacionados no Edital de Carta Convite 60.00007/2006 (ENG) - GERAD/DR/SPM. Assinaturas: Marcos Antônio Vieira da Silva - Diretor Regional de São Paulo Metropolitana/ECT; José Ruiz Guerra - Gerente de Engenharia de São Paulo Metropolitana/ECT; Fernando Otoshi - p/Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao contrato 224/05, de vigência: 15/12/05 a 14/12/06. Data da assinatura: 24/11/06. Nome da contratada: Raptor Car Serviços Ltda. Objeto: Prorrogação por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 16/12/05 a 16/12/07.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 438, de 11 de outubro de 2005, e suas alterações, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) contra a classificação na Proposta Técnica, na Concorrência e respectiva(s) localidade(s)/serviço(s) indicado(s) no Anexo Único.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada a partir do dia 04 a 08 de dezembro de 2006, na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizadas as eventuais impugnações.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais impugnações, seguirá conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIAS DO ESTADO DO AMAPÁ.

CONC. N.º	SER-VI-CO	LOCALIDADE	UF	RECORRENTE	CONTRA A HABILITAÇÃO DE:
014/2002	TV	MACAPÁ	AP	AMAZÔNIA CABO LTDA.	A2 COMUNICAÇÕES LTDA.
014/2002	TV	MACAPÁ	AP	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	A2 COMUNICAÇÕES LTDA.
014/2002	TV	MACAPÁ	AP	AMAZÔNIA CABO LTDA.	AGENCIA PRISMA S/C LTDA.
014/2002	TV	MACAPÁ	AP	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	AGENCIA PRISMA S/C LTDA.
014/2002	TV	MACAPÁ	AP	AMAZÔNIA CABO LTDA.	GALASSI E LOPES LTDA.
014/2002	TV	MACAPÁ	AP	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	GALASSI E LOPES LTDA.
014/2002	TV	MACAPÁ	AP	TRI TV LTDA.	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.
014/2002	TV	MACAPÁ	AP	ELDORADO SISTEMA DE TELEVISÃO LTDA.	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.
014/2002	TV	MACAPÁ	AP	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.
014/2002	TV	MACAPÁ	AP	AMAZÔNIA CABO LTDA.	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 14/05/12



124

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 230, sexta-feira, 1 de dezembro de 2006

014/2002	TV	MACAPÁ	AP	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.
014/2002	TV	MACAPÁ	AP	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA.
014/2002	TV	MACAPÁ	AP	AMAZÔNIA CABO LTDA.	X-MEDIAGROUP S/A.
014/2002	TV	MACAPÁ	AP	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	X-MEDIAGROUP S/A.

CONCORRÊNCIAS DO ESTADO DE RORAIMA

CONC. N.º	SER-VI- CO	LOCALIDADE	UF	RECORRENTE	CONTRA A HABILITAÇÃO DE
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	AMAZÔNIA CABO LTDA.	A2 COMUNICAÇÕES LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	A2 COMUNICAÇÕES LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	AMAZÔNIA CABO LTDA.	AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	AMAZÔNIA CABO LTDA.	GALASSI E LOPES LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	GALASSI E LOPES LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	GP PRODUÇÕES E MARKETING LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	AMAZÔNIA CABO LTDA.	LHM COMUNICAÇÃO LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	AMAZÔNIA CABO LTDA.	PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	TRI TV LTDA.	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	ELDORADO SISTEMA DE TELEVISÃO LTDA.	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	AMAZÔNIA CABO LTDA.	X-MEDIAGROUP S/A.
014/2002	TV	BOA VISTA	RR	JOABST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	X-MEDIAGROUP S/A.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 438, de 11 de outubro de 2005, e suas alterações, TORNAR SEM EFEITO a publicação contida no Aviso às folhas 59, Seção 3, do Diário Oficial da União nº 166, de 27/08/2004, referente a pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP), para as localidades de MORADA NOVA DE MINAS, Estado de MINAS GERAIS, Concorrência nº 070/2000-SSR/MC, pelo motivo de não ter sido analisadas as propostas de preço da proponente SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., declarando vencedora, para a localidade, a proponente que obteve o maior Valor Ponderado, indicada no Anexo Único.

Brasília - DF, 30 de novembro de 2006.  
CARLOS MAGNO CHAVES BRANDÃO  
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

Concorrência n.º 070/2000-SSR/MC, Localidade de Morada Nova de Minas/MG.

Processo Nº :	Proponentes	Serviço	PP	VP
53710.000916/00	REDE NOVA FM DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	88.095	98.810
53710.000900/00	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	84.500	98.450
53710.000904/00	SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	79.591	97.959
53710.000901/00	RÁDIO E TV SUCESSO LTDA.	FM	79.166	97.917
53710.000925/00	ENGETEL TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.	FM	54.111	95.411
53710.000915/00	SERTANEJA SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	80.842	72.374

RESULTADOS DE JULGAMENTOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 438, de 11 de outubro de 2005, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante, declarando vencedora, para a localidade indicada no Anexo Único, a proponente que obteve o maior Valor Ponderado.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO ÚNICO

Concorrência n.º 066/2001-SSR/MC, Localidade de Francisco Beltrão/PR.

Processo Nº :	Proponentes	Serviço	PP	VP
53740.000391/01	TV NOVA CONEXÃO LTDA.	TV	96.678	99.668
53740.000392/01	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	TV	96.085	99.609
53740.000390/01	RÁDIO E TELEVISÃO RIC LTDA.	TV	95.505	99.551
53740.000384/01	PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	TV	95.021	99.502
53740.000389/01	RÁDIO COSTEIRA FM LTDA.	TV	94.946	99.495
53740.000383/01	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	TV	94.888	99.489
53740.000385/01	SSBR-SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	TV	91.852	99.185
53740.000387/01	FM SEM FRONTEIRAS LTDA.	TV	89.879	98.988

Concorrência n.º 066/2001-SSR/MC, Localidade de Pato Branco/PR.

Processo Nº :	Proponentes	Serviço	PP	VP
53740.000391/01	TV NOVA CONEXÃO LTDA.	TV	97.720	98.860
53740.000386/01	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.	TV	97.552	98.682
53740.000390/01	RÁDIO E TELEVISÃO RIC LTDA.	TV	96.761	98.381
53740.000384/01	PORTO DE CIMA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	TV	96.413	98.207
53740.000389/01	RÁDIO COSTEIRA FM LTDA.	TV	96.358	98.179
53740.000383/01	GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	TV	96.316	98.158
53740.000385/01	SSBR-SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.	TV	93.309	96.655
53740.000392/01	RÁDIO E TV CALDAS LTDA.	TV	92.429	96.215
53740.000387/01	FM SEM FRONTEIRAS LTDA.	TV	91.288	95.644

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 438, de 11 de outubro de 2005, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante, declarando vencedora, para a(s) localidade(s) indicada(s) no Anexo Único, a proponente que obteve o maior Valor Ponderado.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO ÚNICO

Concorrência n.º 070/2000-SSR/MC, Localidade de Monte Sião/MG.

Processo Nº :	Proponentes	Serviço	PP	VP
53710.000899/00	WEB COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	94.655	99.466
53710.000902/00	SOCIEDADE MONTESIONENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	94.227	99.423
53710.000914/00	RÁDIO PORTAL DO SUL DE MINAS LTDA.	FM	87.500	98.750
53710.000912/00	REDE COMUNICAÇÃO E MÍDIA LTDA.	FM	86.288	98.629
53710.000904/00	SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	82.454	98.245
53710.000900/00	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	82.106	98.211
53710.000911/00	RÁDIO E TV CENTAURO LTDA.	FM	75.947	97.595
53710.000925/00	ENGETEL TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.	FM	52.474	95.247

Concorrência n.º 070/2000-SSR/MC, Localidade de Munhoz/MG.

Processo Nº :	Proponentes	Serviço	PP	VP
53710.000911/00	RÁDIO E TV CENTAURO LTDA.	FM	90.740	99.074
53710.000914/00	RÁDIO PORTAL DO SUL DE MINAS LTDA.	FM	87.556	98.756
53710.000912/00	REDE COMUNICAÇÃO E MÍDIA LTDA.	FM	86.522	98.652
53710.000900/00	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	84.500	98.450
53710.000904/00	SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	79.591	97.959
53710.000902/00	SOCIEDADE MONTESIONENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	75.000	97.500
53710.000925/00	ENGETEL TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE LTDA.	FM	53.617	95.362

Concorrência n.º 070/2000-SSR/MC, Localidade de Nova Ponte/MG.

Processo Nº :	Proponentes	Serviço	PP	VP
53710.000911/00	RÁDIO E TV CENTAURO LTDA.	FM	89.625	98.963
53710.000904/00	SISTEMA ITAUNENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA.	FM	85.153	98.515

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as \_\_\_\_\_ folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 81 .

Nº desta folha : 82 .

Nºs das demais folhas juntadas : 83 a \_\_\_\_\_ .

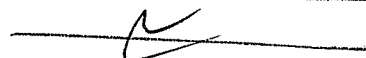
Brasília, 07 de dezembro de 2006.



EDMAR F. MACHADO  
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



140

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 234, quinta-feira, 7 de dezembro de 2006

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO INTERIOR  
EXTRATOS DE CONTRATOS

Dispensa Licitação nº 6002893/2006 de 09/10/2006, referente à locação de imóvel, Antonio Miguel, AC Conchas, vigência 01/11/2006 a 01/05/09, valor global R\$ 31.500,00, valor a ser despendido no exercício R\$ 2.100,00;

Dispensa Licitação nº 6003017/2006 de 01/11/2006, referente à locação de imóvel, Rubens Ferreira Costa e outra, AC Paranaíba, vigência 01/12/2006 a 01/12/11, valor global R\$ 27.900,00, valor a ser despendido no exercício R\$ 465,00;

Dispensa Licitação nº 6002880/2006 de 09/10/2006, referente à locação de imóvel, Sebastião Tadeu de Lima e outra, AC Moreira César, vigência 01/11/2006 a 01/11/09, valor global R\$ 44.215,20, valor a ser despendido no exercício R\$ 2.456,40;

Dispensa Licitação nº 6002833/2006 de 09/10/2006, referente à locação de imóvel, Leonildo Mascagna Cavicchioli e outra, AC Ibaté, vigência 01/11/2006 a 01/11/07, valor global R\$ 5.940,00, valor a ser despendido no exercício R\$ 990,00;

Dispensa Licitação nº 6002876/2006 de 16/10/2006, referente à locação de imóvel, Natal de Jesus Marques e outra, AC Pedra Bela, vigência 01/11/2006 a 01/11/09, valor global R\$ 15.300,00, valor a ser despendido no exercício R\$ 850,00;

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 125/2006

A Diretoria Regional de São Paulo Interior, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público a homologação do Pregão Eletrônico nº 125/2006-DR/SP, cuja sessão ocorreu em 20/11/2006, tendo como objeto a aquisição de móveis de aço para unidades da DR/SP. A empresa Metalúrgica Costa & Adorno Ltda foi a vencedora dos lotes 1 e 2 no valor global de R\$ 153.100,00 e R\$ 188.080,00 respectivamente. A empresa Metalúrgica Proença Ltda foi a vencedora do lote 3 no valor global de R\$ 96.400,00. A empresa Metalúrgica Angelini Ltda foi a vencedora dos lotes 4 e 7 no valor global de R\$ 258.726,20 e R\$ 76.644,99 respectivamente. A empresa Indústria e Comércio De Marchi Ltda EPP foi a vencedora do lote 5 no valor global de R\$ 278.999,82. A empresa WT Publicitários Associados Ltda foi a vencedora do lote 6 no valor global de R\$ 24.456,52.

DOUGLAS RODRIGUES  
Pregoeiro

DIRETORIA REGIONAL DE SÃO PAULO  
METROPOLITANA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 6000002

Objeto: Fornecimento e instalação de proteções contra impactos nos equipamentos de tráfego de formato embarrachado e infra-estrutura civil do CTCE Vila Maria/DR/SPM, sítio na Avenida Morvan Dias de Figueiredo, nº 4040 - Vila Maria - São Paulo/SP, conforme Especificações Técnicas e demais condições edital e seus anexos, realizada em 19/09/2006, sendo o certame homologado com adjudicação à empresa Construdher Construções Ltda, CNPJ nº 03.802.330/0001-99 para o lote 1 (único), no valor global de R\$ 249.179,42 (duzentos e quarenta e nove mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

HÉLIO BUN  
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 6000009

A Diretoria Regional de São Paulo Metropolitana, torna público o resultado de julgamento das propostas econômicas das licitantes habilitadas para a Tomada de Preços nº 6000009 (ENG) - GERAD/DR/SPM, que tem por objeto a contratação da obra de adaptação de imóvel para instalação do CDD Tamanduaté, localizado na Rua Dom Bosco nº 789 - Santo André/SP, conforme Especificações Técnicas e demais condições do Edital e seus Anexos. Licitantes classificadas: 1ª colocada: "Tech-Serv Comércio e Instalações de Materiais Elétricos e Eletrônicos Ltda", com seu valor global aferido de R\$ 162.375,02 (cento e sessenta e dois mil, trezentos e setenta e cinco reais e dois centavos); 2ª colocada "Rete Engenharia Ltda", com seu valor global aferido de R\$ 169.149,23; 3ª colocada "Ofício Engenharia Ltda", com seu valor global aferido de R\$ 172.053,94; 4ª colocada "Construtora Incorporadora e Serviços Ltda", com seu valor global aferido de R\$ 174.835,91; 5ª colocada "Mithitel Projetos e Montagens Técnicas Ltda", com seu valor global aferido de R\$ 178.459,72; 6ª colocada "Análise Planejamento e Construção Ltda", com seu valor global aferido de R\$ 180.064,18; 7ª colocada "Construdher Construções Ltda", com seu valor global aferido de R\$ 183.916,81; 8ª colocada "Pema Engenharia Ltda", com seu valor global aferido de R\$ 186.986,35; 9ª colocada "Hersa Engenharia e Serviços Ltda", com seu valor global aferido de R\$ 198.343,86; 10ª colocada "L. Landgraf Planejamento e Construções Ltda", com seu valor global aferido de R\$ 209.852,31. Os autos do processo encontram-se franqueados à consulta por parte dos interessados.

HÉLIO BUN  
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SERVIÇOS  
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

AVISOS DE RETIFICAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 438, de 11 de outubro de 2005, em relação ao Aviso publicado no Diário Oficial da União nº 230, de 1/12/2006, Seção 3, às folhas 123 e 124, resolve retificar o Anexo Único - Concorrência Nº. 014/2002-SSR/MC, Estudos do Ampa e Romina, sendo que onde se lê: contra a classificação na Proposta Técnica, leia-se: contra a habilitação de terceiros, mantendo inalteradas as demais informações contidas no mencionado Aviso.

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 438, de 11 de outubro de 2005, e suas alterações, resolve tornar sem efeito a publicação contida no Aviso às folhas 210, Seção 3, do Diário Oficial da União nº 123, de 29/06/2006, mantendo os resultados da pontuação das Propostas de Preço pela Outorga e do Valor Ponderado, da concorrência 084/2000-SSR/MC, nos municípios de Pilar, Póhinhos, Riachão do Bacamarte e São José de Piranhas, todos no Estado da Paraíba, publicado no Diário Oficial da União nº 113, Seção 3, às folhas 129, de 14/06/2006.

Brasília - DF, 06 de dezembro de 2006.  
CARLOS MAGNO CHAVES BRANDÃO  
Presidente da Comissão

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL  
DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
INSTITUTO RIO BRANCO

EDITAL DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público que estarão abertas, de 11 de dezembro de 2006 a 21 de janeiro de 2007, as inscrições para o Concurso Público de Admissão à Carreira de Diplomata, nos termos dos artigos 35 e 36 da Medida Provisória nº 319, de 24 de agosto de 2006.

O Concurso obedecerá às seguintes normas:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será realizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), com a colaboração do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O texto deste Edital estará também disponível nos endereços eletrônicos do IRBr (<http://www.irbr.gov.br>) e do CESPE/UnB (<http://www.cespe-unb.br/concursos/diplomacia2007>), bem como eventuais informações adicionais sobre o Concurso.

1.2 O Concurso terá três fases, especificadas a seguir:

a) Primeira Fase: Teste de Pré-Seleção (TPS), de caráter eliminatório, constituído de questões objetivas de Português, História do Brasil, História Mundial, Política Internacional e Inglês;  
b) Segunda Fase: prova escrita de Português, de caráter eliminatório e classificatório;  
c) Terceira Fase: provas escritas de História do Brasil, de Geografia, de Política Internacional, de Inglês, de Noções de Direito e Direito Internacional, de Noções de Economia e de Espanhol ou Francês.

1.3 Cada uma das fases será realizada simultaneamente nas cidades de Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Campo Grande/MS, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Manaus/AM, Natal/RN, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Luís/MA, São Paulo/SP e Vitória/ES.

1.4 VAGAS: 105, sendo 6 vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

2 DO CARGO

2.1 A aprovação no Concurso habilitará o candidato: 1.º a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata (Terceiro Secretário), de acordo com a ordem de classificação obtida; e 2.º a ter matrícula no Curso de Formação do Instituto Rio Branco, regulamentado pela Portaria nº 336 do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 30 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2003.

2.2 REMUNERAÇÃO INICIAL NO BRASIL: R\$ 7.183,91 (sete mil e cento e oitenta e três reais e noventa e um centavos).

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1 Ter sido aprovado no Concurso.  
3.2 Ser brasileiro nato, conforme o artigo 12, § 3.º, inciso V, da Constituição Federal.

3.3 Estar no gozo dos direitos políticos.

3.4 Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.

3.5 Estar em dia com as obrigações eleitorais.

3.6 Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação. No caso de candidatos cuja graduação tenha sido realizada em instituição estrangeira, caberá exclusivamente ao candidato a responsabilidade de apresentar, até a data da posse, a revalidação do diploma exigida pelo Ministério da Educação, nos termos do artigo 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

3.7 Haver completado a idade mínima de dezoito anos.  
3.8 Apresentar aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, verificada por meio de exames pré-admissionais, nos termos do artigo 14, parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

3.9 O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato.

3.10 Será excluído do Concurso o candidato que não atender a qualquer dos requisitos acima enumerados ou que, quando for o caso, não obtiver a autorização de que trata o subitem 5.4.1 deste Edital.

4 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

4.1 Do total de vagas destinadas ao cargo, 5% serão providas na forma do artigo 37, VIII, da Constituição Federal, do artigo 5.º, § 2.º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

4.1.1 O candidato que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.2 Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência e estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e de que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação no estágio probatório; e

b) encaminhar laudo médico original ou cópia simples, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência, na forma do subitem 4.2.1.

4.2.1 O candidato portador de deficiência deverá entregar, até o dia 23 de janeiro de 2007, das 8 horas às 19 horas (exceto sábado, domingo e feriado), pessoalmente ou por terceiro, o laudo médico (original ou cópia simples) a que se refere a alínea "b" do subitem 4.2, na Central de Atendimento do CESPE/UnB, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino - Asa Norte, Brasília/DF.

4.2.1.1 O candidato poderá, ainda, encaminhar o laudo médico (original ou cópia simples), via SEDEX, postado imprimevavelmente até o dia 23 de janeiro de 2007, para a Central de Atendimento do CESPE/UnB - Concurso IRBr Diplomata 2007 (laudo médico), Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino - Asa Norte, Brasília/DF, Caixa Postal 4488, CEP 70904-970.

4.2.2 O fornecimento do laudo médico (original ou cópia simples), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. O CESPE/UnB não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada do laudo a seu destino.

4.3 O candidato portador de deficiência poderá requerer, na forma do subitem 5.4.9 deste Edital, atendimento especial, no ato da inscrição, para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto no artigo 40, parágrafos 1.º e 2.º, do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

4.4 O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Concurso público e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

4.4.1 A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de deficiência será publicada no Diário Oficial da União e divulgada na Internet, no endereço eletrônico: <http://www.cespe-unb.br/concursos/diplomacia2007>, no Edital de locais e horário de realização do Teste de Pré-Seleção.

4.4.1.1 O candidato disporá de um dia a partir da data de divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar as razões do indeferimento, pessoalmente ou por meio de fax, e-mail ou via SEDEX, citados no subitem 13.5.1 deste Edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

4.5 A inobservância do disposto no subitem 4.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não-atendimento às condições especiais necessárias.

4.6 Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se portadores de deficiência, se aprovados e classificados no Concurso, terão seus nomes publicados em lista à parte e, caso obtenham classificação necessária, figurarão também na lista de classificação geral.

4.7 Os candidatos que se declararem portadores de deficiência, aprovados e classificados no Concurso Público, deverão submeter-se à perícia médica promovida pela Junta Médica designada pelo Diretor do Instituto Rio Branco, que verificará sobre a sua qualificação como portador de deficiência ou não, bem como sobre o grau de deficiência incapacitante para o exercício do cargo, nos termos do artigo 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

4.8 Os candidatos deverão comparecer à perícia médica munidos de laudo médico que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), conforme especificado no Decreto nº 3.298/99 e suas alterações, bem como à provável causa da deficiência.

4.9 A não-observância do disposto no subitem 4.8, a reaprovação na perícia médica ou o não-comparecimento à perícia acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

4.10 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Concurso, figurará na lista de classificação geral.

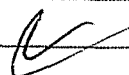
4.11 O candidato portador de deficiência reprovado na perícia médica em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será eliminado do Concurso.

**Serviço Público Federal**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12



## **TERMO DE JUNTADA**

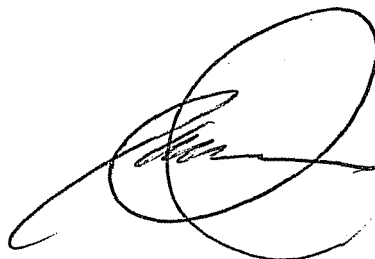
Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 02 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior: 83.

Nº desta folha: 84.

Nºs. das demais folhas juntadas: 85 a 86.

Brasília-DF., 12 de Dezembro de 2006.







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



HORÁRIO DE ATENDIMENTO  
de 8 h às 12h e de 14 às 18 horas

REQUERIMENTO DE VISTA

Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação-CEL

O(A) senhor(a) DR. PAULO FERNANDO PASSEN,  
portador (a) do documento de identidade nº 875440-3 expedido  
pelo (a) IEPR do  
Estado de PARANÁ, vem solicitar vista do (s) processo (s)  
referente (s) ao Edital da Concorrência nº 14/2002 /MC, para o Serviço de  
Radiodifusão, conforme indicados a seguir:

PROCESSO PRINCIPAL DA CONCORRÊNCIA	(X) SIM ( ) NAO
---------------------------------------	-----------------

NOME(S) DO(S) PROPONENTE (S) OU Nº DO(S) PROCESSO(S) ESPECÍFICO(S)

1.	<u>SINAR, Brasil de Comunicação LTDA</u>
2.	<u>53000.00 8410/2002</u>
3.	
4.	<div>SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL Em, <u>11/05/12</u> </div>
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	

DADOS DA PESSOA FÍSICA:

ENDEREÇO DO REQUERENTE: <u>S/S 0006 C/A BLE 2424</u>	
TELEFONE (S): <u>(61) 332/0702</u>	FAX (S): <u>(61) 332/0702</u>

DADOS DA PESSOA JURÍDICA:

ENDEREÇO DA ENTIDADE REPRESENTADA: <u>O MESMO</u>	
ENDEREÇO: <u>O MESMO</u>	
TELEFONE (S): <u>O MESMO</u>	FAX (S): <u>O MESMO</u>

Brasília-DF., 21/12/2006

assinatura

# SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÕES S/C LTDA.



Brasília/DF, 05 de dezembro de 2006.

Exmo. Sr.

Dr. Carlos Magno Chaves Brandão  
Presidente da Comissão Especial de Licitação  
Ministério das Comunicações  
Esplanada dos Ministérios  
Bloco R, Sala 814  
Cep: 70044-900  
Brasília/DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 093320/2006-65

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPQA/SE  
07/12/2006-15:40

**Referente: Processo nº 53000.008410/02**

**Edital – 014/2002 - Localidade: Macapá / AP**

Senhor Presidente,

**SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÕES S/C LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.974.569/0001-09, com endereço para correspondência no SHS, quadra 06, conjunto A, bloco E, sala 424, Edifício Brasil XXI, Brasília/DF, CEP 70322-915, e-mail [rasera@rasera.com.br](mailto:rasera@rasera.com.br), fone/fax (61) 3321-0702, vem respeitosamente perante V. Sa., através de seu procurador Sr. Draulio Fernando Rasera, solicitar vista no processo acima epigrafado.

Respeitosamente,

Draulio Fernando Rasera  
Procurador

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/12/05 12

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 05 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 86 .

Nº desta folha : 87 .

Nºs das demais folhas juntadas : 88 a 82 .

Brasília, 26 de Dezembro de 2006.

HW  
CLÁUDIO SILVA SOUZA  
Membro Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

[Assinatura]



Brasília, 20 de dezembro de 2006.

Exmo. Sr.  
Dr. Carlos Magno Chaves Brandão  
Presidente da Comissão Especial de Licitação  
Ministério das Comunicações  
Esplanada dos Ministérios  
Bloco R, Sala 814  
Cep: 70044-900  
Brasília/DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 098 462/2006-44  
REPRODUÇÃO: COLOG/CGRL/APCA/SE  
20/12/2006-16:06

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

Ref.: PROCESSO nº. 53000.008410/02 – CONCORRÊNCIA 14/2002-SSR/MC

**SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 04.947.569/0001-09, com endereço para correspondência no SHS, quadra 06, conjunto E, sala 424 Ed. Brasil XXI, Brasília/DF, fone/fax (61) 3321-0702, e-mail: [rasera@rasera.com.br](mailto:rasera@rasera.com.br), vem respeitosamente através do seu procurador Sr. **Draulio Fernando Rasera**, e com referência ao processo em epígrafe, com lastro no art. 109, § 3º, a Lei 8.666/93, IMPUGNAR os Recursos Administrativos interpostos por Amazônia Cabo Ltda. e Jobast Produções Cinematográficas Ltda., pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

[Assinatura]



Preliminarmente, foram franqueadas vistas aos autos no dia 13/12/2006, partindo do dia seguinte o prazo quinquídio de apresentação da presente defesa, que se encerraria em 20/12, conforme o § 5º do art. 109 da Lei 8.666/93. Tempestiva, portanto, a Impugnação Recursal ora movimentada por esta Recorrida.

As licitantes Amazônia Cabo Ltda. e Jobast Produções Cinematográficas Ltda. recorrem da decisão que habilitou esta Recorrida na Concorrência 12/2002-SSR/MC, aduzindo ambas que houve insuficiência na documentação de habilitação econômico-financeira.

Tecem o argumento de que o balanço patrimonial desta Recorrida, devidamente registrado, estaria em desacordo com o subitem 5.3.3 do Edital. Reza tal preceptivo editalício que o patrimônio líquido deveria possuir "valor igual ou superior a 10% do valor do preço mínimo constante do Anexo I e que resulte na verificação do Índice de Solvência maior ou igual a 1,2".

Todavia, nenhuma das Recorrentes promove uma interpretação correta dos fatos, subsumindo-os às normas corretas do Edital. É que o instrumento de convocação especifica regra para empresas licitantes que tenham sido constituídas em prazo inferior ao primeiro ano de exercício fiscal e que, por tal condição, não estariam obrigadas aos demonstrativos contábeis. Copia-se o subitem 5.3.2 que trata do tema:

"5.3.2 – Para os proponentes que, de acordo com a legislação, na data de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, não tenham apurado as demonstrações financeiras referentes ao seu primeiro exercício social, e para as proponentes criadas exclusivamente para a execução do serviço de radiodifusão e inativas, apresentação do balanço de abertura, levantado em até 30 dias após a data da sua constituição e em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial."

[Assinatura]

Em, 11 / 05 / 12






Esta Recorrida enquadra-se na previsão do subitem 5.3.2, segundo se depreende de seus atos constitutivos acostados ao Processo Administrativo. Apresentados seus documentos que firmam sua criação enquanto empresa com prazo inferior a 1 (um) ano antecedente ao Certame, não lhe é possível exigir demonstrativos financeiro-contábeis mais apropriados às empresas com maior tempo de atividade cujos resultados já geram, para estas empresas, obrigações fiscais e jurídicas.

Outrossim, convém apontar que, em regime licitatório, onde se busca a ampla participação de interessados, veda-se a comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo, época ou locais específicos, ou ainda quaisquer outras não previstas na Lei, que inibam a participação na disputa. De fato, não há norma que rechace empresas constituídas recentemente em licitações.

Apoio doutrinário encontra-se em Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, explanando sobre o art. 31 da Lei 8.666/93, no subtítulo "A questão das empresas recentemente constituídas":

"É que a exigência de demonstrações financeiras do exercício anterior não pode ser interpretada como exigência de atuação há mais de um ano. Se tivesse tal significação, estaria sendo introduzido mais um requisito de habilitação, no âmbito temporal. A Lei não disciplina prazos mínimos de existência de uma sociedade para ser contratada pelo Estado. Logo, empresas recém-constituídas, se preencherem os demais requisitos de habilitação (inclusive e especialmente os de natureza técnica), não podem ser excluídas através de aplicação extensiva de requisitos relacionados com a capacitação econômico-financeira. [...] Por isso, as sociedades constituídas no curso do próprio exercício podem participar da licitação, mediante exibição do balanço de abertura".

Assim, a insurgência das licitantes Amazônia Cabo Ltda. e Jobast Produções Cinematográficas Ltda. baseia-se em uma interpretação equívoca tanto do Edital





quanto dos princípios que informam a adjudicação de serviços pelo Poder Público aos particulares.

Nada há que macule as condições habilitatórias desta Recorrida e, por tal evidência, inexistente motivo que dê lastro aos recursos administrativos que pleiteiam sua inabilitação.

Requer-se, afinal, o indeferimento integral dos pedidos de inabilitação que contra esta Recorrida apresentaram as licitantes Amazônia Cabo Ltda. e Jobast Produções Cinematográficas Ltda.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

**SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.  
DRAULIO FERNANDO RASERA  
PROCURADOR**

## PROCURAÇÃO

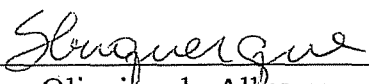


**SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 04.974.569/0001-09, com sede na SH/Sul Quadra 06 Conjunto A Bloco E Sala 424, em Brasília/DF, representada neste ato por seu sócio-gerente **SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE**, brasileira, RG nº 1.176.306 – SSP/DF, CPF nº 116.411.263-53, que receberá as intimações no endereço da empresa pelo presente nomeia e constitui seu bastante procurador o Sr. **DRÁULIO FERNANDO RASERA**, Administrador, brasileiro, casado, portador do RG nº 875.440-3 SSP/PR e do CPF/MF 171.531.589-87, com escritório situado em Brasília/DF, no SGAS, lote 74, Edifício Athenas, Bloco “B”, Salas 201/202, CEP 70.390-020, a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos das Concorrências do Ministério das Comunicações – SSR/MC em que participar, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como os especiais para assinar o Balanço Patrimonial, e enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

Brasília, 19 de dezembro de 2002

  
Simone Oliveira de Albuquerque

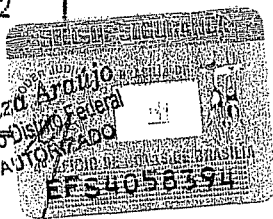
CPF nº 116.411.263 - 53


40. OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA  
W/3 NORTE QD. 504 - ED. MARIANA-TERREO  
BRASÍLIA-DF - FONE: (0XX61) 326-5234  
ECOMHECO e dou fe por SEMELHANÇA(S) a(s)  
irma(s) de:  
124914-SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE..

Em testemunho M da verdade.  
BRASÍLIA, 18 de Dezembro de 2002

033-AROLD DE SOUZA ARAUJO  
ESCREVENTE AUTORIZADO  
RJAD

Aroldo de Souza Araújo  
4º Ofício de Notas do Distrito Federal  
ESCREVENTE AUTORIZADO  
EFS4058394



  
Rodrigo  
OFÍCIO DE NOTAS DE BRASÍLIA





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SSCE  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 3 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 92.

Nº desta folha : 93.

Nºs das demais folhas juntadas : 94 a 96.

Brasília-DF, 23 de Janeiro de 2007

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 05 12

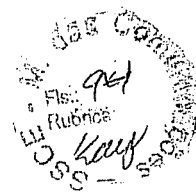
R

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

[Assinatura]



**INFORMAÇÃO Nº 01/2007/L9/CEL/MC**

**Referência:** Processo nº 53000.008410/2002  
de 30./12/2002 da  
Concorrência nº 014./2002. - SSR/MC.

**Localidade(s)/Serviço(s):** Macapá-AP

**I - INTRODUÇÃO**

1. **SISTEMA BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.**, qualificada nos autos do processo sob referência, vem apresentar **Impugnação** ao Recurso interposto pela **concorrente JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. e AMAZONIA CABO LTDA.**, contra ato desta Comissão que **habilitou a Impugnante**, trazendo em sua petição o embasamento legal que julgou suficiente para sustentar a motivação de seu requerimento, buscando manter sua participação no certame.

2. A **Impugnante** desenvolveu sua petição tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).

3. Por conseguinte, está o pedido amparado no subitem 13.5.1 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**.

4. Considerando que o Recurso ora impugnado **não obteve o provimento requerido**, a teor da **INFORMAÇÃO Nº 820 e 821 /2003/L9/CEL-SSR/MC**, a Comissão entende que o objeto da **Impugnação** está exaurido, dando cabimento à conclusão que se segue.

**II - CONCLUSÃO**

5. Pelo exposto, **proponho** aos senhores membros da Comissão Especial de Licitação,

- **conhecer o recurso e dar provimento à Impugnação ao Recurso interposto pela concorrente SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.**, mantendo o ato da Comissão que habilitou a impugnante, nesta


Concorrência, com relação ao serviço e localidade referenciados nesta  
Informação.



Brasília, 17 de janeiro de 2007

  
**RUSSIL DE BEM**  
Assessor

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12  





Processo nº 53000.008410/2002

Após exame do que consta dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da Informação de fls. a . Consigne-se em ata própria a decisão tomada e encaminhe-se para providências de publicação.

Brasília, 23 de janeiro de 2007.

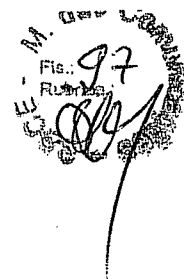
  
**INUBIA DE AGUIAR BEZERRA**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 11.05.12  


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL


Em, 11 / 05 / 12




**ATA DE REUNIÃO Nº 005/2007**


Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de Janeiro de 2007, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC n.º 811, de 29 de dezembro de 1997, atualmente regida por meio da Portaria n.º 1.028, de 21 de dezembro de 2006, e suas alterações, com a participação de sua Presidente **Inúbia de Aguiar Bezerra** e Vice-Presidente **Eriko Mendes Domenici** e dos membros, **Edmar de Freitas Machado**, **Rita Suely Barbosa** e **Cláudio Silva Souza**, com o objetivo de apreciar os trabalhos referentes à análise dos recursos e impugnações interpostos pelas licitantes, os quais compreenderam, entre outras atividades: (1). A Senhora Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão as informações contendo a análise dos referidos recursos e impugnações. (2) Após a leitura dos documentos, a Comissão aprovou o desenvolvimento e as conclusões contidas nas "Informações" constantes desta Ata, autorizando a Presidente a assiná-las e adotar as providências necessárias ao prosseguimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos integrantes da Comissão.

CONCORRÊNCIA Nº	PROCESSO Nº E INFORMAÇÃO Nº
014/2002	53000.008410/02 = 001/2007/L9/CEL/MC
014/2002	53000.008408/02 = 009/2007/L9/CEL/MC

  
**INUBIA DE AGUIAR BEZERRA**  
Presidente

  
**ERIKO MENDES DOMENICI**  
Vice-Presidente

**EDMAR DE FREITAS MACHADO**  
Titular

  
**RITA SUELY BARBOSA**  
Titular

**CLÁUDIO SILVA SOUZA**  
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 14/05/12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SSCE  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

### TERMO DE JUNTADA

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 02 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 97

Nº desta folha : 98

Nºs das demais folhas juntadas : 99 a 100

Brasília-DF, 28 de Marco de 2007

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL



Mem. nº 67/2007/CEL/MC

Em, 11/05/12

*[Handwritten signature]*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASILIA - DF

Em, 28 de março de 2007.

53000.018606/2007-35  
BRASILIA - DF

27/03/2007-16:55

À  
CONSULTORIA JURÍDICA/MC  
Dr. Marcelo Bechara de Souza Hobaika.

Valemo-nos do presente, para encaminhar-lhe os processos relacionados abaixo, em conformidade com os apontamentos das NOTAS/MC/CONJUR/TFC/Nº 1096, 1107, 1099, 1105, 1131, 1116, 1104, 1100, 1101, 1106, 1103, 1111, 1117, 1129 – 2.21/ 2006, dos autos dos processos relacionados, com a finalidade de análise.

PROCESSO PILOTO Nº 53000.006097/2002-9					
CONCORRÊNCIA Nº -SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTES	Nº PROCESSO
014/02	AP	MACAPÁ	TV	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO LTDA.	53000.008410/02
014/02	AP RR	MACAPÁ BOA VISTA	TV	RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA.	53000.008409/02
014/02	AP RR	MACAPÁ BOA VISTA	TV	LEDRA E SILVA LTDA.	53000.08404/02
014/02	AP RR	MACAPÁ BOA VISTA	TV	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	53000.008414/02
014/02	RR	BOA VISTA	TV	G.P. PROCUÇÕES E MARKETING LTDA.	53000.008418/02
014/02	RR	BOA VISTA	TV	BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA.	53000.008412/02
014/02	RR	BOA VISTA	TV	PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA.	53000.008411/02
014/02	RR	BOA VISTA	TV	L.H.M. COMUNICAÇÃO LTDA.	53000.008417/02
014/02	AP RR	MACAPÁ BOA VISTA	TV	AGENCIA PRISMA S/C LTDA.	53000.008419/02
014/02	AP RR	MACAPÁ BOA VISTA	TV	REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	53000.008407/02

*[Handwritten signature]*



Continuação Mem. nº 6 7/2007/CEL/MC, de 28 março de 2007

014/02	AP RR	MACAPÁ BOA VISTA	TV	GALASSI E LOPES LTDA.	53000.008406/02
014/02	AP RR	MACAPÁ BOA VISTA	TV	X- MEDIAGROUP S.A.	53000.008413/02
014/02	AP RR	MACAPÁ BOA VISTA	TV	EMPRESA ENCONTRO DOS RIOS LTDA.	53000.008415/02
014/02	AP RR	MACAPÁ BOA VISTA	TV	AMAZÔNIA CABO LTDA.	53000.008416/02
014/02	AP RR	MACAPÁ BOA VISTA	TV	ALTO ASTRAL PRODUÇÕES LTDA.	53000.008403/02
014/02	AP RR	MACAPÁ BOA VISTA	TV	SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	53000.008405/02
014/02	AP RR	MACAPÁ BOA VISTA	TV	A2 COMUNICAÇÕES LTDA.	53000.008408/02

Atenciosamente,



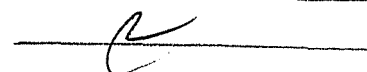
**INÚBIA DE AGUIAR BEZERRA**

Presidente da Comissão Especial de Licitação

R.B.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 05 12







**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

Min. das Comunicações  
Fls.: 101  
Rubrica: [assinatura]

**PARECER/MC/CONJUR/KMM/N.º 0857 - 2.21 / 2007**

**CONC. 014/2002 – SSR/MC**

**PROCESSO PRINCIPAL : 53000.006097/02.**

**PROCESSO: 53000.008410/02.**

**EMENTA:** Recursos na fase de Habilitação. Recursos interpostos pelas licitantes **JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.** e **AMAZÔNIA CABO LTDA.** contra a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a concorrente **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.** Habilitação em consonância com o Edital. Pelo conhecimento e improvimento dos recursos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

**I – RELATÓRIO**

1. As licitantes **JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.** e **AMAZÔNIA CABO LTDA.** interpuseram recursos contra a decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a proponente **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.** na Concorrência Pública n.º 014/2002-SSR/MC, visando à outorga de concessão para a Exploração de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens para a localidade de Macapá/AP.

2. Inicialmente, a licitante recorrida foi considerada **habilitada** nos termos do Resultado n.º **7967/2003**, à fl. 32, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 31 de março de 2003, abrindo o prazo para interposição de eventuais recursos, em conformidade com o artigo 109, inciso I, alínea "a", cumulado com o § 5º do mesmo artigo, da Lei n.º 8.666/93.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

Fls. 102  
Rubrica: M1  
CONJUR - M. das Comunicações - 300

3. As licitantes JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. e AMAZÔNIA CABO LTDA. alegaram que a proponente SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. não obedeceu a exigência contida no subitem 5.3.3 do Edital porque deixou de comprovar que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) sobre o preço mínimo de outorga constante do Anexo I do instrumento convocatório para a localidade de Macapá/AP.

4. A Comissão Especial de Licitação - CEL decidiu por manter a habilitação da proponente SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA., conforme Informações nº 820/2003/L9/CEL-SSCE/MC, às fls. 50 a 52, e nº 821/2003/L9/CEL-SSCE/MC, às fls. 54 a 56.

5. A mesma comissão somente abriu prazo para que a recorrida se manifestasse após a NOTA/MC/CONJUR/RMC/Nº 1550 – 2.21/2004, às fls. 65 e 66, ratificado pela NOTA/MC/CONJUR/SAL/Nº 1080 – 2.21/2005, à fl. 67, reiterada posteriormente pela NOTA/MC/CONJUR/TFC/Nº 1099 – 2.21/2006, às fls. 77 e 78.

6. Assim, em 01 de dezembro de 2006, a CEL publicou no Diário Oficial da União, seção 3, página 123, intimação para que a proponente apresentasse, caso entendesse necessário, impugnação no prazo de 05 (cinco) dias úteis (doc. à fl. 123). Após, a mesma referida comissão publicou aviso de retificação no DOU de 07/12/2006, página 140, doc. à fl. 83.

7. A manifestação da licitante SISTEMA BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. foi protocolada em 20/12/2006, às fls. 88 a 91.

8. A Comissão Especial de Licitação manifestou-se por meio da INFORMAÇÃO Nº 01/2007/L9/CEL/MC, às fls. 94 e 95, provendo a manifestação apresentada, mantendo, conseqüentemente, o ato da Comissão que habilitou a proponente SISTEMA BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.

9. Após, os autos retornaram a Consultoria Jurídica para análise.

**II – DA ANÁLISE DOS RECURSOS**

**DO BALANÇO PATRIMONIAL E DO ÍNDICE DE SOLVÊNCIA.**

10. A alegação de descumprimento da exigência do subitem 5.3.3 do Edital não deve prevalecer, pois o balanço patrimonial apresentado às fls. 13 e 14 demonstra que o ativo da empresa é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e o patrimônio líquido também tem o mesmo valor.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**



11. O subitem 5.3.3 do Edital exige, *in verbis*:

*"5.3.3. A proponente será considerada em boa situação financeira, e portanto apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, quanto o exame de seu balanço patrimonial, e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura, devidamente atualizado, apresentados na forma dos subitens 5.3.1 e 5.3.2, comprove que seu patrimônio líquido possui valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do Anexo I e que resulte na verificação do Índice de Solvência maior ou igual a 1,2 (um vírgula dois), segundo a fórmula abaixo:*

$$IS = AT : (PC + ELP) \geq 1,2$$

Onde:

IS: Índice de Solvência

AT: Ativo Total

PC: Passivo Circulante

ELP: Exigível a Longo Prazo

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

12. O preço mínimo para outorga para a localidade de Boa Vista/RR é de R\$ 138.640,50 (cento e trinta e oito mil, seiscentos e quarenta reais e cinquenta centavos) e para a localidade de Macapá/AP é de R\$ 151.200,00 (cento e cinquenta e um mil e duzentos reais), segundo o Anexo I do Edital.

13. Por outro lado, o subitem 5.3.3 do Edital exige que o patrimônio líquido da proponente seja de pelo menos, 10% (dez por cento) do preço mínimo para outorga. Assim, deveria ter integralizado o patrimônio líquido no importe de R\$ 13.864,05 para Boa Vista/RR e R\$ 15.120,00 para Macapá/AP. Logo, os R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) integralizados são mais do que suficientes para habilitar a proponente SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para as localidades de Macapá/AP.

14. O cálculo quanto a boa situação financeira deve ser verificado pela própria Comissão Especial de Licitação, quando da análise dos documentos de habilitação.

15. Ressalte-se que a licitude da exigência de capital social mínimo encontra eco, inclusive em decisão do Superior Tribunal de Justiça em Mandado de Segurança nº 8240/DF, Rel. Min. Eliana Calmon, publicado no DJ de 02.09.2002, pág. 141, que dispôs, *in verbis*:

**"ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – CAPITAL SOCIAL MÍNIMO.**



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

1. *É lícita a exigência de capital social mínimo para participar de licitação.*
2. *Exigência que encontra respaldo no art. 31, § 3º, da Lei 8.666, de 21/06/93.*
3. *Segurança denegada”.*

16. A manutenção do ato de habilitação da proponente SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. caracteriza verdadeira obediência ao disposto no caput do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

*“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos”.*

**III – CONCLUSÃO**

17. Diante do exposto, opina esta Consultoria Jurídica pelo conhecimento e **não provimento dos recursos interpostos de modo a manter a habilitação da licitante SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.** no certame da Concorrência nº 014/2002-SSR/MC, para a localidade de Macapá/AP.

À superior consideração.  
Brasília, 28 de maio de 2007.

**KIYOMI MAEZOE**  
Assistente/CONJUR-MC

Aprovo. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Senhor Ministro.  
Em 12 / 07 / 2007

**MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKE**  
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****GABINETE DO MINISTRO****DESPACHO DO MINISTRO**

Em 12 de julho de 2007

Tendo em vista os recursos interpostos pelas licitantes JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA e AMAZÔNIA CABO LTDA. contra decisão da Comissão de Licitação que habilitou a proponente SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÕES LTDA., na Concorrência nº 14/2002-SSR/MC, para a localidade de Macapá, no Estado do Amapá, acolho o PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 0857 – 2.21/2007, de sorte a **conhecer dos recursos e negar-lhes provimento**, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.



**HÉLIO COSTA**  
Ministro das Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

**ANEXO ÚNICO****RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS**

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SER- VIÇO	RECORRENTES	RECORRIDA
14/2002	AP	MACAPÁ	TV	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. e AMAZÔNIA CABO LTDA.	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÕES LTDA.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

**TERMO DE JUNTADA**

[Signature]

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 02 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 105 .

Nº desta folha : 106 .

Nºs das demais folhas juntadas : 107 a 108 .

Brasília-DF, 23 de julho de 2007.

[Signature]

EDMAR F. MACHADO  
Membro Titular

Em, 11/05/12



PORTARIA Nº 357, DE 28 DE JUNHO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000720/1998, resolve:

Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 6 de setembro de 1998, a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO DIFUSORA ENCANTADENSE LTDA-FM, por meio da Portaria nº 283, de 5 de setembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 6 subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul. Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

HÉLIO COSTA

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 12 de julho de 2007

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/MBH/Nº 0885 - 2.21/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e NÃO CONHEÇO da representação interposta por AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA, contra decisões da Comissão Especial de Licitação que, provendo recursos interpostos por Celebração FM Ltda., Empresa de Radiodifusão Comercial das Vertentes Ltda., e São Gabriel FM Ltda., a consideraram inabilitada para as localidades de Barbacena/MG, Ilhéus/MG, Califórnia/PR, Cambira/PR, Pontal do Paraná/PR, Orlândia/SP, Ouroeste/SP e Ouro Preto do Oeste/RO, todas da Concorrência 012/2002-SSR/MC.

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0883-2.17/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a DESCLASSIFICAÇÃO SUPERVENIENTE (artigo 43, §5º da Lei 8.666/93) da concorrente ORGANIZAÇÕES SÓ DE COMUNICAÇÃO LTDA do procedimento licitatório da Concorrência nº 159/1997-SSR/MC para a localidade constante do Anexo Único.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
159/1997	SC	JARAGUÁ DO SUL	FM	ORGANIZAÇÕES SÓ DE CO-MUNICAÇÃO LTDA	53820.000133/98

Tendo em vista o recurso interposto pela proponente SISTEMA TRIANGULINO DE COMUNICAÇÃO LTDA, contra sua inabilitação na Concorrência nº 109/2001-SSR/MC, acolho o parecer abaixo relacionado, de sorte a conhecer o recurso, negar-lhe provimento e, consequentemente, manter inabilitada a empresa, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E IMPROVIDO

CONC. Nº	PARECER	LICITANTE RECORRENTE	PROCESSO
109/2001	PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 0880-2.30/2007	SISTEMA TRIANGULINO DE COMU-CAÇÃO LTDA.	53000.000482/02

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0991-2.17/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a ANULAÇÃO do procedimento licitatório, a partir da fase de habilitação da Concorrência nº 129/2001-SSR/MC para a localidade constante do Anexo Único, assegurando aos interessados o exercício do contraditório e ampla defesa, conforme dispõe o § 3º, do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
129/2001	SP	IGUAPE	FM	EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO ESTRELA DA LVA LTDA	53830.000246/2002

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0991-2.17/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº PROCESSO
129/2001	SP	IPUA	FM	SISTEMA INTEGRADO DE RÁDIOCOMUNICAÇÃO LTDA-SIR	53830.000262/02

Tendo em vista os recursos interpostos pelas licitantes JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA, e AMAZÔNIA CABO LTDA, contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente GALASSI E LOPES LTDA., nos autos do processo nº 53000.008406/02, da Concorrência nº 14/2002-SSR/MC, para as localidades de Boa Vista/RR e Macapá/AP, acolho o PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 0859 - 2.21/2007, de sorte a conhecer dos recursos e dar-lhes provimento parcial de modo a tornar a licitante inabilitada somente para a localidade de Macapá/AP, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS PARCIALMENTE

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTES	RECORRIDA
14/2002	AP	MACAPÁ	TV	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. e AMAZÔNIA CABO LTDA.	GALASSI E LOPES LTDA.

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA, contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., nos autos do processo nº 53000.008405/02, da Concorrência nº 14/2002-SSR/MC, para as localidades de Boa Vista/RR e Macapá/AP, acolho o PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 0784 - 2.21/2007, de sorte a conhecer dos recursos e dar-lhes provimento parcial de modo a tornar a licitante inabilitada somente para a localidade de Macapá/AP, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS PARCIALMENTE

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
14/2002	AP	MACAPÁ	TV	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	SISTEMA ALPHA DE COMU-NICAÇÃO LTDA.

Tendo em vista os recursos interpostos pelas licitantes JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA, e AMAZÔNIA CABO LTDA, contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente A2 COMUNICAÇÕES LTDA, na Concorrência nº 14/2002-SSR/MC, para as localidades de Boa Vista/RR e Macapá/AP, acolho o PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 0808 - 2.21/2007, de sorte a conhecer dos recursos e dar-lhes provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADES	SERVIÇO	RECORRENTES	RECORRIDA
14/2002	RR	BOA VISTA	TV	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. e AMAZÔNIA CABO LTDA.	A2 COMUNICAÇÕES LTDA.
14/2002	AP	MACAPÁ	TV	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. e AMAZÔNIA CABO LTDA.	A2 COMUNICAÇÕES LTDA.

Tendo em vista os recursos interpostos pelas licitantes JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA, e AMAZÔNIA CABO LTDA, contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente X- MEDIAGROUP S/A., nos autos do processo nº 53000.008413/02, na Concorrência nº 14/2002-SSR/MC, para as localidades de Boa Vista/RR e Macapá/AP, acolho o PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 0872 - 2.21/2007, de sorte a conhecer dos recursos e dar-lhes provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADES	SERVIÇO	RECORRENTES	RECORRIDA
14/2002	RR	BOA VISTA	TV	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. e AMAZÔNIA CABO LTDA.	X - MEDIAGROUP S/A.
14/2002	AP	MACAPÁ	TV	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. e AMAZÔNIA CABO LTDA.	X - MEDIAGROUP S/A.

Tendo em vista os recursos interpostos pelas licitantes JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA, e AMAZÔNIA CABO LTDA, contra decisão da Comissão de Licitação que habilitou a proponente SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÕES LTDA., na Concorrência nº 14/2002-SSR/MC, para a localidade de Macapá, no Estado do Amapá, acolho o PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 0857 - 2.21/2007, de sorte a conhecer dos recursos e negar-lhes provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SER-VIÇO	RECORRENTES	RECORRIDA
14/2002	AP	MACAPÁ	TV	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA. e AMAZÔNIA CABO LTDA.	SINAL BRASILEIRO DE CO-MUNICAÇÕES LTDA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



Nº 135, segunda-feira, 16 de julho de 2007

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

101



Tendo em vista o recurso interposto pela licitante JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA, contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TV LTDA., na Concorrência nº 14/2002-SSR/MC, para as localidades de Boa Vista/RR e Macapá/AP, acolho o PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 0773 - 2.21/2007, de sorte a conhecer o recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
14/2002	RR	BOA VISTA	TV	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TV LTDA.
14/2002	AP	MACAPÁ	TV	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TV LTDA.

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA, contra sua inabilitação na Concorrência nº 014/2002-SSR/MC, para as localidades de Boa Vista/RR e Macapá/AP, acolho o PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 0788 - 2.21/2007, de sorte a conhecer o recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONTRA A PRÓPRIA INABILITAÇÃO - CONHECIDO E NÃO PROVIDO

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADES	SERVIÇO	RECORRENTE
014/2002	RR	BOA VISTA	TV	RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA.
014/2002	AP	MACAPÁ	TV	RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA.

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA, contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., nos autos do processo nº 53000.008405/02, da Concorrência nº 14/2002-SSR/MC, para as localidades de Boa Vista/RR e Macapá/AP, acolho o PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 0784 - 2.21/2007, de sorte a conhecer dos recursos e dar-lhes provimento parcial de modo a tornar a licitante inabilitada somente para a localidade de Macapá/AP, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS PARCIALMENTE

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
14/2002	AP	MACAPÁ	TV	JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA.	SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA.

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/MC/Nº 0654-2.17/2005, PARECER/MC/CONJUR/BBALF/Nº 1668-2.17/2005, PARECER/MC/CONJUR/BBALF/Nº 1664-2.17/2005, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a ANULAÇÃO do procedimento licitatório, a partir da fase de habilitação da Concorrência nº 035/2001-SSR/MC para as localidades constante do Anexo Único, assegurando aos interessados o exercício do contraditório e ampla defesa, conforme dispõe o § 3º, do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
035/2001	MG	INDAIABIRA	FM	RÁDIO RIO LTDA	53710.000528/01
035/2001	MG	ITABIRITO	FM	RÁDIO E TV CENTAURO LTDA	53710.000528/01

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0870-2.17/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
035/2001	MG	DIVINÉZIA	FM	RÁDIO E TV CENTAURO LTDA	53710.000528/01

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0938-2.17/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
054/2001	PA	TAILÂNDIA	OM	REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	53720.000356/2001

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 1095-2.17/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a ANULAÇÃO do procedimento licitatório, a partir da fase de habilitação da Concorrência nº 058/2000-SSR/MC para as localidades constante do Anexo Único, assegurando aos interessados o exercício do contraditório e ampla defesa, conforme dispõe o § 3º, do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
058/2000	ES	CONCEIÇÃO DA BARRA	FM	RD RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	53770.000868/2000
058/2000	ES	ITAGUAÇU, MUIQUÍ, PUMA E VENDA NOVA DO IMIGRANTE	FM	RÁDIO ULTRA FM LTDA	53770.000881/2000

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA (fls.47-51) contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente RÁDIO NOVO ARIPUANÁ LTDA, na Concorrência nº 076/2001-SSR/MC, para a localidade de Novo Aripuanã, no Estado do Amazonas, acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 1022-2.21/2007, de sorte a não conhecer o recurso, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital. Entretanto, pelo preavalecimento do princípio da autotutela administrativa deve haver a INABILITAÇÃO da concorrente RÁDIO NOVO ARIPUANÁ LTDA.

ANEXO ÚNICO

RECURSO NÃO CONHECIDO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
076/2001	AM	NOVO ARIPUANÁ	FM	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SOL LTDA	RÁDIO NOVO ARIPUANÁ LTDA

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0922- 2.17/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
088/2001	PI	BOCAINA	FM	STAR FM LTDA	53650.000347/02

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 0922-2.17/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a ANULAÇÃO do procedimento licitatório, a partir da fase de habilitação da Concorrência nº 088/2001-SSR/MC para as localidades constante do Anexo Único, assegurando aos interessados o exercício do contraditório e ampla defesa, conforme dispõe o § 3º, do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

HÉLIO COSTA

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
088/2001	CE	PACAJUS	FM	STAR FM LTDA	53650.000347/2002
088/2001	CE	NOVO HORIZONTE, PEREIRO E SENADOR POMPEU	FM	RÁDIO E TV SCHIAPPÀ LTDA	53650.000355/2002
088/2001	PI	TERESINA	FM	REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	53650.000356/2002
088/2001	CE	PARAMBU	FM	REDE ELO DE COMUNICAÇÕES LTDA	53650.000346/2002



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

R



60

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 12, quinta-feira, 17 de janeiro de 2008

PORTARIA Nº 22, DE 16 DE JANEIRO DE 2008

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições;

Considerando a Portaria nº 2.639/GM, de 16 de outubro de 2007, que redefine os limites financeiros destinados ao custeio da Terapia Renal Substitutiva - TRS, dos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando a Resolução CIB/PR nº 126, de 16 de novembro de 2007, da Comissão Intergestores Bipartite do estado do Paraná - Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, resolve:

Art. 1º - Redefinir o limite financeiro mensal no montante de R\$197.556,81 (cento e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos) para o custeio da Terapia Renal Substitutiva - TRS, do município de Umuarama/PR, habilitado em Gestão Plena Municipal.

Parágrafo único - O recurso acima referido será remanejado do limite financeiro da TRS do município de Curitiba/PR.

Art. 2º - Instruir que o remanejamento de recurso, concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto no Limite Financeiro Global do Estado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2007.

JOSÉ CARVALHO DE NORONHA

PORTARIA Nº 23, DE 16 DE JANEIRO DE 2008

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições;

Considerando a Portaria nº 2.639/GM, de 16 de outubro de 2007, que redefine os limites financeiros destinados ao custeio da Terapia Renal Substitutiva - TRS, dos Estados, Distrito Federal e Municípios; e

Considerando a Resolução CIB/ES nº 708, de 10 de dezembro de 2007, da Comissão Intergestores Bipartite do Espírito Santo - Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, resolve:

Art. 1º - Redefinir o limite financeiro mensal no montante de R\$2.253.925,56 (dois milhões, duzentos e cinquenta e três mil, novecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e seis centavos) para o custeio da Terapia Renal Substitutiva - TRS, do estado do Espírito Santo, habilitado em Gestão Plena Estadual.

Parágrafo único - O recurso acima referido será remanejado do limite financeiro da TRS do município de Colatina/ES.

Art. 2º - Instruir que o remanejamento de recurso, concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto no Limite Financeiro Global do Estado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2007.

JOSÉ CARVALHO DE NORONHA

PORTARIA Nº 24, DE 16 DE JANEIRO DE 2008

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições;

Considerando a Portaria nº 2.639/GM, de 16 de outubro de 2007, que redefine os limites financeiros destinados ao custeio da Terapia Renal Substitutiva - TRS, dos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando a Resolução CIB/CE nº 201, de 06 de novembro de 2007, da Comissão Intergestores Bipartite do estado do Ceará - Secretaria de Estado da Saúde do Ceará, resolve:

Art. 1º - Redefinir o limite financeiro mensal no montante de R\$238.645,45 (duzentos e trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) para o custeio da Terapia Renal Substitutiva - TRS, do município de Maracanaú/CE, habilitado em Gestão Plena Municipal.

Parágrafo único - O recurso acima referido será remanejado do limite financeiro da TRS do município de Fortaleza/CE.

Art. 2º - Instruir que o remanejamento de recurso, concedido por meio desta Portaria, não acarretará impacto no Limite Financeiro Global do Estado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência dezembro de 2007.

JOSÉ CARVALHO DE NORONHA

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 31 de dezembro de 2007

Acolho os Pareceres da CONJUR abaixo discriminados, de sorte a conhecer das manifestações das proponentes como "pedido de reconsideração", porém, negando-lhes amparo, mantendo as inabilitações já decretadas na Concorrência nº 014/2002 SSR/MC, tudo conforme o ANEXO ÚNICO, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO - CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

CONCORRÊNCIA	PROponente	PROCESSO	Nº DO PARECER
014/2002-CRC/MC	Sistema Alpha de Comunicações Ltda	53000.008405/02	2316-2.21/2007
TV	Galaxi e Lopes Ltda	53000.008406/02	2317-2.21/2007
	Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda	53000.008407/02	2328-2.21/2007

Tendo em vista os recursos interpostos contra atos de HABILITAÇÃO praticados pela Comissão Especial de Licitação, na Concorrência nº 014/2002-SSR/MC, acolho os Pareceres da CONJUR, abaixo discriminados, de sorte a conhecer dos recursos e negar-lhes provimento, tudo conforme o ANEXO ÚNICO, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

Nº DA CONCORRÊNCIA	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA	LOCALIDADE	UF	Nº DO PARECER
014/2002	TV	Jobast produções Cinematográficas Ltda.	Agência Prima S/C Ltda.	Boa Vista	RR	2333-2.21/2007
		Amazônia Cabo Ltda.		Macapá	AP	
		Jobast produções Cinematográficas Ltda.	Paraviana Comunicações Ltda.	Boa Vista	RR	2353-2.21/2007
		Amazônia Cabo Ltda.		Macapá	AP	
		Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	Burlitis Comunicações Ltda.	Boa Vista	RR	2396-2.21/2007
				Macapá	AP	

Acolho o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2422-2.17/2007, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	Localidade	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº PROCESSO
19/2000	RS	SÃO VICENTE DO SUL	FM	MINUZZI COMUNICAÇÃO LTDA	53790.000261/00

Tendo em vista os recursos interpostos contra a decisão da Comissão de Licitação que habilitou as proponentes WAC RABELO & CIA LTDA e a REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO PARÁ LTDA na Concorrência nº 052/2001-SSR/MC, acolho o PARECER/MC/CONJUR/CSB/Nº 2511-2.21/2007 e PARECER/MC/CONJUR/CSB/Nº 2514-2.21/2007, para decidir conforme os ANEXOS I e II abaixo, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO I

CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTES	RECORRIDA	DECISÃO	PARECER
052/2001-SSR/MC	PA	Augusto Correa, Ituba e Iupiranga.	FM	Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda.	Wac Rabelo & Cia Ltda.	Recurso não conhecido	2511-2.21/2007
				TV Guajariná Ltda.	Wac Rabelo & Cia Ltda.	Recurso Conhecido e Improvado	

ANEXO II

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTES	RECORRIDA	DECISÃO	PARECER
052/2001-SSR/MC	PA	Capitão Poço	FM	Wac Rabelo & Cia Ltda.	Rede União de Rádio e Televisão do Pará Ltda.	Recurso não conhecido	2514-2.21/2007
				Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda.	Wac Rabelo & Cia Ltda.	Recurso Conhecido e Improvado	

Tendo em vista os recursos interpostos contra a decisão da Comissão de Licitação que habilitou a proponente RÁDIO CENTAURO LTDA na Concorrência nº 070/2000-SSR/MC, bem como o recurso da referida proponente atacando o ato que a excluiu do certame em relação à localidade Morada Nova de Minas, acolho o PARECER/MC/CONJUR/CSB/Nº 2053-2.21/2007, para decidir conforme os ANEXOS I, II e III abaixo, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO I

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTES	RECORRIDA	DECISÃO
070/2000	MG	Morada Nova de Minas, Monte Silo, Munhoz, Nova Ponte, Mutum, Muzambinho e Nova Era.	FM	Rádio Portal do Sul de Minas Ltda.	Rádio e TV Centauro Ltda.	Recurso não conhecido
				Marcos José da Silva & Cia Ltda.		

ANEXO II

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA	DECISÃO
070/2000	MG	Morada Nova de Minas, Monte Silo, Munhoz, Nova Ponte, Mutum, Muzambinho e Nova Era.	FM	Empresa de Radiodifusão do Sul de Minas Ltda.	Rádio e TV Centauro Ltda.	Recurso conhecido e Improvado

ANEXO III

Nº DA CONCORRÊNCIA	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA	DECISÃO
070/2000	MG	Morada Nova de Minas	FM	Rádio e TV Centauro Ltda.	Ato da CEL	Recurso conhecido e Improvado

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

Nº 235, quarta-feira, 9 de dezembro de 2009

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

121



O prazo para a utilização plena, pela Concessionária, do canal de radiofrequência consignado para a transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, será até 30 de junho de 2016, observados os termos constantes na Cláusula 7ª do Termo Aditivo. DATA E ASSINATURA: 1º de dezembro de 2009. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações; e Mariuno Lemanski - Diretor Vice-Presidente da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.

PARTES: União e Televisão Londrina Ltda.  
ESPÉCIE: Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.  
OBJETO: Consignação de canal de radiofrequência destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre -

SBTVD-T, na localidade de Londrina, Estado do Paraná. VIGÊNCIA: O prazo para a utilização plena, pela Concessionária, do canal de radiofrequência consignado para a transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, será até 30 de junho de 2016, observados os termos constantes na Cláusula 7ª do Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURA: 1º de dezembro de 2009. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações; e Ederson Muffato - Sócio Administrador da Televisão Londrina Ltda..

SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

AVISOS DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 372/009

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração e manutenção de 05 (cinco) Chassis com Módulo de Gerenciamento, 10 (dez) Servidores do Tipo I, 15 (quinze) Servidores do Tipo II, 15 (quinze) Servidores do Tipo III, 10 (dez) Interconexões Fibre Channel (SAN) para Enclosure e 10 (dez) Interconexões para Rede Ethernet (LAN) para Enclosure, de acordo com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos. Total de Itens Licitados: 00006. Edital: 09/12/2009 às 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", sala 111 - Sobreloja, Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 09/12/2009 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 21/12/2009 às 09h30 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

(SIDEC - 08/12/2009) 410003-00001-2009NE900127

PREGÃO Nº 392/009

Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel), por demanda, compreendendo a administração e gerenciamento da frota de veículos em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético, com vistas ao atendimento da necessidade de abastecimento dos veículos automotores oficiais pertencentes à frota do Ministério das Comunicações, de acordo com as condições, quantidades e especificações do Edital. Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 09/12/2009 às 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", sala 111 - Sobreloja, Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 09/12/2009 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 21/12/2009 às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

SANTIAGO CARVALHO GUEDES  
Pregoeiro

(SIDEC - 08/12/2009) 410003-00001-2009NE900127

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL  
GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA DE MATERIAIS E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO AMPLO Nº 36/2009 - SRP

A Anatel, CNPJ nº 02.030.715/0001-12, realizará o Pregão Ampla para Registro de Preços em 21/12/2009, às 9h, que visa à aquisição de equipamentos servidores e licenças de softwares de sistemas operacionais e de banco de dados necessários à sua operacionalização. O Edital estará disponível a partir de 09/12/2009, no Edifício Sede, SAUS, Quadra 06, Bloco "H", 3º andar, das 9 às 11h e das 15 às 17h e no site [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br). Segão: Espaço do Cidadão - Interação com a Sociedade - Licitações - Editais em Andamento - De Aquisição/Alienação.

MARCUS ROBERTO R. P. DA SILVA  
Pregoeiro

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA  
E FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO  
ESCRITÓRIO REGIONAL DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO AMPLO ER10 Nº 6/2009

A AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no Estado do Pará, com sede na Travessa Rosa Moreira, 476 - Telégrafo, na cidade de Belém-PA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.030.715/0006-27, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Ampla, no dia 17 de dezembro de 2009 às 08:00 horas, em Belém/PA, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte rodoviário, abrangendo a locação de veículos com motoristas e motorista para conduzir a Unidade Móvel de Radiomonitoragem, para atender as necessidades da Anatel no Estado do Pará, conforme condições constantes do Regulamento de Contratações da Anatel, publicado no DOU de 19 de janeiro de 1998 e do edital que estará à disposição dos interessados a partir do dia 08 de dezembro de 2009, na Trav. Rosa Moreira, nº 476 - Telégrafo-Belém/PA, no Protocolo, no horário de 08:00 às 17:00 horas ou disponível no site da Anatel, endereço: [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br), seção: Espaço do Cidadão-Interação com a sociedade-Licitações-Editais-Em andamento.

PAULO SÉRGIO DE ABREU LOUREIRO  
Pregoeiro

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos invólucros contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº -SSR/MC	Localidades	UF
14/12/2009	14h30	002/2002	Marizópolis.	PB

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, torna público, por meio deste aviso a exclusão com a consequente inabilitação da(s) proponente(s) relaciona(d)s no anexo único, uma vez que infringiu o subitem 4.4 do Edital.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO ÚNICO

Concorrência Nº	UF	Localidade	Serviço	Proponente	Processo Nº
160/2001-SSR/MC	SP	Bragança Paulista, Pindamonhangaba e São José dos Campos.	TV	SISTEMA TV PAULISTA LTDA.	53830.001832/02

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) invólucro(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) Proponente(s) habilitada(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº -SSR/MC	Localidade(s)	UF
14/12/2009	14h45	014/2002	Boa Vista, Macapá.	RR AP

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) invólucro(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) Proponente(s) habilitada(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº -SSR/MC	Localidades	UF
14/12/2009	15h45	124/2001	Sertãozinho.	SP

Brasília - DF, 8 de dezembro de 2009.  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 08 de dezembro de 2009.  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

Concorrência nº 15/2002-SSR/MC, Localidade de Cubatão/SP.

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.008428/02	Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda.	16.999.000,00	TV	99.682	99.841
53000.008424/02	TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda.	16.798.000,00	TV	99.679	99.839
53000.008432/02	TRI TV Ltda.	1.100.000,00	TV	95.092	97.546
53000.008433/02	Porto de Cinema Rádio e Televisão Ltda.	711.000,00	TV	92.407	96.203
53000.008422/02	Empresa de Comunicação Encontro dos Rios Ltda.	500.000,00	TV	89.202	94.601
53000.008423/02	Johast Produções Cinematográficas Ltda.	420.000,00	TV	87.145	93.573
53000.008420/02	Xarmés Comunicações Ltda.	-	TV	Desclassificada	
53000.008421/02	Natureza Comunicações Ltda.	-	TV	Desclassificada	
53000.008427/02	Leidra e Silva Ltda.	-	TV	Desclassificada	
53000.008425/02	Galassi e Lopes Ltda.	-	TV	Desclassificada	
53000.008426/02	Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	-	TV	Desclassificada	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032009120900121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

# ANEXO III

## Proposta Técnica

Razão da Social: **Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda.** CNPJ / MF: **04.974.569/0001-09** Data: **26/12/2002**

Edital da Concorrência nº **014/2002** - SSR / MC Localidade: **Macapá** UF: **AP**

1- Tempo Total diário de funcionamento da emissora (A): **1440' (Minutos)**

2- Programa Jornalísticos, educativos e informativos

Programa Jornalísticos, educativos e informativos	Tempo do Programa em minutos (B)	(%) (B/A) X 100
	116 minutos	8%

3- Serviços noticiosos



Programa de serviços noticiosos	Tempo do Programa em minutos (B)	(%) (B/A) X 100
	116 minutos	8%

4- Programas Culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programa de serviços noticiosos	Tempo do Programa em minutos (B)	(%) (B/A) X 100
	58 minutos	4%


5- Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 11/05/12

  
Eriko M. Domenici  
CEL - MC



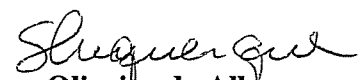
  
CEL - MC  
11/05/12


Programas de serviço noticioso produzido e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	58 minutos	4%



6- Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo	meses
	9 meses

Brasília, 24 dezembro de 2002.

  
**Simone Oliveira de Albuquerque**  
**Sócia Gerente**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Em, 11.05.12  


  
**Eriko M. Domenici**  
**CEL - MC**



1 Comunicação  
 11/2  
 130

das comunicações  
113  
Folha  
720

**CONJUNTO N.º 2 – PI**  
**Edital da Concorrência**  
**SERVIÇO DE RA**

Localidade(s) de Prestação do Serv  
Razão Social da Proponente: Si  
S/C Ltda.

Conte

**Conjunto n.º 2:**  
**Proposta Técnica**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 11.05.12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

114  
120

ATA DE REUNIÃO Nº 178/2009

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)  
TÉCNICA(S)

CONCORRÊNCIA Nº 014/2002/SSR/MC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

SERVIÇO: SONS E IMÁGENS (TV) Em, 19/05/12

LOCALIDADE(S): BOA VISTA/RR e MACAPÁ/AP.

Em, 14 de dezembro de 2009, segunda-feira, às 14h45 (quatorze horas e quarenta e cinco minutos), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrاند D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros, Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) contendo proposta(s) técnica(s) da(s) proponente(s) habilitada(s) na Concorrência nº 014/2002-SSR/MC**, que visa à outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de Sons e Imagens (TV), na(s) localidade(s) de: **BOA VISTA/RR e MACAPÁ/AP**, conforme publicação no DOU de 09 de dezembro de 2009, Seção "3", Número 235, Página 121, sendo desenvolvidas as atividades a seguir. (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Relato, por parte do Presidente, do rompimento prematuro de lacres de inúmeros sacos plásticos em que estavam acondicionadas diversas propostas técnicas e de preço, conforme consta do processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67. (3) Análise do(s) envelope(s) constante(s) da presente abertura, não sendo apontada irregularidade ou requerida diligência pelas proponentes ou público presente. (4) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) técnica(s) da(s) seguinte(s) empresa(s), conforme discriminado por localidade(s): **BOA VISTA/RR**, AGENCIA PRISMA S/C LTDA., Processo nº 53000.008419/02; ALTO ASTRAL PRODUÇÕES LTDA., Processo nº 53000.008403/02; AMAZÔNIA CABO LTDA., Processo nº 53000.008416/02; BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.008412/02; EMPRESA DE COMUNICAÇÃO ENCONTRO DOS RIOS LTDA., Processo nº 53000.008415/02; GALASSI E LOPES LTDA., Processo nº 53000.008406/02; GP PRODUÇÕES E MARKETING LTDA., Processo nº 53000.008418/02; JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., Processo nº 53000.008414/02; LEDRA E SILVA LTDA., Processo nº 53000.008404/02; LHM COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008417/02; PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.008411/02; RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA., Processo nº 53000.008409/02; SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008405/02; **MACAPÁ/AP**, AGENCIA PRISMA S/C LTDA., Processo nº 53000.008419/02; AMAZÔNIA CABO LTDA., Processo nº 53000.008416/02; EMPRESA DE COMUNICAÇÃO ENCONTRO DOS RIOS LTDA.,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

145  
750

Processo nº 53000.008415/02; JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., Processo nº 53000.008414/02; LEDRA E SILVA LTDA., Processo nº 53000.008404/02; RÁDIO E TV NOVA ERA LTDA., Processo nº 53000.008409/02; SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA., Processo nº 53000.008410/02; (5) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação e público presente. (6) Apuração e registro em planilha eletrônica dos itens constantes da(s) proposta(s) técnica(s) para a(s) localidade(s) sendo obtida(s) a(s) pontuações conforme segue: **BOA VISTA/RR**, AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA., 100,000 pontos **ALTO ASTRAL PRODUÇÕES LTDA.**, 100,000 pontos; **AMAZÔNIA CABO LTDA.**, (**DECLASSIFICADA**); BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA., 100,000 pontos; EMPRESA DE COMUNICAÇÃO ENCONTRO DOS RIOS LTDA., 100,000 pontos; GALASSI E LOPES LTDA., 100,000 pontos; GP PRODUÇÕES E MARKETING LTDA., 100,000 pontos; JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., 100,000 pontos; LHM COMUNICAÇÃO LTDA., 100,000 pontos; PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA., 100,000 pontos; SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., 100,000 pontos; **MACAPÁ/AP**, AGÊNCIA PRISMA S/C LTDA., 100,000 pontos; **AMAZÔNIA CABO LTDA.**, (**DECLASSIFICADA**); EMPRESA DE COMUNICAÇÃO ENCONTRO DOS RIOS LTDA., 100,000 pontos; JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., 100,000 pontos; SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA., 100,000 pontos. (7) Impressão, leitura e aprovação do(s) documento(s) denominado(s) "**Resultado da Proposta Técnica**", que segue(m) em anexo, que aponta(m) a(s) pontuação(ões) da(s) proposta(s) técnica(s) constante(s) da presente abertura. (8) O Sr. Presidente determinou que fossem registradas em Ata as seguintes intercorrências: a) **AMAZÔNIA CABO LTDA.**, desclassificada para as localidades em que participa nesta concorrência, em razão do item 3 de suas propostas técnicas, por ter oferecido 30 minutos de suas propostas técnicas que equivale a 2,08% do tempo total de funcionamento da emissora, quando a condição mínima prevista no Edital é de 5%. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 15h15 (quinze horas e quinze minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros Titulares da Comissão.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI  
Vice-Presidente

EDMAR DE FREITAS MACHADO  
Titular

JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO  
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 19/05/12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 01/01

CONCORRÊNCIA Nº 014/2002–SSR/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA TÉCNICA

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 14/12/2009

SERVIÇO : SONS E IMÁGENS (TV)

LOCALIDADE : BOA VISTA/RR e MACAPÁ/AP.

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
			Em. 12/12/09 205112	SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES CONFERE COM O ORIGINAL	Sócio/Acionista ( )
					Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( )
					Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( )
					Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( )
					Procurador ( )

14/12/09  
16  
170






MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL  
CONCORRÊNCIA Nº 014/2002–SSR/MC  
SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA TÉCNICA

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

DATA: 14/12/2009

SERVIÇO: SONS E IMÁGENS (TV)

LOCALIDADE(S) : BOA VISTA/RR e MACAPÁ/AP.

Nome	RG.nº/UF	Rubrica
João Lopes de Oliveira	549944 / DF	 Em, 11.10.12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



**RESULTADO DA PROPOSTA TÉCNICA**

Processo	:	53000.008410/2002			
Proponente	:	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.			
Concorrência	:	014/2002	Local :	MACAPÁ	UF : RR
Serviço	:	TV		Grupo de Enquadramento :	B

Mínimo de 16 horas

Tempo total de funcionamento da emissora em minutos (item 1 do ANEXO III)	1440,00	Em horas =	24,0000
---	---------	------------	---------

	Min.	%	Condição
Programas jornalísticos, educativos e informativos (item 2 do ANEXO III)	116,000	8,0556	$5\% \leq T1 \leq 8\%$
Programas de serviços noticiosos (item 3 do ANEXO III)	116,000	8,0556	$5\% \leq T2 \leq 8\%$
Programas culturais, artísticos e jornalísticos gerados na localidade (item 4 do ANEXO III)	58,000	4,0278	$2\% \leq T3 \leq 4\%$
Programas de serviço noticioso gerados na localidade (item 5 do ANEXO III)	58,000	4,0278	$2\% \leq T4 \leq 4\%$

		Condição
Prazo em meses para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo (item 6 do ANEXO III)	9	$9 \leq Pz \leq 36$

P1 = 6,0000  
P2 = 15,0000  
P3 = 15,0000  
P4 = 26,0000  
P5 = 6,0000  
P6 = 32,0000  
PT = 100,000

**CLASSIFICADA**

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo  
Presidente

Eriko Mendes Domenici  
Vice-Presidente

Edmar Freitas Machado  
Membro

José Adilson Bezerra Torquato  
Membro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 11/05/12

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

*[Assinatura]*

Min. das Comunicações  
119  
Pública



158

ISSN 1677-2069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 241, quinta-feira, 17 de dezembro de 2009

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 285529/2009**

A Superintendência de Trens Urbanos de Maceió - STU-MAC torna público a quantos possam interessar, na forma do disposto na Lei 10.520/02, Decreto 5.450/05, Decreto 5.504/05, Decreto 3.784/01 e Lei 8.666/93 e suas alterações que realizará Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, objetivando Serviço de fornecimento de combustível através de cartão magnético, nos termos do Edital, disponível no portal do Banco do Brasil <https://www.licitacoes-e.com.br>, licitação de número 285529, onde por meio do mesmo será realizado a sessão no dia 30 de Dezembro de 2009 às 10h30min, horário oficial de Brasília. O acolhimento das propostas será até às 10hs do mesmo dia. Maiores informações através do site, telefone: (82) 2123-1744 ou pelo telefax (82) 2123-1709 e email: [ulian@cbtu.gov.br](mailto:ulian@cbtu.gov.br) ou [anderson@cbtu.gov.br](mailto:anderson@cbtu.gov.br)

ANDERSON CARDOSO SILVA  
Gerente de Licitações e Compras

**AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2009**

A Superintendência de Trens Urbanos de Maceió - CBTU, localizada na Rua Barão de Anadia, 121 - Centro, Maceió/AL, CEP 57020-630, torna público a quantos possam interessar que a licitação objetivando contratação de Serviços de impressão gráfica e computadorizada para a Superintendência de Trens Urbanos de Maceió, referente ao Pregão em epígrafe, com a sessão pública marcada para 11/12/2009 às 14hs, foi DESERTA.

Maceió-AL, 16 de Dezembro de 2009.  
ANDERSON CARDOSO SILVA  
Gerente de Licitações e Compras

**RETIFICAÇÃO**

Na publicação da Tomada de Preços nº 3/09/GELIC/STU-MAC publicado na seção 3, página 152, do dia 11 de Dezembro de 2009 no DOU, 1- Houve equívoco do edital que ora corrigimos de ofício pela presente ERRATA. 2 - Onde se lê "8.1.3 Aqueles que apresentarem SICAF deverão comprovar sua QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, conforme parágrafo 3º do art. 1º do Decreto 3.722/01, com a seguinte documentação:" leia-se: "8.1.3 Complementarmente ao SICAF ou CRC, os licitantes deverão comprovar sua QUALIFICAÇÃO TÉCNICA com a seguinte documentação:"

**SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS**  
**DE RECIFE**

**EXTRATO DE CONTRATO**

ESPÉCIE: Contrato 028/2009; CONTRATANTE: CBTU/STU-REC; CONTRATADA: Curume Viposa S.A. Indústria e Comércio; OBJETO: aquisição de calçado de segurança; PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº 034/2009; VALOR DO CONTRATO: R\$ 55.176,85; PRAZO DE VIGÊNCIA: 12(dozes) meses a partir da emissão da Autorização de Fornecimento de Material-AFM; DATA DE ASSINATURA: 02/12/2009; NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Pela contratante: Dr. José Marques de Lima - Superintendente e Dr. José Renato Freire de Lira - Coordenador de Administração e Finanças; Pela contratada: Elias Seleme Neto - Representante legal.

**AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 144/2009/CBTU/STU-REC**

OBJETO: aquisição de mangueira para manutenção em geral. Comunicamos a todos os interessados, que o objeto do Pregão em epígrafe, foi homologado pelo Superintendente de Trens Urbanos do Recife, a Empresa BÚSSOLA COM.SERV.LTDA, para o Lote 1 (ÚNICO) no valor total de R\$ 8.980,00

LUIZ EUGÊNIO DE CARVALHO FREIRE  
Pregoeiro

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 172/2009/CBTU/STU-REC**

OBJETO: Contratação de empresa especializada nos serviços de manutenção corretiva com substituição de peças nas escadas rolantes modelo S9300, instalada na Estação Joana Bezerra desta CBTU/STU/REC. Comunicamos a todos os interessados, que o objeto do Pregão em epígrafe, foi homologado pelo Superintendente de Trens Urbanos do Recife, a Empresa ATLAS SCHINDLER S/A, para o Lote 1 (ÚNICO) no valor total de R\$ 66.950,00

MÁRCIO CARVALHO DA SILVA XAVIER  
Pregoeiro

**AVISOS DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2009- CBTU/STU/REC**

Objeto: prestação de serviços de controle de passagem de nível do Sistema Diesel desta CBTU/STU/REC, Data de recebimento das propostas: 05/01/2010 às 09:30 horário Local (Recife-PE), no Departamento de Licitações e Compras desta Superintendência, situado à Rua José Nairão, 478, 3º andar - Areal - Recife - PE. O critério de julgamento é o de MENOR PREÇO. Esta Licitação reger-se-á pela Lei 8666/93, Decretos: 3.555/2000, 3.784.3693.5450 e Lei 10520 de 17.07.2002. O edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima, podendo ser adquirido no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 15:15 hs, ao custo de R\$ 15,00 (quinze reais). Maiores informações pelos fones: 0xx81-21028520 ou 21028521.

MÁRCIO CARVALHO DA SILVA XAVIER  
Pregoeiro

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2009**

Nº LICITAÇÃO BB283123-CBTU/STU/REC - Objeto: aquisição de empilhadeira com capacidade de carga de 3000kg diesel. Torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 04/01/2010, às 16:30 horário de Brasília, se dará a abertura de Proposta de Preços do pregão em epígrafe. Limite para recebimento das propostas: 04/01/2010 até às 15:30h. Maiores informações pelos fones: 0xx81-21028520 ou 21028521 ou pelo site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). A licitação será realizada através do site Banco do Brasil.

LUIZ EUGÊNIO CARVALHO FREIRE  
Pregoeiro

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 181/2009**

Nº LICITAÇÃO BB282160/ CBTU/STU/REC. Objeto: aquisição de compressor de parafuso de ar comprimido. Torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 04/01/2010, às 16:30 horário de Brasília, se dará a abertura de Proposta de Preços do pregão em epígrafe. Limite para recebimento das propostas: 04/01/2010 até às 15:30h. Maiores informações pelos fones: 0xx81-21028520 ou 21028521 ou pelo site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). A licitação será realizada através do site Banco do Brasil.

MARCIO CARVALHO DA SILVA XAVIER  
Pregoeiro

**EMPRESA DE TRENS URBANOS**  
**DE PORTO ALEGRE S/A**

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 01.012.063/2009**

Contrato firmado com a CONT ELETROELETRONICOS E AR CONDICIONADO LTDA. OBJETO: execução e fornecimento de aparelhos de ar condicionado, com a respectiva instalação, conforme Especificações e Quantidades constantes do Edital de Pregão Presencial nº 240/2009, Anexo I, no valor global de R\$ 18.333,00 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais). Processo Administrativo nº. 1685/2009 Assinatura: 07/12/2009.

**EDITAL Nº 3, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009**  
**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS**  
**E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS**  
**DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO**

O Diretor-Presidente da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, doravante denominada TRENSURB, com sede na Av. Ernesto Neugebauer, 1985, Porto Alegre, RS, CEP 90250-140, no uso de suas atribuições legais e artigo 36, letra "g", do Estatuto Social da Empresa, torna pública a retificação do Edital nº 001/2009, publicado no Diário Oficial da União, em 19 de dezembro de 2009, Seção 3, retificado dia 15 de dezembro de 2003:

Onde se lê:  
2.1.27 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro de Segurança do Trabalho  
Salário Base: R\$ 3.898,44 (três mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.28 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro Eletricitista  
Salário Base: R\$ 3.898,44 (três mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.29 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro em Eletrotécnica  
Salário Base: R\$ 3.898,44 (três mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.30 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro em Eletrônica  
Salário Base: R\$ 3.898,44 (três mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.31 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro Civil  
Salário Base: R\$ 3.898,44 (três mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.32 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro Civil - Modalidade Transportes  
Salário Base: R\$ 3.898,44 (três mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.33 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro Mecânico  
Salário Base: R\$ 3.898,44 (três mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.34 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro Ambiental  
Salário Base: R\$ 3.898,44 (três mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.35 Cargo: Analista Técnico - Função: Arquiteto  
Salário Base: R\$ 3.898,44 (três mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos)  
Leia-se:  
2.1.27 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro de Segurança do Trabalho  
Salário Base: R\$ 3.970,00 (três mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.28 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro Eletricitista  
Salário Base: R\$ 3.970,00 (três mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.29 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro em Eletrotécnica  
Salário Base: R\$ 3.970,00 (três mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.30 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro em Eletrônica  
Salário Base: R\$ 3.970,00 (três mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.31 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro Civil  
Salário Base: R\$ 3.970,00 (três mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.32 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro Civil - Modalidade Transportes  
Salário Base: R\$ 3.970,00 (três mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.33 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro Mecânico  
Salário Base: R\$ 3.970,00 (três mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.34 Cargo: Analista Técnico - Função: Engenheiro Ambiental  
Salário Base: R\$ 3.970,00 (três mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos)  
2.1.35 Cargo: Analista Técnico - Função: Arquiteto  
Salário Base: R\$ 3.970,00 (três mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos)

MARCO ARLDO PRATES DA CUNHA

**RETIFICAÇÃO**

No Pregão Eletrônico 324/2009, publicado no DOU de 16/12/2009 seção 3, pag. 165, onde lê-se: "Aviso de revogação", leia-se: "Aviso de anulação". Processo 2428/2009.

**Ministério das Comunicações**

**GABINETE DO MINISTRO**

**RESULTADOS DE PROPOSTAS TÉCNICAS**  
**CONCORRÊNCIA Nº 124/2001-SSR/MC**

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com os Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexo Único.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobrelaje - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032009121700158

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e subitem 13.6 do Edital.

**ANEXO ÚNICO**

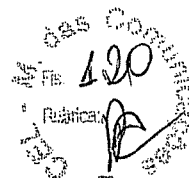
Concorrência nº 124/2001-SSR/MC. Localidade de Santozinho/SP.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc.	Resultado
Amazônia Comunicações Ltda.	FM	53830.000114/02	100,000	Classificada
Dinâmica Rádio e Televisão de Santozinho Ltda.	FM	53830.000137/02	100,000	Classificada
EBC - Empresa Bauriense de Comunicação Ltda.	FM	53830.000120/02	100,000	Classificada
Edcomunicações Ltda.	FM	53830.000127/02	100,000	Classificada
Empresa de Radiodifusão Estrela do Sul Ltda.	FM	53830.000113/02	100,000	Classificada
Exitus Sistema de Comunicação Ltda.	FM	53830.000128/02	100,000	Classificada

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



Nº 241, quinta-feira, 17 de dezembro de 2009

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

159



Porto de Cima Rádio e Televisão Ltda.	FM	53830.000132/02	100.000	Classificada
Rádio 1030 Ltda.	FM	53830.000129/02	100.000	Classificada
Rádio 810 Ltda.	FM	53830.000130/02	100.000	Classificada
Rádio 820 Ltda.	FM	53830.000125/02	100.000	Classificada
Rede Dandaru de Comunicação Ltda.	FM	53830.000119/02	100.000	Classificada
Sistema Radiodifusão de Serãozinho LTDA	FM	53830.000115/02	100.000	Classificada
Sistema Erre 5 de Comunicação Sociedade Ltda.	FM	53830.000117/02	100.000	Classificada

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Agência Prisma S/C Ltda.	TV	53000.008419/02	100.000	Classificada
Amazônia Cabo Ltda.	TV	53000.008416/02		Desclassificada
Empresa de Comunicação Encontro dos Rios	TV	53000.008415/02	100.000	Classificada
Jobust Produções Cinematográficas Ltda.	TV	53000.008414/02	100.000	Classificada
Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda.	TV	53000.008410/02	100.000	Classificada

CONCORRÊNCIA Nº 14/2002-SSR/MC

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexo Único.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanado dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e subitem 13.6 do Edital.

Brasília-DF, 16 de dezembro de 2009.  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

Concorrência nº 014/2002-SSR/MC, Localidade de Boa Vista/RR.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
Agência Prisma S/C Ltda.	TV	53000.008419/02	100.000	Classificada
Alto Astral Produções Ltda.	TV	53000.008418/02	100.000	Classificada
Amazônia Cabo Ltda.	TV	53000.008416/02		Desclassificada
Buritis Comunicações Ltda.	TV	53000.008412/02	100.000	Classificada
Empresa de Comunicação Encontro dos Rios	TV	53000.008415/02	100.000	Classificada
Galassi e Lemes Ltda.	TV	53000.008406/02	100.000	Classificada
GP Produções e Marketing Ltda.	TV	53000.008418/02	100.000	Classificada
Jobust Produções Cinematográficas Ltda.	TV	53000.008414/02	100.000	Classificada
LHM Comunicação Ltda.	TV	53000.008417/02	100.000	Classificada
Parviana Comunicações Ltda.	TV	53000.008411/02	100.000	Classificada
Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	TV	53000.008405/02	100.000	Classificada

Concorrência nº 014/2002-SSR/MC, Localidade de Macapá/RR.

RESULTADO DE JULGAMENTO  
CONCORRÊNCIA Nº 2/2002-SSR/MC

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanado dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília-DF, 16 de dezembro de 2009.  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

Concorrência nº 2/2002-SSR/MC, Localidade de Marizópolis/PB.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Oferta- do	Serviço	PP	VP
53103.000159/02	Empresa de Comunicação Cor- reio Ltda.	187.100,00	FM	97,328	99,733
53103.000161/02	Sistema de Comunicação Serão Ltda.	186.000,00	FM	97,312	99,307
53103.000160/02	Parafusos TV/FM Ltda.	72.000,00	FM	93,056	99,306
53103.000158/02	Rede Paraiwana de Radiodifusão Sons e Imagens Ltda.	51.000,00	FM	90,196	99,020

SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2009

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de jornais e revistas para atender à demanda do Ministério das Comunicações, conforme a periodicidade de sua edição, de acordo com as especificações e as quantidades constantes deste Edital e seus Anexos. Total de Itens Licitados: 00001 - Edital: 17/12/2009 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00 - ENDEREÇO: Esplanado dos Ministérios, Bloco "R", sala 111 - Sobreloja Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 17/12/2009 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) - Abertura das Propostas: 30/12/2009 às 09h30 site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

SANTIAGO CARVALHO GUEDES  
Pregueiro

(SIDE - 16/12/2009) 410003-00001-2009NE900127

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 36/2009

O Ministério das Comunicações, através do seu Pregueiro, informa o resultado do Pregão nº 36/2009 - Revitalização da Fachada da N2. Empresa vencedora: CONSTRUTORA ATLANTA LTDA, com o valor de R\$ 3.156.959,59 (três milhões, cento e cinquenta e

seis mil, novecentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).

SANTIAGO CARVALHO GUEDES

(SIDE - 16/12/2009) 410003-00001-2009NE900127

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL  
GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO AMPLO Nº 34/2009

A Anatel torna público o resultado do Pregão Ampla nº 34/2009, Processo nº 53500.023464/2009 - Serviços continuados de operação, manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar refrigerado, ventilação e exaustão (Lote I) e de controle da qualidade da água potável, da água de refrigeração e do ar ambiente (Lote II), da Sede da Anatel em Brasília e da Unidade Operacional do Distrito Federal. Vencedoras: Lote I - Araújo Abreu Engenharia S.A.; Valor anual: R\$ 264.000,00; e Lote II: GHS Indústria e Serviços Ltda.; Valor anual: R\$ 33.960,00. Homologação: Gerente-Geral de Administração, conforme Ato nº 7.380, de 16/12/2009.

ADELSON DE ALMEIDA RAMOS  
Gerente de Administração de Aquisições  
e Fornecedores

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA  
E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Fica a entidade ALADIM INFORMÁTICA LTDA EPP relacionada no termo do art. 65, parágrafo único, do RI da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL, instituído pela Resolução, 270, de 19/07/2001, - tendo em vista a comprovação do não recebimento de notificação por correspondência, através dos Correios e Telégrafos, notificadas na data desta publicação, conhecer o recurso interposto e no mérito, negar provimento, revendo, entretanto, o quantum da multa anteriormente aplicada para R\$ 1.201,60 (Mil duzentos e um reais e sessenta centavos), conforme o artigo 82, §2º do Regime Interno da Anatel.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA  
Gerente-Geral

ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARÁ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nos termos do art.65, parágrafo único, do RI da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL, instituído pela Resolução, 270, de 19/07/2001, ficam as entidades ou pessoas físicas, abaixo relacionadas, - tendo em vista a comprovação do não recebimento de notificação por correspondência, através dos Correios e Telégrafos, - notificadas na data desta publicação, que lhes foi aplicada a sanção de Multa, por estarem incurso nos preceitos dos itens igualmente abaixo citados, em decorrência dos processos administrativos igualmente relacionados, e contra si instaurados. Observado o disposto nos arts. 82, § 5º, e 84, do RI da Anatel, fica facultada a interposição de recurso no prazo de 10 (dez) dias, após o que, o despacho será publicado no DOU, passando a ser, a referida sanção, considerada como agravada conforme prevê o art.178 da Lei 9.472 de 16/07/97. O documento hábil para quitação da multa, estará à disposição dos abaixo relacionados, para pagamento nos escritórios da ANATEL nos estados do Pará, Maranhão e Amapá, a partir da data de publicação deste ato, correndo também a partir da mesma, as correções monetárias incidentes.

Nº do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R\$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53569.001098/2009	Associação Independente de Comunicação Social	Castanhal-PA	07.951.360/0001-18	1.752,93	Art. 163 da Lei nº 9.472/97	15/16/2009
53569.002931/2008	Valdir Brito de Souza	Novo Progresso-PA	994.295.782-00	1.752,93	Art. 163 da Lei nº 9.472/97	15/04/2009
53569.002932/2008	Genival Barbosa da Silva	Novo Progresso-PA	621.479.271-04	1.752,93	Art. 163 da Lei nº 9.472/97, art.55, inciso V, alínea "h" e art 63 resolução 242/30/2000	10/12/2008

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032009121700159

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12  
R

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53090.008410/02 documentação  
a seguir: 221 01 10  
que assim numerai: 21 02 10

Data: 21/02/10  
Nome: Patricio  
Assinatura: P

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



172

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 14, quinta-feira, 21 de janeiro de 2010

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos invólucros contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº - SSR/MC	Localidades	UF
29/01/2010	14h30	014/2002	Boa Vista Macapá	RR AP

Brasília - DF, 20 de janeiro de 2010.  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos invólucros contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº - SSR/MC	Localidades	UF
29/01/2010	15h00	082/2001	Beurri, Boca do Acre, Caruaru, Carreiro da Várzea e Eirunepé.	AM

Brasília - DF, 20 de janeiro de 2010.  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27 de julho de 2009, Seção 2, página 38, em conformidade com o Edital da Licitação, torna público, por meio deste Aviso, os resultados de habilitação, conforme Anexo I.

Os licitantes foram intimados na sessão respectiva e renunciaram ao prazo recursal, motivo pelo qual a Comissão deu continuidade aos trabalhos, procedendo à abertura e julgamento das Propostas Técnicas das licitantes habilitadas, conforme Anexo II.

Com a renúncia ao prazo recursal relativo ao julgamento das Propostas Técnicas, foram abertas e julgadas as Propostas de Preço, obtendo os resultados de pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e Valor Ponderado (VP) apontados no Anexo III.

Os autos dos processos estarão sob vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF.

Licitantes intimados no ato.  
Brasília - DF, 20 de janeiro de 2010.  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

Anexo I

Concorrência Nº 015/2009-CEL/MC, Localidade de Fazenda Nova/GO

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
NOSSA RADIO DE TERESINA FM LTDA.	FM	53000.002878/10	HABILITADA
CMM COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53000.002879/10	HABILITADA

Anexo II

Concorrência n.º 015/2009-SSR/MC, Localidade de Fazenda Nova/GO.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Téc	Resultado
NOSSA RADIO DE TERESINA FM LTDA.	FM	53000.002878/10	100.00000	CLASSIFICADA
CMM COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53000.002879/10	100.00000	CLASSIFICADA

Anexo III

Concorrência n.º 015/2009-CEL/MC, Localidade de Fazenda Nova/GO.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.002879/10	CMM COMUNICAÇÕES LTDA.	268.000,00	FM	73,68496	97,36850
53000.002878/10	NOSSA RADIO DE TERESINA FM LTDA.	160.000,00	FM	55,92230	95,59223

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010012100172

SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO Nº 3/2010

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar, fisioterapia e psicológica, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no país, com padrão de enfermagem e demais especificações contidas no Edital. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 21/01/2010 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", sala 111 - Sobreloja, Plano Piloto - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: 02/02/2010 às 09h30. Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Auditório - Subsolo Plano Piloto - BRASÍLIA - DF

SANTIAGO CARVALHO GUEDES  
Pregoeiro

(SIDEAC - 20/01/2010) 410003-00001-2010NE900067

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO  
ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato ER07 nº 004/2009-ANATEL. Data de Assinatura: 18/01/2010. Contratada: CONFIANÇA ADM. E SERVIÇOS LTDA. Vigência: 26/01/2010 a 25/01/2011. Objeto: 1.1 Prorrogação do prazo de vigência do pelo período de doze meses a contar de 26/01/2010, conforme Cláusula Décima Terceira do Contrato Original. 1.2 Alteração do programa de trabalho da dotação orçamentária a partir de 01/01/2010. Valor estimado do aditivo: R\$ 32.795,52. Programa de Trabalho nº 24.122.0750.2000.0001. Elemento de Despesa nº 339039. Processo: 53542.003959/2008. Nota de Empenho nº 2010NE000063. Fundamento Legal: art.57, inc. II da Lei 8.666/93. Signatários: pela Contratante: Célio José da Costa e Marcelo Monteiro Macêdo, pela Contratada: Wender Vicente da Silva.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Notificamos, de acordo com o art. 65, parágrafo único, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, aprovado pela Resolução nº 270/2001, estabelecidos em lugar incerto e não sabido, estando sujeitos à sanção prevista no artigo 173, inciso II, da citada Lei, sem prejuízo do prosseguimento normal do Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigação - PADO, além das sanções de natureza civil e penal aplicáveis. Nos termos do parágrafo 5º, do artigo 82, do Regimento Interno, Recurso Administrativo poderá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias a partir desta publicação, na Agência Nacional de Telecomunicações, situada na Praça XV de Novembro, nº 20 - 9º e 10º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Decorrido o prazo e, em cumprimento ao disposto no art. 77, inciso IX do citado Regimento, a sanção será considerada como agravante, consoante prevê o artigo 178 da Lei nº 9.472, de 16/07/1997.

CNPJ/CPF	Nome do Devedor	Número Fiel	Receita	Processo	Ano
05164126710	ISAÍAS ANTUNES CARVALHO	80301993416	1555	5350801450142009	2009
60833122720	CELSO SACRAMENTO DE SOUZA	80302178627	1555	535080123942009	2009
09600249725	MANOEL F. RANGEL FILHO	80302186212	1555	535080101742009	2009

WERNER STEINERT JUNIOR  
Gerente

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 20-0002, DE 19 DE JANEIRO DE 2010

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, NOTIFICA DO(S) LANÇAMENTO(S) do(s) crédito(s) do(s) crédito(s) em nome do(s) devedor(es) que se encontra(m) no final relacionado(s), por se encontrar(em) em local incerto e não sabido. Fica(m), portanto, ciente(s) que o não pagamento do débito implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa, assim como, transcorrido o prazo especificado a seguir, a inclusão do devedor no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias. O pagamento poderá ser realizado junto ao Banco do Brasil S/A com a utilização do GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO-GRU - boleto bancário, obtido na Anatel ou na internet, no endereço: [www.anatel.gov.br/boleto](http://www.anatel.gov.br/boleto), que informará o valor atualizado e a data para pagamento. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial, e, ainda, afixado no local.

CNPJ/CPF	Nome do Devedor	Número Fiel	Número de PADO
00432738720	ALBERTO CARLOS FELICIANO	80302102809	535080045252009

WERNER STEINERT JUNIOR  
Gerente

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS  
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

EXTRATO DE CONTRATO

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos celebrou acordo para execução de pagamento de remessas de numerário em âmbito nacional com a SPL & Associados S/C LTDA, CNPJ/MF 01.797.001/0001-71 sob Contrato nº 0054/2010. Objeto: Prestação de serviço de pagamento de remessa de numerário aos clientes da contratante, favorecidos por remessas efetuadas pela contratante, por intermédio de instrumento próprio, e disponibilizado pela ECT, em âmbito nacional, em caráter de teste piloto. Origem: Nota Jurídica Nº 43/2010. Signatários pela ECT: DECIO BRAGA DE OLIVEIRA - Diretor ECONÔMICO-FINANCEIRO e RONALDO TAKAHASHI DE ARAÚJO - DIRETOR COMERCIAL e pela SPL & Associados S/C LTDA - ANDRÉ BARBIERI PERPÉTUO - Diretor. Vigência: 90 dias a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período ou inferior.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12  
R

Nesta data, anexei aos autos do processo nº 53000.066106/01 a seguinte documentação, constituída de 06 folhas, numeradas assim: 122/122

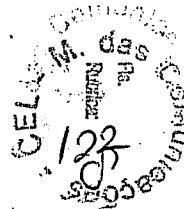
Data: 01/02/10

Nome: Harold

Assinatura: [Signature]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



**ATA DE REUNIÃO Nº 028/2010**

**SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)  
DE PREÇO PELA OUTORGA**

**CONCORRÊNCIA Nº 014/2002**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

SERVIÇO: SONS E IMAGENS (TV) Em, 11/05/12

**LOCALIDADE(S): MACAPÁ/AP e BOA VISTA/RR.**

Em, 29 de janeiro, de 2010, sexta-feira, às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e do membro José Adilson Bezerra Torquato (ausente justificadamente o membro Edmar de Freitas Machado), com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) e julgamento da(s) respectiva(s) proposta(s) de preço pela outorga da(s) proponente(s) classificada(s) na concorrência nº 014/2002-SSR/MC**, que visa à outorga de concessão para exploração do serviço de radiodifusão de Sons e Imagens (TV), na(s) localidade(s) de: **MACAPÁ/AP e BOA VISTA/RR**, conforme convocação publicada no DOU de 21/01/2010, Número 14, Seção "3", Página 172, sendo desenvolvidas as atividades a seguir. (1) Assinatura da lista de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Relato, por parte do Presidente, do rompimento prematuro de lacres de inúmeros sacos plásticos em que estavam acondicionadas diversas propostas técnicas e de preço, conforme consta do processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67. (3) Análise do(s) envelope(s) constante(s) da presente abertura, não sendo apontada irregularidade ou requerida diligência pelas proponentes ou público presente. (4) Abertura do(s) Invólucro(s) Lacrado(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço pela Outorga da(s) seguintes(s) empresa(s), conforme discriminado por localidade(s): – **MACAPÁ/AP**, SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA., Processo nº 53000.008410/02; JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., Processo nº 53000.008414/02; EMPRESA DE COMUNICAÇÃO ENCONTRO DOS RIOS LTDA., Processo nº 53000.008415/02; AGENCIA PRISMA S/C LTDA., Processo nº 53000.008419/02; **BOA VISTA/RR**, ALTO ASTRAL PRODUÇÕES LTDA., Processo nº 53000.008403/02; SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008405/02; GALASSI E LOPES LTDA., Processo nº 53000.008406/02; PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.008411/02; BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.008412/02; JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., Processo nº 53000.008414/02; EMPRESA DE COMUNICAÇÃO ENCONTRO DOS RIOS LTDA.,

*Eriko M. Domenici*  
CEL. - MC





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



Processo nº 53000.008415/02; LHM COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53000.008417/02; GP PRODUÇÕES E MARKETING LTDA., Processo nº 53000.008418/02; AGENCIA PRISMA S/C LTDA., Processo nº 53000.008419/02. (5) A documentação foi rubricada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e público presente. (6) Apuração e registro em planilha eletrônica do(s) valor(s) ofertado(s) pela outorga na(s) localidade(s) conforme segue: **MACAPÁ/AP**, SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA., R\$ 1.780.500,00 (um milhão e setecentos e oitenta mil e quinhentos reais); JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); EMPRESA DE COMUNICAÇÃO ENCONTRO DOS RIOS LTDA., R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); AGENCIA PRISMA S/C LTDA., R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); **BOA VISTA/RR**, ALTO ASTRAL PRODUÇÕES LTDA., R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais); SISTEMA ALPHA DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 151.000,00 (cento e cinquenta e um mil reais); GALASSI E LOPES LTDA., R\$ 251.000,00 (duzentos e cinquenta e um mil reais); PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 1.501.000,00 (um milhão e quinhentos e um mil reais); BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 783.000,00 (setecentos e oitenta e três mil reais); JOBAST PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS LTDA., R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); EMPRESA DE COMUNICAÇÃO ENCONTRO DOS RIOS LTDA., R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais); LHM COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 938.000,00 (novecentos e trinta e oito mil reais); GP PRODUÇÕES E MARKETING LTDA., R\$ 601.000,00 (seiscentos e um mil reais); AGENCIA PRISMA S/C LTDA., R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais). (7) Impressão, leitura e aprovação do documento denominado “**Classificação das Proponentes (Média Ponderada)**”, que segue em anexo, que aponta o **Valor da Média Ponderada (VP) da Pontuação da Proposta Técnica (PT) e da Proposta de Preço pela Outorga (PP)** de cada proponente. (8) A Comissão Especial de Licitação, **por unanimidade de votos**, propôs como vencedoras as concorrentes que obtiveram o maior **Valor Ponderado (VP)** em cada localidade, conforme a seguir discriminado: **MACAPÁ/AP**, SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA., **BOA VISTA/RR**, PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 15h00 (quinze horas), tendo sido lavrada a presente Ata que após lida e achada conforme vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros Titulares da Comissão.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI  
Vice-Presidente

EDMAR DE FREITAS MACHADO  
Titular

JOSE ADILSON BEZERRA TORQUATO  
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 19/05/12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 01/01

CONCORRÊNCIA Nº 014/2002–SSR/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇO

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

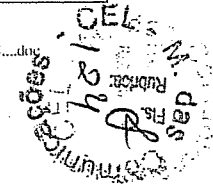
DATA: 29/01/2010

SERVIÇO : SONS E IMÁGENS (TV)

LOCALIDADE : MACAPÁ/AP e BOA VISTA/RR.

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
Qualis Telecomunicações	Artur S. Duarte			815470 3516	Sócio/Acionista ( ) Procurador (x)
Qualis Telecomunicações					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 11.05.10



## ANEXO IV



**Proposta sintética de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.**

1-Razão Social da Proponente: **Sinal Brasileiro de Comunicações Ltda.**

2-CNPJ/MF: **04.974.569/0001-09**

3-Edital da Concorrência: nº: **014/2002 – SSR/MC**

4-Serviço: **TV**

5-Localidade: **Macapá UF: Amapá**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

6-Valor Proposta R\$ 1.780.500,00 (hum milhão setecentos e oitenta mil e quinhentos reais)

1ª. Parcela: R\$ 890.250,00 (oitocentos e noventa mil e duzentos e cinquenta reais)

2ª. Parcela: R\$ 890.250,00 (oitocentos e noventa mil e duzentos e cinquenta reais)

**Brasília-DF, 24 de Dezembro de 2002**

**Simone Oliveira de Albuquerque**  
Sócia Gerente

**Erika M. Domenici**  
CEL. - MC

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12  
R

Nesta data, anexei aos autos de  
nº 53000.066106/01 a documentação  
a seguir constituída de 02 folhas  
que assim numerarei: 128/129  
Data: 02/02/10  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: [assinatura]

Nesta data, anexei aos autos do processo de  
nº 53000.066106/02 a documentação  
a seguir constituída de \_\_\_\_\_ folhas  
que assim numerarei: \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

CONCORRÊNCIA Nº 014/2002–SSR/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇO

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

DATA: 29/01/2010

SERVIÇO: SONS E IMÁGENS (TV)

LOCALIDADE(S) : MACAPÁ/AP e BOA VISTA/RR.

Nome	RG nº/UF	Rubrica
Carlos Alberto da Silva	1383684 SSR/PA	[assinatura]
João Emanuel Lourenço	3895.848-8 SSR/PA	[assinatura]
Alfonso Soares	AS 2560746	[assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 11/05/10

Modelo de lista de presença de público

CEL  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Comunicação  
das  
Públicas  
CE

**CONJUNTO Nº 3 – PROPOSTA**  
**Edital da Concorrência**  
**SERVIÇO DE R**

Localidade(s) de Prestação do S

Razão Social da Proponente: S  
S/C Ltda.

Cont

**Conjunto nº 3:**  
**Proposta de Preço de Outo**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 11.1.05 1.12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CEL.  
128  
das Comunicações

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES  
(Média Ponderada)

Concorrência : 014 / 2002

Preço Mínimo : 151.200,00

Serviço : TV

Grupo : B

Localidade : MACAPÁ

UF : AP

N.º Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(VP)
53000.008410/2002	Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda.	1.780.500,00	100,000	96,603	98,302
53000.008419/2002	Agência Prisma S/C Ltda.	1.500.000,00	100,000	95,968	97,984
53000.008415/2002	Empresa de Comunicação Encontro dos Rios Ltda.	500.000,00	100,000	87,904	93,952
53000.008414/2002	Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	200.000,00	100,000	69,760	84,880

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo  
Presidente

Edmar Freitas Machado  
Membro

Eriko Mendes Domenici  
Vice-Presidente

José Adilson Bezerra Torquato  
Membro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



76

ISSN 1676-2355

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 22, terça-feira, 2 de fevereiro de 2010

## Ministério das Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

## EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: União e Rádio Cidade Tabira FM Ltda.

ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 185, de 3 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 11 de abril de 2006.

OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Tabira, Estado de Pernambuco.

VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.

DATA E ASSINATURA: 29 de janeiro de 2010. Hélio Costa - Ministro de Estado das Comunicações, e Claudomir Cordeiro Nunes - Procurador do Rádio Cidade Tabira FM Ltda.

## RESULTADOS DE JULGAMENTOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Concorrência n.º 014/2002-SSR/MC, Localidade de Boa Vista/RR.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.008411/02	Paraviann Comunicações Ltda.	1.501.000,00	TV	96,305	98,153
53000.008417/02	LHM Comunicação Ltda.	938.000,00	TV	94,088	97,044
53000.008419/02	Agência Prisma S/C Ltda.	790.000,00	TV	92,980	96,490
53000.008412/02	Buritis Comunicações Ltda.	783.000,00	TV	92,917	96,459
53000.008415/02	Empresa de Comunicação Encontro dos Rios Ltda.	650.000,00	TV	91,468	95,734
53000.008418/02	GP Produções e Marketing Ltda.	601.000,00	TV	90,773	95,386
53000.008406/02	Galassi e Lopes Ltda.	251.000,00	TV	77,906	88,953
53000.008414/02	Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	200.000,00	TV	72,272	86,136
53000.008403/02	Alto Astral Produções Ltda.	159.000,00	TV	65,122	82,561
53000.008405/02	Sistema Alpha de Comunicação Ltda.	151.000,00	TV	63,274	81,637

Concorrência n.º 014/2002-SSR/MC, Localidade de Macapá/AP.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53000.008410/02	Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda.	1.780.500,00	TV	96,603	98,302
53000.008419/02	Agência Prisma S/C Ltda.	1.500.000,00	TV	95,968	97,984
53000.008415/02	Empresa de Comunicação Encontro dos Rios Ltda.	500.000,00	TV	87,904	93,952
53000.008414/02	Jobast Produções Cinematográficas Ltda.	200.000,00	TV	69,760	84,880

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Concorrência n.º 082/2001-SSR/MC, Localidade de Eirunepé/AM.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53630.000126/02	Rádio Tiradentes Ltda.	51.400,00	FM	89,083	98,908
53630.000129/02	Eirunepé Comunicação Ltda.	50.000,00	FM	88,778	98,878
53630.000134/02	Empresa de Comunicação Encontro dos Rios Ltda.	35.000,00	FM	83,968	98,397
53630.000125/02	Sistema de Comunicação Sol Ltda.	26.650,00	FM	78,945	97,894
53630.000136/02	Rádio Jornal a Crítica Ltda.	18.690,00	FM	69,977	96,498
53630.000135/02	A & R Comunicações Ltda.	100.000,00	FM	94,389	86,166
53630.000127/02	Norão Comunicação e Publicidade Ltda.				DECLASSIFICADA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010020200076

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

Brasília - DF, 1º de fevereiro de 2010.  
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

Concorrência n.º 124/2001-SSR/MC, Localidade de Sertãozinho/SP.

Processo Nº :	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53830.000113/02	Empresa de Radiodifusão Estrela Daiva Ltda.	1.650.000,00	FM	98,279	99,828
53830.000114/02	Amazônia Comunicações Ltda.	1.482.400,00	FM	98,085	99,808
53830.000127/02	Edecomunicações Ltda.	812.000,00	FM	96,504	99,650
53830.000128/02	Exitus Sistema de Comunicação Ltda.	599.898,88	FM	95,268	99,527
53830.000131/02	Dinâmica Rádio e Televisão de Sertãozinho Ltda.	501.333,00	FM	94,337	99,434
53830.000120/02	EBC - Empresa Bauruense de Comunicação Ltda.	121.111,00	FM	76,559	97,656

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL  
GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO AMPLO Nº 25/2009

A Anatel torna público o resultado do Pregão Amplo nº 25/2009, Processo nº 53500.015064/2009, cujo objeto é a prestação de serviços de suportes logístico, técnico e operacional para a realização da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Coordenação Anatel/Anucom, nos dias 23-24/3/10 e do Seminário Regulatório/IRG 2010, no período de 25-26/03/10, Manaus-AM. Valor total: R\$ 129.970,00. Favorecido: Sun & Tour, Viagens e Eventos Ltda-EPP. Homologado pela Gerente-Geral de Administração, Ato nº 760, de 1º/2/10.

LUISA AMÉLIA TAVARES DE SOUZA  
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA  
E FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO  
ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 70-0002 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2010

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, NOTIFICA DO(S) LANÇAMENTO(S) do(s) crédito(s) da(s) receita(s) em nome do(s) devedor(es) que se encontram no final relacionado(s), por se encontrar(em) em local incerto e não sabido. Fica(m), portanto, ciente(s) que o não pagamento do débito implicará a inscrição do débito em Dívida Ativa, assim como, transcorrido o prazo especificado a seguir, a inclusão do devedor no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias. O pagamento poderá ser realizado junto ao Banco do Brasil S/A com a utilização do GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIAO-GRU - boleto bancário, obtido na Anatel ou na internet, no endereço: [www.anatel.gov.br/boleto](http://www.anatel.gov.br/boleto), que informará o valor atualizado e a data para pagamento. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial, e, ainda, afixado no local.

CNPJ/CPF	Nome do Devedor	Número Fiel	Receita	Processo	Ano
83054478001101	ADAMI SA MADEIRAS	80302016309	1555	53545000682005	2008
30656370149	AIR COIMBRA DE ATAIDE	80301724784	1555	535420007852007	2008
01207230000199	ALFA COMERCIAL AGRICOLA LTDA	50001504908	1550	535420001542002	2002
37292463000184	AREMISA AREIA & CASALHO	80300475845	1555	535420011242000	2005
03455779000128	ASSOC. COM. DE DES ART CULT INF E SOC DE DENISE	80300462271	1555	535450004502000	2005
01975377000129	ASSOC. DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS SAO JORGE	80301564213	1555	535450002942002	2005
01975377000129	ASSOC. DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS SAO JORGE	80301564213	1555	535450000452003	2006
02399862000164	ASSOC. MOVIMENTO COMUNITARIO RADIO NOVA FM	80300144652	1555	535450001742001	2004
03520948000166	ASSOC. COM. EDUC. DE LUCAS DO RIO VERDE - ACORVERDE	80300160348	1555	535450001342001	2004
88973255134	ELCO FRANCISCO PEREIRA FRANCA	80301822441	1555	535450025442006	2008
37225014234	HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS	80301817790	1555	535450000442004	2008
37225014234	HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS	80301817790	1555	535450002042004	2008
42968798120	HERNANDES LOPES DA SILVA	80300381867	1555	535450004462000	2004
95238018134	JULIO CESAR BENTO DA SILVA	80300455496	1555	535450002752002	2005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Comunicações  
Fls. 129  
CEL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12  
R

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53000.008410/02 documentação  
a seguir constituída de 04 folhas,  
que assim numerar: 130 1 133

Data: 18 1 02 2010

Nome: Rogério da Silva

Assinatura: [Assinatura]

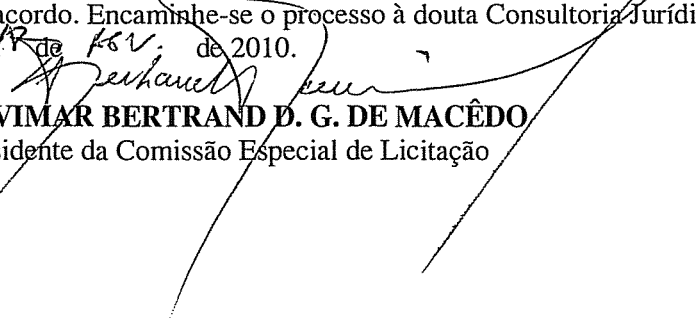
## CERTIDÃO

Conforme a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR n.º 1, de 03 de novembro de 2004 – art. 2º, inciso I, alínea “d” – certifico que não há no processo n.º 53000.008410/2002 – SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. - pendência de recurso sem apreciação pela Comissão Especial de Licitação.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2010.

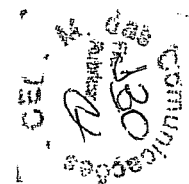
  
**GIZELE C. DE ALENCAR**  
Assistente Jurídica

De acordo. Encaminhe-se o processo à douta Consultoria Jurídica, para providências de sua alçada.  
Em 12 de fevereiro de 2010.

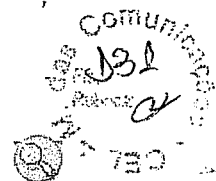
  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11.05.12

  
Comissão Especial de Licitação  
130

**Consulta Processual pelo Nome da Parte**  
**Nome Pesquisado: SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA**



**Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA".**

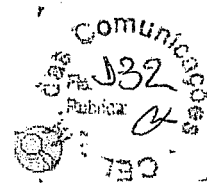


Emitido pelo site webserver1.trf1.gov.br em 12/02/2010 às 10:07:49

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 05 12

**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
**Consulta Processual**



**Tipo de Pesquisa:** Consulta de processos pelo CPF/CNPJ

**Argumento Pesquisado:** 04.974.569/0001-09

*Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "04.974.569/0001-09".*



Emitido pelo site processual-df.trf1.gov.br em 12/02/2010 às 10:09:28

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

[Signature]



Destaques do Governo

Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SISCOM » » Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais | menu ajuda

Dados da consulta Consulta Criar Arquivo Texto Criar Arquivo Texto (ANEXO)

UF: AP

SERVIÇO: TV

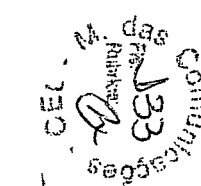
Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimute	ERP (KW)	ERP Máx. (KW)	Obs.
Localidade: MACAPA ( Concorrência: 14/2002 )	00N022000	51W035900	32			160.0000	

Usuário: - Data: 12/02/2010 Hora: 10:13:34

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 11/05/12



12/02/2010

# SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.

134  
Rota  
Sinal

Brasília/DF, 23 de março de 2010.

Ilmo. Sr.

Dr. Édio Henrique de Almeida José e Azevedo

Consultor Jurídico – Substituto

Ministério das Comunicações

Esplanada dos Ministérios

Bloco R – Sala 922

Brasília / DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF

53000 014760/2010-41

SEADWDIORG/CONJUR

25/03/2010-12:00

**Processo: 53000008410/2002**

**Concorrência: 014/2002** A. 1

**Localidade: Macapá/AP**

**Serviço: TV**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 19 / 05 / 12

C

Senhor consultor,

**SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.**, inscrita no CNPJ sob n.º 04.974.569/0001-09, com endereço para correspondência no SHS, quadra 06, conjunto A, Bloco E sala 424, Edifício Brasil XXI, na cidade de Brasília/DF, CEP: 70.316-902, e-mail [rasera@rasera.com.br](mailto:rasera@rasera.com.br), fone/fax (61) 3321-0702, Vencedora do Serviço de Radiodifusão Sonora de Sons e Imagens (TV), na localidade acima epigrafada conforme publicação no DOU do dia 02.02.2010 seção 03 pág. 76 vem, respeitosamente perante V.Sa., através do seu procurador o Sr. Draulio Fernando Rasera, apresentar para seu conhecimento analise e juntada aos autos, cópias autenticadas **da prova de condição de Brasileiras natas das sócias**: Simone Oliveira de Albuquerque e Katiuscia Rasera.

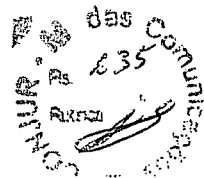
Respeitosamente,

Draulio Fernando Rasera  
Procurador

Junte-se ao  
Processo n.º 53000.008410/2002  
Sendo  
Socorro Gomes  
Assessora do Consultor Jurídico



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CIDADE DE FORTALEZA, CAPITAL DO ESTADO DO CEARÁ



# CARTÓRIO JOÃO DE DEUS

RUA MAJOR FACUNDO, 705 - FONE: 3226-8330 - FONE/FAX: 3221-3838

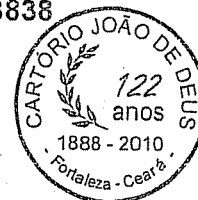
REGISTRO CIVIL DO PRIMEIRO OFÍCIO

OFICIAL: BEL. GUSTAVO LINHARES BEUTTENMÜLLER NETO

OFICIAIS SUBSTITUTOS: BEL<sup>a</sup>. MARISAURA N. DIÓGENES BEUTTENMÜLLER

RICARDO CÉSAR DIÓGENES NOGUEIRA

ESCREVENTE: CLEOMAR GOMES DE ABREU



## CERTIDÃO DE NASCIMENTO

NOME:

SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE

MATRÍCULA:

020420 01 55 1959 1 00223 547 0146545 81

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO Quinze de abril de mil novecentos e cinquenta e nove DIA 15 MÊS 04 ANO 1959

HORA NASC 03h20min MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO FORTALEZA/CE

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UF Fortaleza-CE LOCAL DE NASCIMENTO Fortaleza-Ce SEXO Fem

FILIAÇÃO JEFFERSON DE ALBUQUERQUE COSTA e WALQUIRIA OLIVEIRA ALBUQUERQUE

AVÓS ANTONIO VITORIANO COSTA FILHO e SOPHIA DE ALBUQUERQUE COSTA (paternos) e JOÃO LIBERATO FILHO e ANA ROSA FERREIRA (maternos)

GÊMEOS Não NOME E MATRÍCULA DOS GÊMEOS Nada consta.

DATA DE REGISTRO POR EXTENSO Dezessete de abril de mil novecentos e cinquenta e nove N° DNV Não informado

OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES Ato registrado no livro A-223, às folhas 547, sob o n° 146545.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Eu, [Assinatura] digitei e conferi. Em 11.05.10



O conteúdo da certidão é verdadeiro, dou fé.  
Fortaleza, 16 de março de 2010.

[Assinatura]  
Bel. GUSTAVO LINHARES BEUTTENMÜLLER NETO  
Oficial do Registro Civil do 1º Ofício  
Fortaleza - Ceará

Tribunal de Justiça  
Provimento 06/97

Emolumento 1213

FERC 400

FERMO III 213

ASCIMENTO, CASAMENTO, ÓBITO, PROCURAÇÃO, AUTENTICAÇÃO E RECONHECIMENTO DE FIRMA - VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12  
R

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

EM, 25 / 03 / 2010

Alvinar Bertrand D. G. de Macêdo  
Presidente da Comissão Especial de Licitação  
Esplanada dos Ministérios Bloco R Sala 102  
CEP 70044-900 - BRASÍLIA-DF



REGISTRO  
GERAL

6.909.943-2

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

30/10/2006

NOME

KATIUSCIA RASERA

FILIAÇÃO

DRAULIO FERNANDO RASERA  
MARY DE FATIMA RASERA

NATURALIDADE

CURITIBA/PR

DATA DE NASCIMENTO

03/06/1978

DIGITADO

DOC. ORIGEM

COMARCA-CURITIBA/PR, 1. OFICIO

C. NASC. 2694, LIVRO-405A, FOLHA-73

CPE

028.055.009-03

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Rua José Colombo, 336 - Centro  
**AUTENTICACAO**  
 VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE  
 Autentico a presente cópia reprográfica extraída  
 desta repartição a qual confere com o original.  
 Moji Guçu **01 FEB 2010**  
☐ Neusa Ap. Machado Thim - Oficiala  
☐ Adriana Cristina Gonçalves - Subt. Oficiala  
☐ Marcos Vinicius de Mello - Escrevente  
☐ Fábio Luis de Costa  
☐ Mônica Baroni. C. P. Duarte

Valor p. aut. R\$

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 19 / 05 / 12

Serviço Público Federal  
Ministério das Comunicações  
Confere com o original

Em, 11 / 05 / 12

✓

ANEXO I

Requerimento de Vista, Cópias e Certidões de Processo(s) e Documento(s)

INTERESSADO: Márcia Helena

(X) O (A) PRÓPRIO ( ) PROCURADOR

ENDEREÇO: SBS, Ed. 2, Ed. L. de São Paulo, Sl. 203

- TELEFONE: 33228584

FAX: 33228584

8107-5770.

Requeiro, neste ato, ao (à) Senhor (a)

Dr. Edio Azavedo

(nome),

Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações

(cargo),

( ) vista (X) cópia ( ) certidões do(s) processo(s): 53000.008910/2002

Nº - Serviço: - Local/UF: CONCORRÊNCIA 034/2002.

Nº - Serviço: - Local/UF:

Nº - Serviço: - Local/UF:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

Pelos motivos a seguir expostos:

Para complementação.

Brasília 30 de maio de 2010.  
(local e data)

Márcia Helena

(Nome e assinatura)

(se for necessário, deverá ser usada folha à parte)

De ordem, defiro como solicitado.  
BSB, 30/03/2010.  
Socorro J. de Almeida  
Assessora do Consultor Jurídico

CONSELHO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
IDENTIDADE DE ADVOGADO 21244

HELOISA HELENA DE MACEDO FALMEIDA

JOAO BATISTA SOARES DE ALMEIDA

RAQUEL MACIEL DE MACEDO FALMEIDA

BRASILIA-DF

19/03/1960

SSP DE

18/04/2014

EXPIRADO EM

16/05/2016

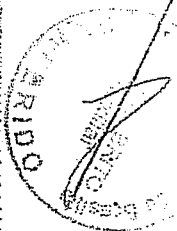
SIM

1.º OFICIO DE NOTAS

Escrevente

Sandro Custodio da Oliveira

BRASILIA-DF



1.º OFICIO DE NOTAS  
Escrevente  
Sandro Custodio da Oliveira  
BRASILIA-DF

21 JAN 2008

1.º OFICIO DE NOTAS

BRASILIA-DF

138

USO OBRIGATORIO DE IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS BRASILEIROS (Art. 13 da Lei n.º 4.896/64)

06/05/2008

00186243

POLEGAR DIREITO

1.º OFICIO DE NOTAS

Escrevente

Sandro Custodio da Oliveira

BRASILIA-DF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12




Considerando o valor unitário de ressarcimento de R\$ 0,20 por cópia e o total geral de cópias (136 folhas), elas quais foi efetuado o depósito no valor de **R\$ 27,20 (Vinte e sete reais e vinte centavos)**, conforme Comprovante de Depósito Bancário, em anexo.

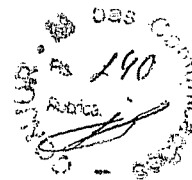
Favorecido	Banco	Nº da Agência	Nº da Conta Corrente	Depósito Identificado (Código-dv)
CGAD/MC	Banco do Brasil	4201-3	170500-8	4100.030.000.118.822-0

Brasília-DF, 30 de março de 2010.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 19 / 05 / 12





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

[Signature]

30/03/2010 - BANCO DO BRASIL - 11:40:05  
287313148 0116  
OUVIDORIA BB 0800 729 5678

COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE  
EM DINHEIRO

CLIENTE: TFT TRANSF FINANÇ TESOIRO

=====

DATA	30/03/2010
VALOR DINHEIRO	27,20
VALOR TOTAL	27,20

=====

IDENTIFICADOR 1:	4.100.030.000.118.822 0
IDENTIFICADOR 2:	232.515.812 87

=====

NR.AUTENTICACAO 8.EED.FE4.517.72D.164

191

## ANEXO II

### Declaração

Declaro para fins de direito que, nesta data,

☐ Recebi a(s) cópia(s) abaixo relacionadas:

Processo nº: 53000 008410/02	cópias 01 (quantidade de cópias)	Folhas 136 (quantidade de folhas)
------------------------------	-------------------------------------	--------------------------------------

Processo nº:	Cópias de documento (quantidade de cópias)	(nº do documento)
--------------	---	-------------------

Processo nº:	Cópias de folhas (quantidade de cópias)	(nº das folhas)
--------------	--	-----------------

☐ Compareci à sessão de vista do(s) processo(s) ou documentos abaixo relacionados

Processo/documento nº: \_\_\_\_\_

Processo/documento nº: \_\_\_\_\_

Processo/documento nº: \_\_\_\_\_

Brasília (DF), 02 de 04 de 2010.

Stelvia Stelvia de Placido e Almeida  
(nome da entidade/interessado)

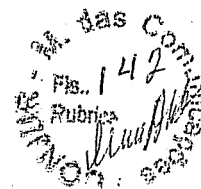
[Assinatura]  
(assinatura)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12  
[Assinatura]



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**



NOTA/AGU/CONJUR-MC/ROS/N.º 0598 - 2.17 / 2010

CONCORRÊNCIA n.º 014/2002

PROCESSO PRINCIPAL: 53000.008411/2002

PROPOSTANTES VENCEDORAS:

PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA

PROCESSO Nº: 53000.008411/2002

LOCALIDADE: Boa Vista/RR

SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA

PROCESSO Nº: 53000.008410/2002

LOCALIDADE: Macapá/AP

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

**EMENTA:** Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência n.º 014/2002-SSR/MC, levado a efeito com a finalidade de outorgar concessão para a exploração dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV) nas localidades de Macapá, no Estado do Amapá e Boa Vista, no Estado de Roraima. Homologação do certame, com adjudicações do objeto a licitante **PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA**, vencedora para a localidade de Boa Vista, no Estado de Roraima. Necessidade de manifestação da licitante **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA**, em respeito do princípio do contraditório e ampla defesa, no termos do art. 5º, LV da CF/88.

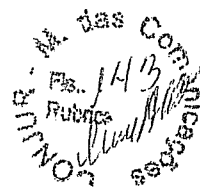
Senhor Consultor Jurídico,

1. A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e análise desta Consultoria Jurídica o processo em referência, contendo as documentações e as propostas das licitantes que participaram do procedimento licitatório, objeto do Edital da Concorrência n.º 014/2002-SSR/MC, para as localidades de Macapá, no Estado do Amapá e Boa Vista, no Estado de Roraima.
2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação e adjudicação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.
3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressalvamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, "in verbis":

*"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.*

*§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.*

*§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.*



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

*igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."*

10. Analisando a Concorrência nº 014/2002-SSR/MC para a localidade de Boa Vista/RR, certifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, no que tange à habilitação das licitantes **PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA.**

11. Diante do exposto, opinamos pelo seguinte:

a. homologação do certame e a adjudicação da outorga dos serviços de radiodifusão de sons e Imagens (TV) a empresa **PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA.** vencedora para a localidade de Boa Vista/RR.

b. necessidade da manifestação da licitante **SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.**, primeira classificada para a localidade de Macapá, no Estado do Amapá. Respeitando o princípio do contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV da CF/88.

c. à consideração do Sr. Ministro. E, após pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação para providências.

Brasília, 09 de Abril de 2010.

**RAYANNE OLIVEIRA DA SILVA**  
Estagiária de Direito

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

**TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK**  
Advogada da União

Aprovo. Encaminhem-se os autos à Comissão Especial de Licitação  
Em 10/04/2010

**ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E. AZEVEDO**  
Consultor Jurídico



344

[Início](#)

[Links](#)

[Fale Conosco](#)

[Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) >

## Jurisprudência/STJ

Nenhum documento encontrado!



PESQUISA VIA E-MAIL

**Critério de Pesquisa:** (SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA)



SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III. CEP: 70.095-900. Brasília - DF

Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410

© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.

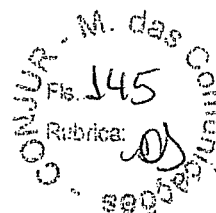
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

*[Handwritten signature]*



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



PARECER Nº 0467/2010/TFC/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.006097/2002

PROCESSO DA VENCEDORA: 53000.008410/2002

Interessada: SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

EMENTA: Concorrência 014/2002. Concessão do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Macapá, no Estado do Amapá. Revisão parcial da NOTA/AGU/CONJUR-MC/ROS/ Nº 0598-2.17/2010, nos termos do presente parecer. Mantida a homologação para a localidade de Boa Vista/RR, com adjudicação do objeto à vencedora PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA. Pela homologação do certame para a localidade de Macapá, no Estado do Amapá, com adjudicação do objeto à vencedora SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.

Senhor Consultor Jurídico,

A Comissão Especial de Licitação encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do procedimento licitatório, objeto do Edital da Concorrência n.º 014/2002 - SSR/MC, para a localidade de Macapá, no Estado do Amapá.

2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressalvamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, "in verbis":

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

Em, 11/05/12

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação."

4. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

*"Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito." (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481).*

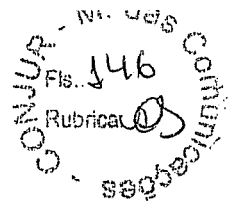
5. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Especial de Licitação.

6. Foi exarada, em 09 de abril de 2010, a NOTA/AGU/CONJUR-MC/ROS/ Nº 0598-2.17/2010. Naquela ocasião, opinou-se pelo pronunciamento da licitante SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA, vencedora do certame para a localidade de Macapá/AP, sobre o fato do procurador da empresa BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA, sr. Felipe Raserá (fls.35 e 36 do processo 53000.008412/2002) ser irmão da sra. Katiuscia Raserá (fl. 1-6 do processo 53000.008410/2002), sócia da empresa SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.

7. Pugnou-se pela proteção ao princípio da competitividade no certame. Todavia, o exame mais cuidadoso dos autos revela que a licitante BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA somente concorre para a localidade de Boa Vista/RR, ao passo que a licitante SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA somente concorre para a localidade de Macapá/AP. Portanto, não concorrendo para a mesma localidade, preservado está o princípio da competitividade, bem como o sigilo das propostas, visto que os parentes participam do certame visando localidades distintas.

8. Isto posto, analisando a Concorrência nº 014/2002-SSR/MC para a localidade de Macapá, no Estado do Amapá, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, cabendo homologação do certame com adjudicação do objeto à licitante SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.

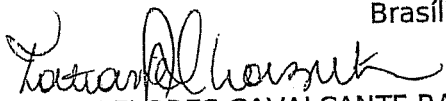
9. Dessa forma, opinamos pela manutenção da NOTA/AGU/CONJUR-MC/ROS/ Nº 0598-2.17/2010 no que tange à homologação do certame para a localidade de Boa Vista/RR.



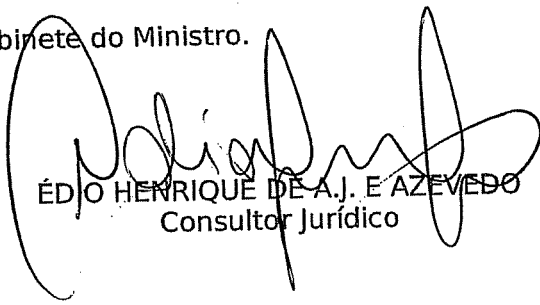
Para a localidade de Amapá, no Estado de Macapá, cabe homologação do certame com adjudicação do objeto à licitante vencedora SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.

À consideração superior.

Brasília, 03 de maio de 2010.


  
TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
Advogada da União

De acordo. Ao Gabinete do Ministro.  
Em 12/5/2010

  
ÉDIO HENRIQUE DE A.J. E AZEVEDO  
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



PUBLICADO NO D.O. DE 17/05/10



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 14 de maio de 2010.

Acolho o PARECER Nº 0467/2010/TFC/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação, adjudicando seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE  
Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
014/2002	AP	MACAPÁ	TV	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	53000.008410/02

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



54

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 92, segunda-feira, 17 de maio de 2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

COMUNICAÇÕES  
Ass. 148  
Rubrica  
750

## ANEXO

PRÓ-MORADIA  
CALENDÁRIO PARA ENQUADRAMENTO, SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PROPOSTAS DE  
OPERAÇÃO DE CRÉDITO

## EXERCÍCIO 2010

ETAPAS	ATIVIDADES	PRazos
1	Apresentação de propostas de operação de crédito, na forma de consulta pública, por meio de formulário eletrônico.	De 17 de maio a 11 de junho de 2010
2	Enquadramento das propostas de operação de crédito apresentadas pelo Gestor da Aplicação.	Até 9 de julho de 2010
3	Pré-seleção das propostas de operação de crédito apresentadas, no que compete ao Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC.	Até 20 de agosto de 2010
4	Pré-seleção das propostas de operação de crédito apresentadas, no que compete ao Gestor da Aplicação.	Até 30 de setembro de 2010
5	Seleção das propostas de operação de crédito apresentadas pelo Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC.	Até 30 de setembro de 2010

## PORTARIA Nº 238, DE 14 DE MAIO DE 2010

Divulga a relação da 2ª etapa de propostas selecionadas no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, exercício 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, o artigo 66, inciso IV, do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, e a Resolução nº 460, do Conselho Curador do FGTS, de 14 de dezembro de 2004, e,

CONSIDERANDO que as solicitações de financiamento foram selecionadas e enquadradas de acordo com a Normativa nº 22, de 10 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2010, Seção 1, página 62, e

CONSIDERANDO que as propostas selecionadas tiveram manifestação favorável do agente operador do Pró-Transporte, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado da 2ª etapa de seleção de cartas-consulta apresentadas no Ministério das Cidades para contratação de operações de crédito no âmbito do Programa Pró-Transporte, com recursos do FGTS, para os projetos de mobilidade urbana diretamente associados à Copa do Mundo FIFA 2014, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

## ANEXO

PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA - PRÓ-TRANSPORTE  
SELEÇÃO DE PROPOSTAS COM RECURSOS DO FGTS

## EXERCÍCIO DE 2010 - COPA FIFA 2014

Solicitante	Município	UF	CNPJ/CPF	Obras/Projeto	Valor do Investimento (R\$)	Valor do Financiamento (R\$)
Prefeitura Municipal de Recife	Recife	PE	10.565.000/0001-02	Implementação do Corredor Via Manique	354.300.000,00	272.000.000,00
Governo do Estado do Pernambuco	Recife	PE	10.571.982/0001-25	Implementação do BRT Norte / Sul - Trecho Igarassu / Joana Bezerra / Centro	180.890.000,00	162.000.000,00
Governo do Estado do Pernambuco	Recife	PE	10.571.982/0001-25	Implementação do Corredor Caxangá (Leste / Oeste)	75.000.000,00	71.000.000,00
Governo do Estado do Pernambuco	Recife	PE	10.571.982/0001-25	Implementação do BRT Leste / Oeste - Ramal Cidade da Condição	99.000.000,00	69.000.000,00
Governo do Estado do Pernambuco	Recife	PE	10.571.982/0001-25	Implantação do Terminal Cosme Damiano	15.800.000,00	15.000.000,00
Governo do Estado do Bahia	Salvador	BA	13.937.032/0001-60	Implementação do BRT: Corredor Estruturante Aeroporto / Acesso Norte	570.316.000,00	541.800.000,00
Governo do Distrito Federal	Brasília	DF	00.344.692/0001-08	VLT: Implementação do trecho 1 da linha 1 (Rigidez Aeroplano / Terminal A34 Sul)	276.842.105,00	263.000.000,00
Governo do Distrito Federal	Brasília	DF	00.344.692/0001-08	Ampliação de capacidade da DF-047 e obras de arte especial	103.137.866,72	98.000.000,00

## Ministério das Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

## PORTARIA Nº 315, DE 30 DE MARÇO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 3.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000648/2002, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 30 de março de 2002, a permissão outorgada à RADIO SALAMANCA FM LTDA., pela Portaria nº 98, de 9 de março de 1990, publicada no Diário Oficial da União em 13 de março de 1990, referendada pelo Decreto Legislativo nº 7, de 1992, publicando no DOU em 30 de março de 1992, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Quatá, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 00012010051700054

## PORTARIA Nº 379, DE 20 DE ABRIL DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.013889/2010, resolve:

Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV UNIAO DE MINAS LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 12- (doze decalado para menos), no município de Araxá, Estado de Minas Gerais, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, anelar no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de Camópolis de Minas, Estado de Minas Gerais, por meio do canal 15+ (quinze decalado para mais), utilizando os sinais de televisão repetidos via satélite, visando a retransmissão dos seus próprios sinais.

Parágrafo único. A autorização dar-se-á em caráter precário e excepcional, em face da continuidade da prestação do serviço público, vigorando até que se ultime a consulta pública.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

## PORTARIA Nº 393, DE 28 DE ABRIL DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29105.001120/1985, resolve:

Transferir a autorização conferida à PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, por meio da Portaria DENTEL/DR/PR nº 062, de 17 de abril de 1986, para a TELEVISÃO BENDEIRANTES DO PARANÁ LTDA., para executar os Serviços de Retransmissão e de Repetição de Televisão, anelares no Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, com a utilização do canal 22 (vinte e dois).

Parágrafo único. A execução do serviço, cuja autorização é transferida por esta Portaria, rege-se pelo Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

## DESPACHOS DO MINISTRO

Em 14 de maio de 2010

Acolho o PARECER Nº 0467/2010/TFC/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação, adjudicando seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/AC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
01/2/2002	AP	MACAPÁ	TV	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	53000.00041002

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA. contra a decisão da Comissão Especial de Licitação que a desclassificou na Concorrência nº 01/2009-CEL/MC, para a localidade abaixo citada, acolho o PARECER Nº 0354 - 2.21/2010/KMM/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer o recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO  
PELA MANUTENÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE RECORRENTE

CONC. Nº CEL/AC	UF	LOCALIDADE	SER-VI- CO	RECORRENTE	PROCESSO Nº
01/2009	AL	TRAIPU	FM	NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.	53000.0554872009-71

Acolho a NOTA Nº 0696-2.17/2010/ACO/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA SSR/AC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPOSTANTE VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
01/2/2009	GO	CORUMBAÍBA	FM	PI SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	53000.002664/10

Acolho a NOTA Nº 0702/2010/TFC/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/AC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE VEN- CEDORA	Nº PROCESSO
012/2002	PR	PONTAL DO PARANÁ	FM	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	53000.008191/02

Acolho a NOTA Nº 0702/2010/TFC/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/AC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPOSTANTE VEN- CEDORA	Nº PROCESSO
012/2002	PR	CALIFÓRNIA	FM	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA	53000.008191/02

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12  
[assinatura]

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53000-008410/2002 a documentação  
a seguir constituída de 149 folhas.  
que assim numeram: 149  
Data: 14 / 06 / 10  
Nome: Emílio  
Assinatura: [assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

1679  
g/

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 11 / 05 / 12  
P

C E R T I D Ã O

Processo n.º 53000-008410 / 2002.

A Comissão Especial de Licitação, por seu Presidente, em face da publicação de fls. 148, certifica que até a presente data não chegou à sua Secretaria qualquer manifestação da concorrente interessada.

Brasília (DF), 14 / 06 / 2010.

  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722  
70044-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 46 /2010/GM-MC

Brasília, 5 de julho de 2010.

Ao Senhor

**LUÍS ALBERTO DOS SANTOS**

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: Encaminha anexo(s)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00546 2010 EM

- 53790.000727/1998 - 36  
- 53790.022927/2008 - 12

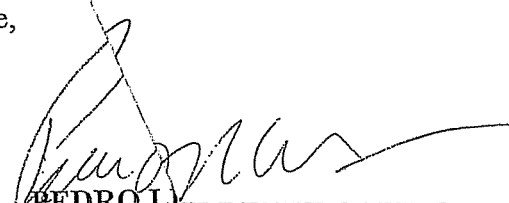
MC 00547 2010 EM

- 53000.008410/2002 - 35

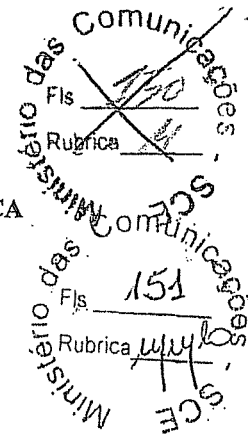
MC 00548 2010 EM

- 53000.019061/2009 - 53

Atenciosamente,

  
**PEDRO L. RIBEIRO NETO**  
Coordenador Geral Substituto

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COORDENAÇÃO GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGAS**



**DESPACHO Nº 547/2011/COCAN/CGLO/DEOC/SCE**

**Ref. Processo nº :** 53000.008410/2002

**Concorrência nº:** 014/2002-SSR/MC

**Serviço :** Sons e Imagens

**Interessada :** Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda.

**Assunto :** Submete o processo à apreciação da Comissão Especial de Licitação

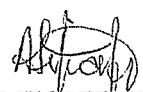
**Em anexo :** Minuta de Exposição de Motivos

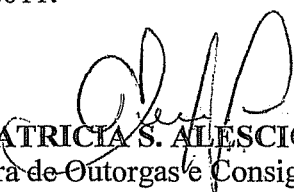
Verificamos, nesta data, que a cópia n.º 1 do processo em referência, do Município de Macapá, Estado do Amapá, foi devolvida da Casa Civil da Presidência da República, para que seja feita nova instrução dos autos, se necessária.

Tendo em vista que os autos tratam de processo licitatório, opino no sentido do seu encaminhamento à Comissão Especial de Licitação, para que esta informe se há fato novo que possa impedir o seu prosseguimento e, em não havendo tal impedimento, seja a cópia do processo remetida à Consultoria Jurídica, para as providências cabíveis.

Brasília, 23 de fevereiro de 2011.


Conferido.

  
**ALICIONETE DA S. LUZ**  
Agente Administrativo


  
**ANA PATRICIA S. ALEZIO CAMPOS**  
Coordenadora de Outorgas e Consignação de Canais

De acordo. À apreciação do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Em 24 / 2 / 2011

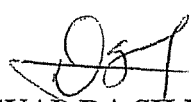
  
**VANEA RABELO**  
Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas  
Substituta

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 11 / 05 / 12  


De acordo. Encaminhe-se a cópia do processo à Comissão Especial de Licitação.

Em 01 / 03 / 2011

  
**DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR**  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Comunicações  
Fa. 152  
Rubrica:  
CEL. 735

Ministério das Comunicações

Destaques do Governo

**ANATEL**Agência  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | menu ajuda

Tela Inicial



Resultado da Consulta

## Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
<u>217</u>	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA	PR	Califórnia	FM	C		
<u>258</u>	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA	PR	Cambira	FM	C		
<u>209</u>	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA	PR	Pontal do Paraná	FM	C		
<u>297</u>	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA	SP	Orlândia	FM	C		
<u>21</u>	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO S/C LTDA	AC	Rio Branco	TV	C		

Usuário: - Data: 14/03/2011 Hora: 11:16:01

Registro 1 até 5 de 5 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 19/05/12

das  
Pa. (57)  
Rubrica:  
CEL

Ministério das Comunicações

Destaques do Governo



ANATEL

Agência Nacional  
de Telecomunicações

MARTA MONICA EUSTACHIO RODRIGUES DE LIMA

BOA DIA  
SISTEMAS DE LIMA

Sistemas  
Interativos



Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consulta Participação do Sócio -  
RADIODIFUSÃO**

Internet | tela | menu | ajuda



Dados da consulta



Consulta

## Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: SIMONE OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12



**ANATEL**

Agência Nacional  
de Telecomunicações

MARTA MONICA EUSTACHIO RODRIGUES DE LIMA

BOM DIA

Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consulta Participação do Sócio -  
RADIODIFUSÃO**

Internet | tela | menu | ajuda



Dados da consulta



Consulta

## Consulta Participação de Sócio

Critérios da Consulta:

Nome: KATIUSCIA RASERA

Não foi encontrado nenhum registro com os critérios informados!

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12

R



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Comunicações  
Fls. 159  
Rubrica:  
2.  
CEL.  
730

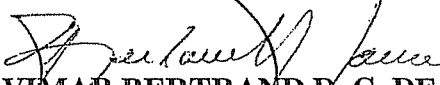
**CONCORRÊNCIA** : 014/2002-SSR/MC  
**PROCESSO ESPECÍFICO** : 53000.008410/2002 (Cópia nº 01)

**DESPACHO MC/CEL/PRESI/N.º 092/2011**

A cópia nº 01 dos autos do processo em referência, que trata da Concorrência 014/2002-SSR/MC, na qual a empresa SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. sagrou-se vencedora para executar o Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no Município de Macapá, Estado do Amapá, retornou da Casa Civil da Presidência da República para nova instrução do processo, caso haja necessidade.

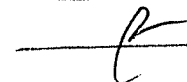
Tendo em vista que as pesquisas realizadas no SRD – Sistema de Controle de Radiodifusão e do SIACCO – Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da ANATEL, extratos às fls. 152/154, informam que a entidade em comento, bem como os participantes de seu quadro societário, não extrapolaram os limites previstos no Decreto-Lei nº 236/67 e que não há fato novo que obste o prosseguimento do feito, encaminhamos cópia dos autos, acompanhada de minutas atualizadas do Decreto e da Exposição de Motivos, à Consultoria Jurídica para manifestação.

Brasília (DF), 21 de março de 2011.

  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11/05/12





Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003  
REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS

CEL



Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: ( ) Outorga, ( ) Pós-Outorga ou ☒ Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

( ) Vista do Processo;

☒ Cópias dos autos do Processo - folhas 001 à folhas 155 INTEGRAL

( ) Certidão do Processo;

Processo nº 53000.008410/2002 - CONC. 014/02

Relativo ao Serviço de: ( ) Rádio Comunitária / ( ) Rádio/TV Educativa / ☒ Rádio/TV Comercial / ( ) RTV / ( ) SARC

Nome do interessado: FABIANO VIOAR

Endereço completo: SHIS QI 9, CONJ. 17, CASA 14 Em, 11-05-12

CEP: \_\_\_\_\_ UF/Município: LAGO SUL / PAZ

Telefones: 3365 2079 / 9136 6340

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade de interessado: ACOMPANHAMENTO  
PROCESSUAL

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

( ) I - Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação \*;

( ) II - Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que, mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões neles proferidas ou a serem adotadas\*;

( ) III - As Organizações ou as Associações representativas, em defesa de direitos e interesses coletivos\*\*;

( ) IV - As pessoas ou as Associações legalmente constituídas ou seus representantes legais, em defesa de direitos e interesses difusos\*\*;

\* Representantes Legais / Procuradores - Anexar cópia da Identidade e Cópia de Procuração válida ou Cópia da OAB;

\*\* Organizações/Associações representativas - Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

Brasília, 20, de ABRIL, de 20012

Assinatura do Solicitante

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação de interessado, anexando a devida comprovação junto a este requerimento, providenciei, na presente data, todos os atos necessários à realização do requerido.

Assinatura e Matrícula/Siape do Servidor responsável pela autorização do requerido



TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 10057342

USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.900/94)

Foto do titular

Assinatura do portador

Barra de código de barras

Observações

BRASIL 35375

BRASIL

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME  
FABIANO DE MEDEIROS VILAR

FILIAÇÃO  
DAMIÃO ALVES VILAR  
JOANA MARIA DE MEDEIROS VILAR

NACIONALIDADE  
BRASILIA-DF

DATA DE NASCIMENTO  
17/10/1966

CPF  
2.402.505-5 SSP/DF

DATA DE EXERCÍCIO DA FUNÇÃO  
01-20/10/2011

QUADRO DE DELEGADOS E TITULOS  
NÃO

FRANCISCO GUEIROZ CARVALHO NETO  
PRESIDENTE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 11/05/12





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11.05.12

HORÁRIO DE ATENDIMENTO  
DE 8 H. ÀS 12 H. E DE 14 H. ÀS 18 H.

REQUERIMENTO DE CÓPIAS

Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação/CEL.

O(A) senhor(a) FABIANO DE MEDEIROS VILAR,  
portador (a) do documento de identidade nº 2402585, expedido pelo(a)  
SSP do Estado de DF, vem  
solicitar cópias reprográficas do (s) processo (s) referente (s) ao Edital da  
Concorrência nº 014/02 /MC, para o Serviço de Radiodifusão, conforme  
indicados a seguir:

PROCESSO PRINCIPAL DA CONCORRÊNCIA, NOME OU Nº DO PROCESSO DA PROPONENTE	PÁGINAS		TOTAL DE CÓPIAS (C = B-A+1)
	INÍCIO (A)	FIM (B)	
1. <u>53000.008410/2002</u>	<u>001</u>	<u>155</u>	<u>155</u>
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			
TOTAL GERAL DE CÓPIAS			<u>155</u>

Considerando o valor unitário de ressarcimento de R\$ 0,20 por cópia e  
o total geral de cópias, pelas quais foi efetuado o depósito no valor de R\$  
R\$ 31,00 (TRINTA E UM REAIS.),  
conforme Comprovante de Depósito Bancário, em anexo.

Favorecido	Banco	Nº da Agência	Nº da Conta Corrente	Depósito Identificado (Código-dv)
CGAD/MC	Banco do Brasil	4201-3	170500-8	4100.030.000.168888-6

Brasília-DF., 20.1.04 /2012. X Assinatura

RECIBO DA COMISSÃO	O material solicitado foi recebido em	Nome do recebedor:
	<u>23.04/2011</u>	Assinatura do recebedor: <u>X</u> <u>Assinatura</u>
		Documento de identidade: nº
		Órgão Expedido/UF:



23/04/2012 - BANCO DO BRASIL - 14:47:58  
481171121 SEGUNDA VIA 0273  
OUVIDORIA BB 0800 729 5678  
COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA  
DE CONTA CORRENTE P/ CONTA CORRENTE

CLIENTE: FABIANO DE MEDEIROS VILAR  
AGENCIA: 1230-0 CONTA: 23.930-5

DATA DA TRANSFERENCIA 23/04/2012  
NR. DOCUMENTO 221,607,288,920,916  
VALOR TOTAL 31,00

\*\*\*\*\* TRANSFERIDO PARA:  
CLIENTE: TFT TRANSF FINANC TESOIRO  
NR. DOCUMENTO 221,230,000,023,930

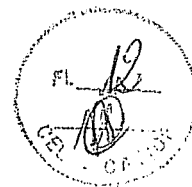
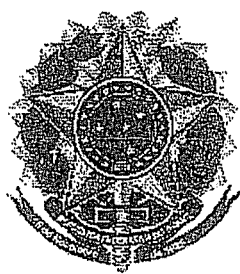
IDENTIFICADOR 1: 4,100,030,000,168,888 6  
IDENTIFICADOR 2: 012,298,841 81

NR.AUTENTICACAO B,021,006,50E;BB8;0D1

Leia no verso como conservar este documento,  
entre outras informações.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 11 / 05 / 12  
R



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA 014/2002 SSR/MC**

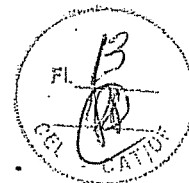
**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**

**CONCESSÃO DE TV**

---

**Brasília-DF, outubro de 2002**

## ÍNDICE



1. OBJETO
2. DISPOSIÇÕES INICIAIS
3. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
9. ABERTURA E APRECIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES
14. PENALIDADES
15. DISPOSIÇÕES FINAIS
16. ANEXOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



CONCORRÊNCIA N.º 014/2002- SSR/MC  
EDITAL

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado por seu Titular, torna público que estará recebendo dos interessados em participar desta Licitação, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a Exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens nas localidades indicadas no ANEXO I, na data de 26/12/02, às 9:00 horas, na Sede do Ministério das Comunicações, no Distrito Federal situada na Esplanada dos Ministérios bloco "R" - Edifício Sede - térreo - auditório - Brasília-DF - Cep: 70044-900

A licitação, na modalidade Concorrência, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27/08/62, pelo Decreto-lei nº 236, de 20/05/63, pela Lei nº 5.785, de 23/06/72, pelo Decreto nº 52.026, de 20/05/63, pelo Decreto nº 52.795, de 31/10/63 e suas alterações, pela medida provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

## 1. OBJETO

1.1 O objeto desta Concorrência é a outorga de Concessão para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em cada uma das localidades indicadas no ANEXO I, pelo prazo de 15 anos.

## 2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer consultas sobre o conteúdo do Edital e de seus Anexos, deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente ou através de objeto registrado, via postal, na Secretaria da Comissão em Brasília-DF, situado conforme a seguir indicado, até 20 (vinte) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

Externamente:

Ao  
Presidente da Comissão Especial de Licitação  
Licitação de Radiodifusão - SSR/MC  
Esplanada dos Ministérios - Bloco "R"  
Ed. Sede - Sobre Loja - sala 107  
Brasília - Distrito Federal  
CEP: 70044-900



Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens dos documentos questionados;
- c) fundamentação do pedido;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas até cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, fazendo publicar no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no Estado, o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na salas de vistas das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os na Secretaria da Comissão e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a formulação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, a autoridade signatária do Edital fará publicar no Diário Oficial da União, aviso de alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, com prazo não inferior àquele inicialmente estabelecido para esse fim.

2.4 O Ministro das Comunicações se reserva o direito de revogar a licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão. Deverá anulá-la diante de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2.4.1 O recurso contra o ato de revogação ou anulação da licitação observará o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "c" e § 4º da Lei n.º 8.666/93.

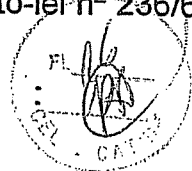
2.4.2 Não caberá qualquer indenização às proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada não houver expediente normal na sede do Ministério das Comunicações em Brasília considerar-se-á o evento transferido para o primeiro dia útil seguinte, salvo manifestações em contrário da autoridade competente previamente divulgada.

2.6 A proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, que participar de licitação em várias localidades e sendo a vencedora, terá a quantidade de outorgas computadas a partir da assinatura, pela autoridade competente, dos atos de outorga referentes às primeiras

localidades, até atingir o limite de outorgas estabelecido no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67 e, será desclassificada nas demais localidades



### 3. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação e Propostas.

3.2 O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a proponente que, mesmo indicando falhas ou irregularidades que o viciaram, não o fizer no prazo estabelecido no subitem 3.1, hipótese em que a correspondente comunicação não terá efeito de recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a preparação da Documentação de Habilitação e das Propostas a Comissão Especial de Licitação divulgará aviso no Diário Oficial da União, e reabrirá o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas.

### 4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Em consonância com o art. 7º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, poderão participar desta licitação:

4.1.1 As sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada, desde que ambas, ações ou cotas, sejam subscritas por brasileiros natos, naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e tenham sede no país; por estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos, e somente se dará de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

4.1.2 As Fundações.

4.2 É vedada a participação na licitação de pessoa jurídica que se enquadrar nas seguintes situações:

4.2.1 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, que esteja com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

4.2.2. Cujas falências haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata;

4.2.3 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto de execução do serviço, ou que venha a exceder os limites previstos no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28/02/67.



4.3 Cada proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação por Edital. As Propostas Técnica e as Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individual e separadamente por localidade de execução do serviço.

4.4 Não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

4.5 Para os efeitos da presente licitação e da contratação respectiva é vedada a subconcessão.

## 5. REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES

5.1 Para habilitar-se, a proponente estará obrigada a satisfazer as exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões, declarações e atestados a seguir especificados.

5.2 A proponente deverá provar sua Habilitação Jurídica com a apresentação de:

5.2.1 Ato constitutivo e suas alterações, ou a sua consolidação, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de Serviço de Radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas, em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; no caso de Fundações, apresentar, também, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria;

5.2.2 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes.

5.2.3 Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, dos sócios e dirigentes da proponente, feita mediante a apresentação, somente, de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional, carteira de identidade, ou comprovante de naturalização ou, contrato social devidamente registrados ou arquivados na repartição competente.

5.2.4 Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas; as certidões deverão ser firmadas, emitidas ou revalidadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para a abertura do recebimento da documentação e proposta;

5.2.5 Prova de que os dirigentes estão QUITES com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral.

5.3 A proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.3.1 Para as proponentes em atividade, apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;



5.3.2 Para as proponentes que, de acordo com a legislação, na data de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, não tenham apurado as demonstrações financeiras referentes ao seu primeiro exercício social, e para as proponentes criadas exclusivamente para a execução do serviço de radiodifusão e inativas, apresentação do balanço de abertura, levantado em até 30 dias após a data da sua constituição e em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial;

5.3.3 A proponente será considerada em boa situação financeira, e portanto apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, quando o exame de seu balanço patrimonial, e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura, devidamente atualizado, apresentados na forma dos subitens 5.3.1 e 5.3.2, comprove que seu patrimônio líquido possui valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do Anexo I e que resulte na verificação do Índice de Solvência maior ou igual a 1,2 (um vírgula dois), segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) >= 1,2$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP : Exigível a Longo Prazo

5.3.4 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelos distribuidores da sede da proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 90 (noventa) dias daquela referida no preâmbulo deste Edital;

5.4 A proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

5.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes – CNPJ/MF, no cadastro de contribuintes estadual e no cadastro de contribuintes municipal, relativos à sede da pessoa jurídica;

5.4.1.1 A proponente, cuja sede estiver localizada em Municípios e Estados onde haja isenção de inscrição, deverá apresentar Declaração de Isenção emitida pelo órgão competente;

5.4.2 Prova de regularidade relativa a:

a) Previdência Social;

b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. ;

5.4.3 Certidão de regularidade fiscal passada por órgão do lugar da sede da proponente, ou equivalente, na forma da lei:

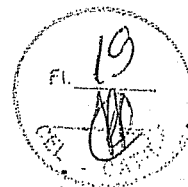
a) da Receita Federal ;

b) da Procuradoria da Fazenda Nacional;

c) da Fazenda Estadual ou do Distrito Federal e;

d) da Fazenda Municipal

5.4.4 Os documentos exigidos nos subitens 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3 deverão ter validade na data de recebimento das propostas;



## 6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 Para fins de pontuação, a proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, por localidade de execução do serviço, informando:

6.1.1 Tempo total diário de funcionamento da emissora, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.1, preenchendo o item 1 (um) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.2 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.2 do Edital, preenchendo o item 2 (dois) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.3 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado ao serviço noticioso, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.3 do Edital, preenchendo o item 3 (três) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.4 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.4 do Edital e preenchendo o item 4 (quatro) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.5 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.5 do Edital e preenchendo o item 5 (cinco) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.6 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.6 do Edital, preenchendo o item 6 (seis) do modelo apresentado no ANEXO III.

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelos dirigentes da proponente.

6.3 A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

6.4 A Proposta Técnica apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Concessão, constituindo-se parte integrante dele.

## 7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço, deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.

20  
Fl. 10

7.2 A proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, que será pago em duas parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O pagamento da primeira parcela deverá ser comprovado por ocasião da assinatura do Contrato de Concessão, e a segunda parcela deverá ser paga no prazo de até doze meses a contar da data do referido contrato.

7.4 O valor proposto para pagamento da outorga não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado para a outorga, estabelecido no ANEXO I.

7.5 A Proposta de Preço pela Outorga apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Concessão, constituindo-se parte integrante deste.

## **8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA**

8.1 A proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação, mesmo que deseje apresentar Propostas para mais de 1 (uma) localidade de execução do serviço objeto deste Edital.

8.1.1 As Propostas Técnicas e Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individualmente e separadas para cada uma das localidades de prestação do serviço objeto deste Edital, de interesse da proponente.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

a) da documentação prevista no subitem 5.2.1 deste Edital, no caso de dirigente(s);

b) de instrumento público ou particular de mandato, neste último caso com firma reconhecida, conforme Modelo do ANEXO VII, a ser entregue em separado, no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas respectivas, no caso de procurador(es).

8.2.1.1 Em qualquer caso, o(s) responsável(is) pela entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas deverá(ão) apresentar, no ato respectivo, sua carteira de identidade ou documento equivalente.

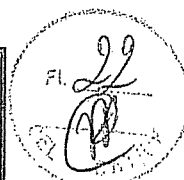
8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como Conjunto nº 1, Conjunto nº 2 e Conjunto nº 3, sendo os 2 (dois) últimos, por localidade de prestação de

serviço de interesse da proponente, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:



<b>CONJUNTO Nº 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b> <b>Edital da Concorrência nº ____/____ – SSR/MC</b> <b>SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</b>	
Localidade(s) de Prestação do Serviço: Serviço/UF:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<b><u>Conteúdo:</u></b> <b>Conjunto nº 1 – Documentação de Habilitação:</b> <b>Habilitação Jurídica</b> <b>Qualificação Econômico-Financeira</b> <b>Regularidade Fiscal</b>	

<b>CONJUNTO Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA</b> <b>Edital da Concorrência nº ____/____ – SSR/MC</b> <b>SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</b>	
Localidade de Prestação do Serviço: Serviço/UF:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<b><u>Conteúdo:</u></b> <b>Conjunto nº 2:</b> <b>Proposta Técnica</b>	



<b>CONJUNTO Nº 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA</b> <b>Edital da Concorrência nº ____/____ - SSR/MC</b> <b>SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</b>	
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Serviço/UF:	
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<b><u>Conteúdo:</u></b> <b><u>Conjunto nº 3:</u></b> <b><u>Proposta de Preço pela Outorga</u></b>	

8.3.1 A inclusão, pela proponente, entre os Documentos de Habilitação ou das Propostas, de qualquer elemento que implique violação do sigilo de uma delas, acarretará em desclassificação.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no item 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital, constem de um índice visando a facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações e atestados, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga, não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas e, deverão ser preferencialmente, datilografadas ou impressas em papel tamanho A4 (A quatro), com, até, 44 linhas por página e letras no tamanho 14 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, deverá ser apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da proponente no rodapé de cada folha, devendo, preferencialmente, cada uma das folhas estar numerada seqüencial e continuamente, por Conjunto, no ângulo superior direito.

8.8 Os documentos deverão ser apresentados em via original ou cópia legível autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou, quando for o caso, na forma de publicação em órgão da imprensa oficial.

8.9 As procurações e as declarações apresentadas na forma prevista neste Edital deverão, sob pena de não aceitação, se fazer acompanhar de comprovação, na forma da lei, de que seus signatários têm, no âmbito da sociedade outorgante ou declarante, poderes bastantes para a prática daquele ato.



## 9. ABERTURA E APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação e das Comissões de Assessoramento Técnico, bem como os trabalhos a serem por elas desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria MC nº 811, de 29/12/97, DOU de 30/12/97, suas alterações, legislação específica, bem como o estabelecido neste Edital.

9.2 É facultada às Comissões, autorizadas pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no original da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões das Comissões, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de reunião pública, também, pelos representantes legais das proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente solicitará aos representantes legais das proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, confrontando com os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigue a sua substituição.

9.4.1.1 Cada proponente poderá ter mais de 1 (um) representante legal para rubricar os invólucros fechados e os documentos, após a abertura dos invólucros, que agirão sempre isoladamente.

9.4.1.2 O representante legal poderá manifestar-se em nome da proponente, bem como rubricar os invólucros fechados, a Documentação de Habilitação e as Propostas das demais proponentes, referentes apenas a(s) localidade(s) de prestação do serviço de seu interesse.

9.4.2 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente determinará a inclusão em ata, quando necessário, de eventuais manifestações dos representantes das proponentes, reduzindo-as a termo, o qual ficará anexo à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão. Não será admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das proponentes. O Presidente, para boa ordem dos trabalhos, fará as advertências cabíveis, inclusive, se não atendido, solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento da sessão.

9.4.4 No dia, hora e local designados para as sessões públicas, a Comissão receberá, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, a Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga por localidade de prestação de serviço, em invólucros distintos, de acordo com o Capítulo 8 deste Edital, que serão rubricados em todas as partes coladas, pelos representantes legais das proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.

9.4.5 O Presidente, anunciará o nome de cada proponente, estabelecendo o critério para a abertura do Conjunto nº 1 - Documentação de Habilitação.



9.4.6 Após a abertura do(s) Conjunto(s) nº 1, por localidade, e rubrica dos Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação dos proponentes para verificação.

9.4.7 Encerrada a sessão, o Presidente determinará o recolhimento de toda a Documentação para fins de organização, autuação e remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação.

9.5 A Comissão Especial de Licitação analisará, pela ordem, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e legislação específica, procedendo à publicação dos conceitos de **Habilitada** e **não Habilitada**, resultantes da análise no Diário Oficial da União, intimando as proponentes para:

- a) interposição de recurso contra habilitação de terceiros;
- b) interposição de recursos contra a própria inabilitação.

9.5.1 Superada esta etapa da fase de habilitação, a Comissão Especial de Licitação publicará Aviso no Diário Oficial da União, intimando as proponentes para:

- a) apresentação de impugnação a recursos interpostos.

9.5.2 A publicação de que trata o subitem anterior, para os fins de cientificação das proponentes, deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

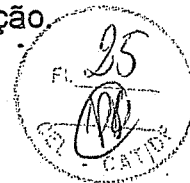
- a) a Unidade da Federação (UF);
- b) a localidade de execução do serviço;
- c) o número da Concorrência;
- d) o serviço ou serviços objeto de cada Concorrência;
- e) a indicação de existência ou não de recurso por localidade/concorrência/serviço.

9.5.3 A relação dos nomes de recorrentes contra a habilitação de terceiros e contra a própria inabilitação, com a indicação dos respectivos concorrentes com documentos questionados, será fornecida diretamente pela Comissão de Assessoramento Técnico-CAT e disponibilizada no site do Ministério das Comunicações na Internet ([www.mc.gov.br](http://www.mc.gov.br)).

9.6 A proponente julgada inabilitada fica impedida de participar das fases subseqüentes da licitação.

9.6.1 Após a fase de habilitação, serão devolvidos à proponente inabilitada, fechados, os invólucros relativos à sua Proposta Técnica (Conjunto nº 2) e Proposta de Preço pela Outorga (Conjunto nº 3), desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação.

9.7 Ultrapassada a fase de habilitação, as proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes, ou só conhecidos após a habilitação.



## 10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA

10.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação da Documentação de Habilitação ou após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a Sessão Pública para abertura das Propostas Técnicas.

10.2. No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas Técnicas, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas e das Propostas de Preço pela Outorga, intactas, das proponentes inabilitadas na fase anterior, abrindo posteriormente, por localidade, as Propostas Técnicas (Conjuntos nº 2) das proponentes habilitadas.

10.2.1 Após a abertura dos Conjuntos nº 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente que tenha sido habilitada para aquela localidade, será informado pelo Presidente a data de início de vista aos processos.

10.2.2 O resumo dos atos praticados durante a sessão será lavrado em ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente à sessão.

10.3 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade da Proposta Técnica de cada uma das proponentes com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada proposta, por localidade de prestação do serviço, procedendo ao cálculo, conforme estabelecido no subitem 10.7 deste Edital.

10.4 Somente serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem, pelo menos, a pontuação de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no Decreto nº 52.795/63, alterado pelo Decreto nº 2.108/96, de 26/12/96 - Regulamento de Serviços de Radiodifusão.

10.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará relatório circunstanciado da avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata. O resultado da avaliação das Propostas Técnicas será publicado, por localidade de prestação do serviço, no Diário Oficial da União, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

10.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos, ou manifestamente inexecutável e incompatível com os objetivos da licitação.

### 10.7 CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

10.7.1 Para a pontuação das Propostas Técnicas das proponentes habilitadas, por localidade de prestação do serviço, será atribuída a seguinte pontuação:



10.7.1.1 A pontuação P1 relativa ao tempo total diário de programação da emissora (Tt), em horas, observado o tempo mínimo de funcionamento fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e suas alterações, será:

- a)  $P1 = 0,75 \times (Tt - 16)$  pontos, para  $16 < Tt \leq 24$
- b) Condição Mínima:  $Tt = 16$  horas



10.7.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.4, será:

- a)  $P2 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$ , para  $5\% \leq T \leq 8\%$
- b) Condição Mínima:  $T = 5\%$

10.7.1.3 A pontuação P3 relativa ao tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.5., será:

- a)  $P3 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$ , para  $5\% \leq T \leq 8\%$
- b) Condição Mínima:  $T = 5\%$

10.7.1.4 A pontuação P4 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.2., será:

- a)  $P4 = 78,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$ , para  $2\% \leq T \leq 4\%$
- b) Condição Mínima:  $T = 2\%$

10.7.1.5 A pontuação P5 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da Outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.3., será:

- a)  $P5 = 18,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$ , para  $2\% \leq T \leq 4\%$
- b) Condição Mínima:  $T = 2\%$

10.7.1.6 A pontuação P6 relativa ao prazo em meses (Pz), para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, será:

- a)  $P6 = 8 + 40 \times [(36 - Pz) / (36 + Pz)]$ , para  $9 \leq Pz \leq 36$
- b) Condição Mínima:  $Pz = 36$  meses

10.7.2 A programação constante da Proposta Técnica não deverá conter os percentuais relativos aos limites de tempo fixados e exigidos para cada tipo de programação, conforme determinado pelo art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

10.7.3 A valoração da Proposta Técnica da proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 10.7.1., conforme a seguir:

PT = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6 ) pontos.

10.8 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.

## 11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

11.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação das Propostas Técnicas ou, após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga.

11.2 No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas de Preço pela Outorga, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas, intactas, das proponentes cuja Proposta Técnica tenha sido desclassificada, por localidade de prestação do serviço.

11.3 Proceder-se-á então à abertura dos Conjuntos nº 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido classificada naquela localidade.

11.4 A análise da Proposta de Preço pela Outorga será iniciada pela verificação de sua conformidade com o Edital e seus Anexos.

11.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, ou financeiramente incompatível com os objetivos da Licitação, em especial as de valor zero, as de valor simbólico ou irrisório e aquelas cujo valor seja incompatível com os custos envolvidos na execução.

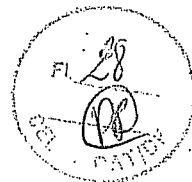
11.5 Será atribuída a pontuação à Proposta de Preço pela Outorga, por localidade, das proponentes, cujas Propostas Técnicas tenham sido classificadas. O critério de pontuação utilizará a seguinte fórmula:

PP = 50 + 50 x [ (Vof – Vmin) / Vof ] (Grupo de enquadramento A)

PP = 60 + 40 x [ (Vof – Vmin) / Vof ] (Grupo de enquadramento B)

PP = 70 + 30 x [ (Vof – Vmin) / Vof ] (Grupo de enquadramento C)

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga



Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga  
Vmim = Valor Mínimo fixado para a Outorga

11.6 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.

#### 11.7 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

11.7.1 Será considerada vencedora da Licitação, por localidade de prestação do serviço, a proponente habilitada e classificada na Proposta Técnica e na Proposta de Preço pela Outorga, que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$VP = (0,90 PT + 0,10 PP)$  pontos (Grupo A)

$VP = (0,50 PT + 0,50 PP)$  pontos (Grupo B)

$VP = (0,10 PT + 0,90 PP)$  pontos (Grupo C)

onde,

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da proponente;

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da proponente;

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da proponente.

11.8 Ocorrendo, em relação a uma mesma localidade de prestação do serviço, empate entre duas ou mais proponentes, a seleção far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

11.9 Concluída a fase de julgamento, o resultado final, por localidade de prestação do serviço, constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

11.10 Transcorrido o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para interpor recursos, a partir da divulgação do resultado final, sem que eles tenham sido apresentados, ou julgados os recursos interpostos, a Comissão tomará as providências relativas à adjudicação à proponente vencedora.

#### 12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 A concessão será adjudicada à proponente que tiver se habilitado e cujas Propostas Técnica e de Preço pela Outorga tiverem sido classificadas para a respectiva localidade de execução do serviço, e que tiver apresentado o maior resultado conforme o subitem 11.7.1.

12.2 O Ministro das Comunicações, à vista do relatório da Comissão Especial de Licitação proferirá sua decisão, homologando o resultado da Licitação, por localidade de execução do serviço.

12.3 A proponente deverá apresentar à Comissão Especial de Licitação, até o prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da homologação do resultado da licitação, cópia de assentimento prévio emitido pelo órgão competente, se a localidade de execução do serviço, objeto do Edital, constar da relação dos municípios brasileiros da faixa de fronteira, publicada pela Diretoria de Geociências do IBGE, observado o art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980.

12.4 O Ministro das Comunicações encaminhará Exposição de Motivos ao Presidente da República, por localidade de prestação do serviço, que por sua vez fará encaminhar todo o processo ao Congresso Nacional, para deliberação, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

12.5 O Contrato de Concessão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações e a adjudicatária, por localidade de execução do serviço, terá como objeto o constante no Capítulo 1 deste Edital.

12.6 A assinatura do Contrato de Concessão, por localidade de execução do serviço, dar-se-á após a ratificação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

12.7 A adjudicatária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato, a partir da data de publicação do decreto legislativo que ratificar o ato de outorga da concessionária.

12.7.1 O Ministério das Comunicações convocará a adjudicatária para a assinatura do Contrato, no intervalo do prazo indicado no item 12.7, com 10 (dez) dias de antecedência;

12.8 Se a empresa vencedora não efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo estabelecido, decairá do direito de assinar o Contrato de Concessão, devendo o Ministério das Comunicações convocar a segunda colocada, a qual deve aceitar as mesmas condições ofertadas pela primeira colocada, inclusive no que se refere aos termos de suas Propostas Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, as quais se tornarão parte integrante do Contrato;

12.9 A empresa convocada para assumir o lugar da eliminada poderá se manifestar no ato, por escrito, ou no máximo em dois dias úteis, após a Comissão efetuar a convocação respectiva. A não manifestação no prazo estabelecido será entendida como não aceitação da convocação, sendo convocada a próxima proponente pela ordem de classificação e assim sucessivamente.

12.10 Se nenhuma das proponentes remanescentes concordar em assinar o Contrato, nas mesmas condições da Proposta vencedora, será comunicado, através do Diário Oficial da União, o cancelamento da Licitação em relação a essa localidade de execução do serviço e o prosseguimento dos trabalhos em relação às propostas relativas às localidades seguintes, se for o caso.

12.11 O não pagamento da segunda parcela na data fixada por este Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a concessionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

12.12 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela empresa vencedora em sua Proposta Técnica implicará o cancelamento da outorga.



12.13 O Ministério das Comunicações providenciará a publicação no Diário Oficial da União do extrato do contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias subseqüentes àquela data.

12.14 A eventual recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e causará a decadência do direito de outorga, independentemente das ações legais que possam ser propostas.

### 13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

13.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por localidade de prestação do serviço, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação de proponente;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da Licitação.

13.2 Da decisão relacionada com o objeto da Licitação contra a qual não caiba recurso, será admitida representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

13.2.1 A representação será dirigida à autoridade superior àquela que houver proferido a decisão.

13.3 Os recursos previstos nas letras "a" e "b" do subitem 13.1 terão efeito suspensivo, exclusivamente com relação à localidade de prestação de serviço.

13.3.1 Os recursos interpostos com relação a uma determinada localidade de prestação de serviço, não confere efeito suspensivo quanto à continuidade dos procedimentos licitatórios das demais localidades.

13.4 Interposto o recurso, a Comissão Especial de Licitação intimará as demais proponentes, nos moldes estabelecidos pelos subitens 9.5.1 e 9.5.2, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.5 O recurso será sempre dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação.

13.5.1 O recurso e sua impugnação serão interpostos mediante petição protocolizada no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

- a) identificação e qualificação da recorrente;
- b) o nome e a qualificação do(s) seu(s) signatário(s), que deverá ser representante legal da proponente, detentor(es) de poderes suficientes, comprovados, no caso de dirigente, pela forma prevista no subitem 5.2.1 deste Edital e, no caso de procurador(es), por meio de

procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei, a qual deverá vir acompanhando a petição;

c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

d) fundamentação do pedido.



13.5.2 Recebido o recurso e as impugnações, se houver, a Comissão, se não reconsiderar o ato recorrido, encaminhá-lo-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento, ao Ministro das Comunicações, com as informações que julgar necessárias;

13.5.3 O Ministro das Comunicações decidirá o recurso dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar de seu recebimento com as informações da Comissão.

13.6 Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará na Secretaria da Comissão, onde as proponentes poderão ter vista dos autos.

13.6.1 Na Secretaria da Comissão funcionará nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas;

13.6.2 Em nenhuma hipótese, será concedida vista ao processo fora da Secretaria da Comissão;

13.7 A anulação ou revogação da Licitação é ato privativo do Ministro das Comunicações.

## 14. PENALIDADES

14.1 A eventual desistência da adjudicatária em relação a uma determinada localidade, o não pagamento da primeira parcela na forma e no prazo previstos no Edital, injustificadamente, ou a eventual recusa injustificada em assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a seguinte penalidade:

14.1.1 multa de 1 (uma) vez o valor ofertado pela outorga;

14.1.2 O disposto no subitem anterior não se aplica à proponente convocada para assumir o lugar da proponente vencedora que não aceitar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora.

14.2 Pelo não cumprimento total ou parcial do Contrato de Concessão, o Ministério das Comunicações poderá, assegurada ampla defesa, aplicar à concessionária as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 2% (dois por cento) do valor ofertado pela outorga;

c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2.1 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do item 14.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.3 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da concessão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da concessionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Concessão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

14.4 As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas nos subitens 14.1 e 14.2.

## 15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Nos casos em que se identifique a necessidade de agilização de procedimentos, a Comissão Especial de Licitação poderá determinar a continuidade das fases subseqüentes à de habilitação de proponentes, na Sede do Ministério das Comunicações, em Brasília-DF.

15.2 A data de vigência da Outorga de Concessão é a data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

15.3 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão três decimais à direita da vírgula, arredondando-se a terceira casa, para cima, quando a quarta for maior ou igual a 5 (cinco).

15.4 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.



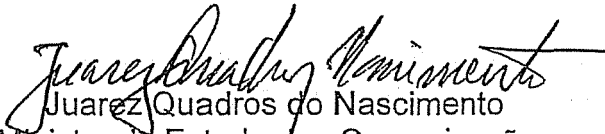
A large, stylized handwritten signature in black ink.



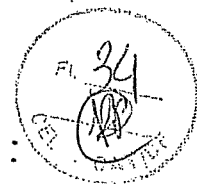
## 16. ANEXOS

- 16.1 ANEXO I - Especificações técnicas do serviço, por localidade de execução do serviço;
- 16.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade proponente;
- 16.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço;
- 16.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço;
- 16.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Adesão de Permissão;
- 16.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração(particular).

Brasília - DF, 23 de outubro de 2002.

  
Juarez Quadros do Nascimento  
Ministro de Estado das Comunicações





## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten signature or mark, possibly a stylized '8' or a cursive signature, located to the right of the title.

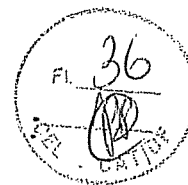
**ANEXO I**  
**EDITAL DA CONCORRÊNCIA N.º 14/2002 – SSR/MC**  
**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

Localidade de Execução do Serviço		Tipo de Serviço	Canal ou Frequência (kHz)	Classe	Grupo de Enquadramento	Preço Mínimo da Outorga (R\$)
1	BOA VISTA-RR	TV	31	A	B	138.640,50
2	MACAPÁ-AP	TV	32	A	B	151.200,00

*[Handwritten signature]*



ANEXO II



MODELO DE DECLARAÇÃO  
REFERENTE AOS SÓCIOS E DIRIGENTES DA ENTIDADE PROPONENTE

A handwritten signature, possibly 'S', located to the right of the title.

ANEXO II  
MODELO DE DECLARAÇÃO



O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da \_\_\_\_\_, declara(m)  
que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso.

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

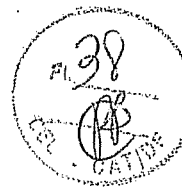
d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

\_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)

ANEXO III



MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA  
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO



### ANEXO III

#### Modelo de Proposta Técnica

Razão Social da Proponente: \_\_\_\_\_ CNPJ/MF: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Edital da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-SSR/MC Localidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): \_\_\_\_\_ (minutos)

2. Programas jornalísticos, educativos e informativos

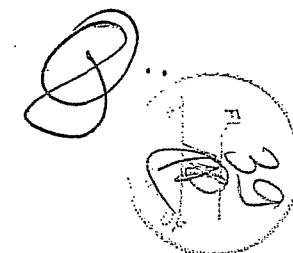
programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

3. Serviço noticioso

programas de serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100



5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.

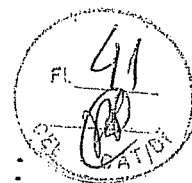
Programas de serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) . (B/A)×100

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	meses

7. Local, data e assinatura do(s) dirigente(s)





## ANEXO IV

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

A handwritten signature or mark, possibly a stylized 'B' or a similar character, located to the right of the main title.



ANEXO IV

Modelo de Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço .

1. Razão Social da Proponente:

2. CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

3. Edital da Concorrência: nº \_\_\_\_\_-SSR/MC

4. Serviço \_\_\_\_\_

5. Localidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

6. Valor Proposto: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso:

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

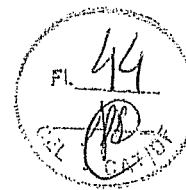




## ANEXO V

### MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

ANEXO V



MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO

CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A  
UNIÃO E A \_\_\_\_\_ PARA EXPLORAR O SERVIÇO  
DE \_\_\_\_\_ RADIODIFUSÃO DE \_\_\_\_\_ SONS E  
IMAGENS \_\_\_\_\_, NA \_\_\_\_\_ CIDADE  
D \_\_\_\_\_ ESTADO D \_\_\_\_\_

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil, o Ministro das Comunicações \_\_\_\_\_, representando a União, e \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, representada por seu \_\_\_\_\_, assinam o presente Contrato, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade, pelo Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, para explorar o serviço de, na cidade de \_\_\_\_\_ Estado de \_\_\_\_\_, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª - Fica assegurado à \_\_\_\_\_ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, o serviço de radiodifusão de sons e imagens, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único - A execução do serviço é vinculado aos termos do edital de concorrência nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na Licitação pela concessionária, documentos que acompanham o presente Contrato de Concessão como Anexos I e II, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 2ª - A presente concessão é outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

Cláusula 3ª - A concessionária é obrigada a:

- a) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo Ministério das Comunicações;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 06 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato de Concessão;
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de \_\_\_\_\_ meses, contado da data de vigência da outorga;



d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;

e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;

f) observar a não participação de seus dirigentes e sócios na administração de mais de uma empresa executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;

g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;

h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;

i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;

j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a concessão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;

l) manter, durante a vigência da concessão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;

m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;

n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;

o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

q) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

r) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização.

Cláusula 4ª - Na organização da programação, a concessionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_% do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_% do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

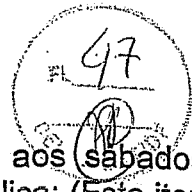
f) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_% do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_% do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, à transmissão de serviço noticioso, além do previsto nas letras "e" e "g" desta cláusula;



l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; (Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV);

m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;

p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;

q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

s) manter em dia os registros da programação;

t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram presentes nesta cláusula.

Cláusula 5ª - A Proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 64 do Decreto 52.795 de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá percentuais propostos calculados com base neste novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª - A concessionária recolheu o valor de R\$ \_\_\_\_\_ pelo pagamento da primeira parcela do valor total da Outorga.

Cláusula 7ª - A concessionária deverá recolher o valor de R\$ \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, referente à segunda parcela do valor da Outorga, conforme data prevista no Edital.

Cláusula 8ª - A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a concessionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.



Cláusula 10ª - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único: A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da sociedade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª - A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª - Pela inexecução total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar a permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 2% (dois por cento) do valor ofertado pela outorga;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único: As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", nessa Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª O não pagamento da segunda parcela na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

Cláusula 16ª Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª - As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª - Fazem parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_ - SSR/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Concessão em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém \_\_\_\_\_ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas e 3 (três) - ANEXOS, composto de \_\_\_\_\_ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

\_\_\_\_\_  
Ministro das Comunicações

\_\_\_\_\_  
Concessionária

Testemunhas:







## ANEXO VII

### MODELO DE PROCURAÇÃO ( PARTICULAR )





## ANEXO VII

### MODELO DE PROCURAÇÃO ( Particular)

( Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)

OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**  
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722  
70044-900 Brasília-DF  
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 19 /2011/GM-MC

Brasília, 11 de julho de 2011.

Ao Senhor

**LUÍS ALBERTO DOS SANTOS**

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00148 2011

- 53720.000307/2001

MC 00149 2011

- 53103.000252/2001

MC 00151 2011

- 53000.063693/2009

MC 00152 2011

- 53000.022553/2010

MC 00153 2011

- 53710.000287/2002

MC 00154 2011

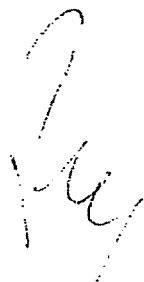
- 53000.008410/2002

MC 00155 2011

- 53000.006625/2007

MC 00156 2011

- 53000.014824/2005



MC 00157 2011  
- 53000.019584/2007

MC 00158 2011  
- 53710.000272/1999

MC 00159 2011  
- 53000.008414/2008

MC 00160 2011  
- 53000.002188/2008

MC 00161 2011  
- 53000.047209/2007

MC 00162 2011  
- 53770.000354/2002

MC 00163 2011  
- 53710.000552/2002

MC 00164 2011  
- 53000.066567/2007

MC 00165 2011  
- 53000.035110/2005

MC 00166 2011  
- 53740.000421/2002

MC 00168 2011  
- 53000.008002/2003

MC 00169 2011  
- 53000.011723/2003

Atenciosamente,

  
**PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA**  
Coordenador-Geral